

ÔCORREIO

A REVISTA DAS RELAÇÕES E COOPERAÇÃO ENTRE ÁFRICA-CARAÍBAS-PACÍFICO E A UNIÃO EUROPEIA

REPORTAGEM

**Dominica Ilha natural
Granadinas Renascimento
rápido após destruição**

DOSSIÊ

**O desporto aposta no
desenvolvimento**

DESCOBRIR A EUROPA

O paradoxo sueco

Ó **RREIO**

A REVISTA DAS RELAÇÕES E COOPERAÇÃO ENTRE ÁFRICA-CARAÍBAS-PACÍFICO E A UNIÃO EUROPEIA

Índice

O CORREIO, Nº 11 NOVA EDIÇÃO (N.E)

EDITORIAL	3	REPORTAGEM	
EM DIRECTO		<i>Dominica/Granada</i>	
Glynis Roberts: um exemplo para as mulheres... e para os homens	4	A Dominica. Paixão pela natureza e aposta no ser humano	34
PERSPECTIVA	6	Estratégia governamental: manter o crescimento enquanto se aguardam ventos favoráveis	37
DOSSIER		Psicologia	38
<i>Doadores alinham com o desporto</i>		A oposição exige um governo mais transparente	39
'International Inspiration' visa 12 milhões de crianças em 20 países até 2012	11	Ajuda da UE: uma recompensa para a boa governação	40
Um Campeonato do Mundo que pode mudar a África do Sul para sempre	13	Todas as belezas de um país que deverá visitar a pé Granada Surpreendente !	43
A ONU adere ao Desporto para o Desenvolvimento	15	Não se deve colocar todos os ovos num só cesto	45
A força do sucesso da Jamaica em pista	16	Crise financeira. Manter as pessoas empregadas	46
Desporto promovido pela CE como ponto de partida para projectos de desenvolvimento	17	Caraíbas autênticas. Um sinal de espírito	46
O poder do desporto	18	Granada: o novo governo perdeu milhões em investimentos, alega a oposição	47
INTERACÇÕES		Cooperação. Uma aposta nas escolhas de Granada	48
Passado o espanto... O que nos fica do pacote do G20?	20	Descoberta. Uma Granada resplandecente	49
Estados ACP em sintonia com a chamada "Facilidade Alimentar"	22	Art. Heart Attack	50
As ONGs Alertam para os cortes na ajuda ao desenvolvimento	23	DESCOBERTA DA EUROPA	
A Assembleia ACP-UE admoesta o G20	24	<i>Estocolmo. O paradoxo sueco</i>	
O desmantelamento das Antilhas Holandesas	25	Um modelo de abertura	52
Intensificação das ligações ACP/Commonwealth	26	Migração: uma sensibilidade caracteristicamente sueca	53
EM FOCO		Jornadas do Desenvolvimento 2009	54
Um homem de muitas facetas. Um dia na vida do actor sul-africano Tobie Cronje	28	Inovação custe o que custar	55
COMÉRCIO		Como é Verde a minha cidade!	56
Mais flexibilidade, exigem os deputados ACP-UE	30	Hammarby Sjöstad, laboratório da cidade sustentável	57
A "América" da África resiste a um acordo comercial com a UE	31	Luz e Sombra	58
NOSSA TERRA		CRIATIVIDADE	
A favor de uma justiça climática	32	Editores Africanos unidos contra a invisibilidade	59
		Turismo ecológico e cultural: uma panaceia para o turismo africano?	60
		Quando a África descobre o blues	62
		PARA JOVENS LEITORES	
		Desporto e desenvolvimento	63
		CORREIO DO LEITOR/AGENDA	64



Trabalho de Hemerson Andrianetrazafo. Artista malgaxe, historiador de arte da Universidade de Antananarivo.

© Marie-Martine Buckens

Incrustação: Nathalie Murphy, directora executiva da filial dominiquense da ONG Channel Cross Disability, 2009.

© Hegel Goutier

Brilho no olhar de alguém invisual



Quando se lhe pergunta o que mudou na sua vida, todo o seu rosto se ilumina e deixa transparecer um sorriso radiante que dá aos seus olhos fechados um olhar completamente novo. “Toda a minha vida é nova”. E a beleza, a alegria que emana dela é um presente para os outros. Nathalie Murphy é invisual desde a adolescência, vítima de uma cegueira parcial de nascença que o tempo agravou.

Nathalie é directora executiva da secção da ONG “Channel Cross Disability” na Dominica. O que mudou a sua vida foi um projecto de aprendizagem das tecnologias da informação e comunicação, lançado há cinco anos, que beneficiou de subvenções diversas, nomeadamente da União Europeia. Desde que lhe foi possível utilizar a Internet, graças a computadores adaptados e a um software especial, “Job activation with speech” (JAWS): “Toda a minha vida mudou. Absolutamente! Antes, estava dependente de alguém. Agora, faço tudo eu própria. Meu Deus! É realmente uma vida nova maravilhosa!”

E o mais impressionante não é a felicidade de Nathalie, mas o que ela comunica, o que transmite a quem a aborda. Uma pergunta entre outras: o que vale, nos parâmetros económicos existentes, esta ajuda que tornou possível a irradiação de uma pessoa? A resposta a esta pergunta deveria constar, pelo menos implicitamente, nas conclusões do G20 apresentadas neste número de O Correio. O G20 impôs-se, entre outros objectivos, a formulação de novos indicadores de desenvolvimento. Paciência!

A Dominica, objecto de uma das nossas reportagens, que figura em bom lugar na metade superior da classificação do PNUD relativa ao desenvolvimento humano, é um dos países com mais centenários, com uma esperança de vida relativamente elevada e, sobretudo, igual para os ricos e para os pobres. Logicamente, é um sinal de equidade social e de desenvolvimento. E em termos de PIB?

Entre os inúmeros argumentos a que recorreu Jean Gadrey para contestar ao PIB a sua qualidade de indicador “de progresso”, há um especial senão especioso: o sexo do PIB seria masculino. Primeiro, aquando da sua adopção nos anos 30, foi uma escolha de homens. Em seguida, só tinha em conta a riqueza e o poder porque o seu principal objectivo era, segundo François Fourquet, dar aos governos uma ideia dos recursos mobilizáveis em caso de guerra. Por último, foi integrada, embora tarde, a produção doméstica de bens, como a reparação de uma garagem, mas não os serviços domésticos. Por outras palavras, a “bricolagem” dos homens foi incluída, mas o trabalho das mulheres em casa, não!

A Suécia, que neste número 11 de O Correio é objecto da Descoberta de Regiões da Europa, tem talvez algumas lições a dar, tanto a nível do lugar da mulher depois dos Vikings como na atenção prestada aos serviços não mercantis. Tem igualmente lições a dar em matéria de luta contra as alterações climáticas, a exemplo de vários países pobres, nomeadamente de África, a fazer fé nos especialistas que trabalham no terreno, como os da ONG Misereor da Alemanha que trabalham em vários países de África e exigem uma “justiça climática”. Trata-se de uma informação que vem mesmo a propósito antes da próxima Convenção da ONU em Copenhaga sobre esta questão. Mas as populações destes países pobres só fizeram adaptações ao seu modo de vida e à sua relação ao ambiente, que não têm, provavelmente, nenhum valor no PIB dos seus países!

Hegel Goutier
Editor-chefe

Leitura aconselhada:

Jean Gadrey, “Nouveaux indicateurs de richesse” (dois livros), La Découverte, coll. Repères 2009.

Jean Gadrey, “En finir avec les inégalités” (Mango, 2006).

François Fourquet, “Les comptes de la puissance”, publicado em 1980.

Françoise Héritier, “Masculin/Féminin II”, Odile Jacob, 2002.

Hegel Goutier

GLYNIS ROBERTS: um exemplo para as mulheres... e para os homens

Glynis Roberts é Ministra do Trabalho, do Desenvolvimento Social e da Igualdade de Géneros no Governo do Congresso Democrático Nacional (NDC) – no poder há vários anos – de Granada, um país das Caraíbas Orientais. Iniciou a sua carreira no Gabinete da UE, em Granada. Conhecida por fazer as coisas andarem, partilhou connosco as suas ideias de como envolver mais as mulheres na política nas Caraíbas. Está a promover uma “Associação de Mulheres Políticas das Caraíbas” com o objectivo de formar mulheres para carreiras políticas a nível das Caraíbas, seguindo os passos de figuras notáveis como Eugenia Charles, a primeira mulher a assumir funções de Primeiro-Ministro de um país das Caraíbas, a Dominica (1980-1995), e a antiga PM da Jamaica, Portia Simpson-Miller (2006-2007).

Granada é um bom país para as mulheres?

É um país simpático para toda a gente, mas as mulheres enfrentam desafios que não são exclusivos de Granada, mas sim problemas com que elas se deparam em todo o mundo. Uma grande preocupação é a violência contra as mulheres e a necessidade de as capacitarmos para fazerem parte integrante do desenvolvimento. Creio que o medo é a nossa maior dificuldade: o medo da mudança e de nos expressarmos abertamente. Ainda vivemos num mundo de homens em que estes acreditam que as mulheres são necessárias... mas só até um certo ponto. Desejo ser uma agente de mudança para as mulheres porque o posso fazer, qualquer pessoa pode. Para que haja desenvolvimento é preciso fazer as coisas colectivamente, porque todos possuímos talentos diferentes – tanto os homens como as mulheres. Onde quer que se vá, parece que as mulheres

estão a conseguir cargos superiores, mas os lugares de topo estão sempre nas mãos de homens?

Por vezes deixamo-nos utilizar e marginalizar pelos homens e até mesmo por mulheres. Posso recorrer à minha própria experiência de vida para incentivar as mulheres, dizendo-lhes que é possível progredirem, mas precisamos de ter cuidado para haver respeito entre todos. Têm de ser as mulheres a promover-se, porque ninguém terá confiança nelas se elas não tiverem confiança em si próprias.

Pensa que as mulheres que ocupam cargos de alto nível têm de trabalhar o dobro para atingirem as mesmas posições que os homens?

Não penso que em Granada as mulheres se sintam atraídas pela política. A política para as mulheres é muito diferente da política para os

homens, especialmente para as mulheres que são esposas e mães, porque têm de encontrar um justo equilíbrio para cuidarem de si próprias, dos cidadãos que representam e ainda da sua família. Muitas vezes as mulheres têm de ponderar outros factores nas suas vidas, enquanto um homem, se sair de casa às nove da manhã e regressar às duas do dia seguinte, o mais que a sua mulher fará é mostrar-se desagrada. Se for ao contrário, a situação torna-se muito difícil.

Que tal seguir o exemplo de países do norte da Europa – como a Finlândia – onde não há reuniões ministeriais depois das cinco ou seis da tarde e os homens são obrigados a pedir licença de paternidade?

Talvez tenhamos de o fazer mais tarde, mas no nosso Parlamento temos apenas duas mulheres na Câmara Baixa: uma no governo e outra na oposição. Na Câmara Alta existem apenas três



nosso interior profundo conseguiremos detectar essa força interior que nos impulsionará.

O seu Ministério está a planear programas para permitir que as mulheres assumam o controlo das próprias vidas?

Temos muitos programas, por exemplo um programa nacional destinado aos pais, em que reunimos pais, igrejas e centros de saúde comunitários para ensinarem as pessoas a tratar dos filhos, porque este é um dos nossos maiores problemas. Existe um ciclo de violência porque os filhos cresceram a ver as mães serem maltratadas. Como tudo o mais que envolva financiamentos e custos, levará o seu tempo. É preciso compreendermos que em Granada existe actualmente uma "síndrome de dependência"; temos de voltar a libertar as pessoas para tomarem as suas próprias decisões.

Que medidas foram adoptadas para pôr cobro à violência contra as mulheres?

Em Granada temos uma lei, uma linha telefónica de urgência e abrigos para mulheres, mas o maior problema é conseguir levar os autores da violência a tribunal – não é possível forçar essa situação. Em muitos casos, as vítimas – mulheres e crianças – não querem ir para tribunal. Estamos a avançar para uma reforma da OECO e a criar o nosso próprio Tribunal da Família, no qual em relação a estes casos não será necessário passar pelo complexo sistema judicial – um cenário diferente, menos rígido, mas ainda assim com o objectivo de obter a punição das pessoas pelas suas práticas criminosas.

Qual é o grau de envolvimento da sociedade civil na agenda para a igualdade de géneros?

A Organização das Mulheres de Granada desenvolve uma grande actividade em termos de promoção e de gestão de programas comunitários para apoiar mulheres vítimas de violência doméstica. Temos muitas igrejas e outras organizações (grupos contra o cancro, organizações comunitárias e pequenas empresas), mas precisamos de fazer muito mais para conseguirmos repartir os benefícios tanto pelos homens como pelas mulheres numa sociedade bem equilibrada.

H.G. ■

Palavras-chave

Glynis Roberts; Caraíbas; Granada; género; trabalho; desenvolvimento social.

mulheres, por isso teremos de trabalhar em conjunto para conseguirmos coisas que nos afectam. Vendo bem as coisas, eu incentivo as mulheres a participarem no processo de tomada de decisões – é uma necessidade. É preciso que as mulheres estejam ao corrente de tudo.

Como é que acha que o pode conseguir?

Temos de nos concentrar mais na construção de famílias, que nos proporcionará comunidades mais fortes e nações também mais fortes. Precisamos de uma abordagem colectiva e de começar a fazer algo pela família e não apenas por parte do governo, mas também com as igrejas e ONG.

Temos situações em que uma mulher é objecto de abuso por parte de um homem: é injuriada uma vez, duas vezes, mas mesmo assim volta atrás e acaba por ter um filho desse homem. Este

síndrome leva-nos à pobreza. Como é que nos libertamos das correntes de abusos e da pobreza? Não é apenas às igrejas ou ao governo que cabe a responsabilidade de o fazer. As mulheres têm de enfrentar a situação. Um dos maiores problemas da Humanidade é o nosso receio de negações ou de decepções. O maior receio que temos quando entramos na política é: "E se eu falhar?" Ainda temos a percepção de que algumas posições estão destinadas a pessoas de um determinado clã. Dizemos que nos libertámos dos colonizadores, mas somos nós próprias que nos escravizamos, porque não estamos prontas para dizer sim. Quero ser um exemplo para as mulheres que se sentem marginalizadas. Como mulher que veio de uma comunidade rural pobre e alguém habituada a ter fome na escola e que não foi para a universidade e ainda como mãe e esposa, sempre mantive uma vontade forte. Não quero dizer que toda a gente tenha a minha fortaleza de espírito, mas acho que se formos ao



Marie-Martine Buckens

BANANES :

Um vendedor de fruta prepara a sua banca no mercado Merkato, Adis-Abeba, Etiópia, Maio de 2007.
© Manoocher Deghati/IRIN

Os acp “sacrificados em nome do liberalismo”

Ao conceder uma nova redução dos direitos aduaneiros às importações latino-americanas de bananas, “a Comissão Europeia sacrifica o desenvolvimento em proveito da liberalização do comércio”, declarou em 6 de Abril, em Bruxelas, Gerhard Hiwat, Embaixador do Suriname, que preside o grupo “Bananas” dos ACP (África, Caraíbas e Pacífico). Os Ministros do Comércio da União Africana já tinham condenado, em 20 de Março, a decisão da União Europeia, que eles consideram como um risco para os Camarões e a Costa do Marfim, que são os maiores exportadores ACP de bananas para a UE.

A Comissão propôs, em 12 de Março passado, reduzir de 176 para 136 euros por tonelada até 2011 – com disposições que permitem continuar a redução até 114 euros por volta de 2019 – esperando assim resolver o litígio que a opõe há vários anos aos países latino-americanos produtores de bananas – essencialmente o Equador, a Colômbia e a Costa Rica. Esta redução provocaria, segundo uma primeira estimativa, uma perda de rendimentos de “pelo menos, 350 milhões de euros” para os exportadores de bananas ACP, no período de liberalização 2009-2019, acrescentou o Sr. Hiwat. Para compensar estas

perdas, a Comissão propôs cerca de 100 milhões de euros de ajuda para o período 2010-2013, montante este que foi considerado insuficiente pelos ACP, que recordam a sua proposta: direitos reduzidos a 150 euros e congelados durante um período de quatro anos, sem esquecer as respectivas medidas de acompanhamento.

Por sua vez, o Embaixador da República Dominicana, Federico Alberto Cuello Camilo, apontou o facto de os direitos aduaneiros actuais não terem impedido o aumento das exportações dos países latino-americanos para o mercado europeu, fazendo assim perder quotas de mercado aos exportado-

res ACP. O Embaixador apontou igualmente o facto de as produções latino-americanas pertencerem a multinacionais, ao passo que, nos países ACP, são “as famílias que constituem a base da nossa estabilidade política”.

Segundo os números da Organização Central dos Produtores-Exportadores de Ananases e Bananas (OCAB), a totalidade das exportações de bananas dos países ACP para a UE em 2008 (918.376 toneladas) foi inferior às exportações só do Equador (cerca de 1,3 milhão de toneladas) e ficou muito aquém da totalidade dos países da América Latina (3,9 milhões). Os produtores ACP de bananas representam assim um quinto das exportações de bananas para a União Europeia. Uma proporção que continuou a ser sensivelmente a mesma durante os últimos três anos, enquanto que as exportações de bananas continuaram a progredir lentamente. ■

Os Camarões são o principal exportador ACP de bananas (279.530 toneladas em 2008), seguido de perto pela Costa do Marfim (216.583 toneladas) e pela República Dominicana (170.406 toneladas). Estes três países assinaram um acordo de parceria económica (APE), temporário (no caso dos países africanos), ou um acordo global no âmbito do Cariforum, que é o caso da República Dominicana, que lhes permite exportar livremente as suas bananas para a UE.

África do Sul: VITÓRIA esmagadora do ANC

No momento em que O Correio estava no prelo, Jacob Zuma, chefe do Congresso Nacional Africano (ANC), deverá ser eleito, em 6 de Maio, Presidente da República da África do Sul pelos deputados da sua maioria. Aos 67 anos, este político controverso sucede a Kgalema Motlanthe, seu aliado, que assegurava a presidência interina desde o afastamento de Thabo Mbeki, em Setembro de 2008.

Em 22 de Abril passado votaram cerca de 80% – contra 72% em 2004 – dos 23 milhões de eleitores sul-africanos inscritos. Enquanto o ANC obtinha (segundo as últimas estimativas) cerca de 66% dos votos, o novo partido dissidente, designado COPE e criado pelos aliados de Thabo Mbeki há quatro meses, obteve cerca de 8% dos votos. A Aliança Democrática conduzida por Helen Zille, presidente da Câmara da Cidade do Cabo, de origem alemã, mantém-se a primeira formação da oposição, obtendo 16% dos votos a nível nacional e cerca de 50% na província do Cabo Ocidental, melhorando a sua posição em todo o lado.

Jacob Zuma é o quarto Chefe de Estado da África do Sul pós-apartheid. O primeiro foi Nelson Mandela, em 1994, tendo Thabo Mbeki assegurado as duas presidências seguintes, em 1999 e 2004. **M.M.B.** ■



O Presidente da África do Sul, Jacob Zula, dirigindo-se pela primeira vez ao Parlamento sobre o Estado da Nação, na Cidade do Cabo, na quarta-feira 3 de Junho de 2009. © Reporters.be

A UE E OS GOLPES DE ESTADO NA ÁFRICA OCIDENTAL

Anne-Marie Mouradian

Mauritânia, Guiné Conacri e Guiné-Bissau. No espaço de poucos meses, estes três países da África Ocidental foram vítimas de golpes de Estado militares que puseram em perigo a sua difícil caminhada rumo à democracia. A comunidade internacional condenou os regimes autores dos golpes de Estado e apelou ao regresso à ordem constitucional. Nos dois primeiros casos, a União Europeia recorreu ao artigo 96.º do Acordo ACP-CE de Cotonou que prevê, em caso de violação grave e evidente dos princípios democráticos e do Estado de direito, a abertura de consultas com os países em causa.

> Guiné Conacri: incertezas quanto às intenções dos golpistas

Em 2004, a União Europeia iniciou consultas com a Guiné que conduziram a promessas de democratização pelas autoridades de Conacri. Estavam previstas missões de acompanhamento no terreno até 14 de Abril de 2009.

Após o golpe de Estado subsequente à morte do Presidente Lansana Conté, em Dezembro de 2008, a junta militar, constituída em Conselho Nacional para a Democracia e o Desenvolvimento (CNDD), recebeu um acolhimento favorável por parte da opinião pública guineense desejosa de romper com o passado e evitar a destabilização do país. Nem por isso o CNDD deixou de recorrer à tomada do poder pela força, condenada pela UE, a União Africana, a CEDEAO (Comunidade Económica

dos Estados da África Ocidental), os Estados Unidos e a Nigéria. A Guiné foi suspensa da União Africana, da CEDEAO e da OIF. Em contrapartida, o regime foi saudado pela Líbia, Senegal, Mauritânia e Gâmbia. A CEDEAO iniciou uma mediação e a União Africana, a ONU, a França e a UE enviaram missões.

Alguns dos novos dirigentes são sinceros quando dizem querer limpar o Estado da corrupção do regime Conté, sublinha Richard Moncrieff, director do projecto África Ocidental da ONG International Crisis Group. Mas outros são acusados de graves violações dos direitos do homem.

Numa carta ao presidente do CNDD, Moussa Dadis Camara, e ao Primeiro-Ministro, Kabiné Kamara, a UE convidou as autoridades guineenses para consultas políticas. Na sequência das consultas que decorreram em 29 de Abril em Bruxelas, as duas partes acordaram num rotei-

ro de transição, especificando a realização de eleições antes do fim do ano, um acordo entre todas as partes (CNDD, governo, partidos políticos, sindicatos, sociedade civil), a criação de um Conselho Nacional de Transição dispendo dos poderes e prerrogativas de uma assembleia constituinte e de medidas urgentes a favor do respeito dos direitos do homem e das liberdades fundamentais.

> Cooperação suspensa com a Mauritânia

Após o golpe de Estado de 6 de Agosto de 2008, que derrubou o presidente eleito da República Islâmica da Mauritânia, Sidi Ould Cheikh Abdallahi, a UE iniciou, em 20 de Outubro, consultas com os representantes da junta militar. Como os dirigentes mauritanos não deram garantias suficientes de regresso à ordem cons-



Um soldado mauritano corre à medida que ele e outros irrompem contra uma multidão de protestantes contra um golpe de Estado na cidade de Nouakchott, Mauritània, Agosto de 2008. © Reporters.be



titucional, as consultas fracassaram levando a UE a pôr-lhes termo, em 6 de Abril de 2009, e a gelar por dois anos a sua cooperação com este país, exceptuando a ajuda humanitária e o apoio directo à população.

Entretanto, a Comissão Europeia saudara, em Março de 2009, a decisão do Conselho de Paz e de Segurança da União Africana de sancionar, nomeadamente, as “pessoas do poder, civis e militares” implicados no golpe de Estado.

A UE condiciona a retoma gradual da sua cooperação a uma série de medidas a tomar por Nouakchott nos próximos 24 meses.

Caso haja uma solução consensual com vista a uma saída da crise e um quadro legal que permita a realização de eleições presidenciais livres e transparentes, a UE desbloqueará determinados financiamentos, nomeadamente o do projecto de renovação do porto mineiro de Nouadhibou. Em caso de “execução irreversível” desta solu-

ção consensual, a UE poderia apoiar a instalação da saída da crise e a organização de eleições, prosseguir o programa de apoio à justiça, etc. Aplicaria igualmente todos os programas previstos no 8.º e 9.º FED ainda não contratualizados.

Só o pleno regresso à ordem constitucional permitirá levantar todas as restrições e a execução da integralidade dos 156 milhões de euros do 10.º FED.

Em de 15 Abril, o General Mohamed Ould Abdel Aziz, chefe da junta, demitiu-se do exército e do seu posto de presidente do Alto Conselho de Estado para se candidatar à eleição presidencial, prometendo uma “Mauritània nova” e uma “democracia autêntica”. Previsto em 6 de Junho mas boicotado em princípio pelos seus opositores, o escrutínio será acompanhado de perto pela comunidade internacional.

> Guiné-Bissau: evitar o caos

O assassinato do Presidente João Bernardo Vieira, no início de Março de 2009, por militares não identificados não foi considerado golpe de Estado e a Guiné-Bissau não foi suspensa pelo Conselho de Paz e de Segurança da União Africana. O exército prometeu respeitar a via constitucional e o presidente da Assembleia, Raimundo Pereira, Chefe de Estado interino, dispõe de 60 dias para organizar o escrutínio presidencial. Acontece que a situação política do país é muito instável, gangrenada pela corrupção e o tráfico de droga – o país é um ponto de passagem essencial da cocaína sul-americana em trânsito para a Europa – que ameaçam minar todo o processo de democratização. A oposição

pediu a demissão do Governo acusando-o da incapacidade de controlar o exército e fazer cessar as agressões dos militares.

O Parlamento Europeu convidou a UE e a comunidade internacional, embora mantendo o país sob vigilância, a prosseguirem a sua ajuda e pediu a manutenção da missão da Política Europeia e de Defesa que, desde Junho de 2008, apoia a reforma do sector da segurança. Segundo Alioune Tine, presidente da ONG Encontro Africano de Defesa dos Direitos Humanos, muito activa na África Ocidental, enquanto não houver uma reforma do exército na Guiné-Bissau, na Mauritània e na Guiné Conacri, continuar-se-á a construir castelos na areia. ■

Palavras-chave

Mauritània; Guiné Conacri; Guiné-Bissau; João Bernardo Vieira; Raimundo Pereira; Alioune Tine; Mohamed Ould Abdel Aziz; Sidi Ould Cheikh Abdallahi; Lansana Conté.

Dossier

Representação da lenda do futebol da Serra
Leoa Ajay Kallon num estádio de futebol
nacional, Freetown, 2008. © Debra Percival

Um dossier de
Debra Percival
e Hans Piennar

Doadores alinham com o **DESPORTO**

“O desporto tem o poder de mudar o mundo, de inspirar, de unir as pessoas de uma forma que poucas outras actividades têm. Fala aos jovens numa linguagem que eles compreendem.”

Estas palavras entusiásticas do antigo Presidente da África do Sul, Nelson Mandela, condensam a capacidade do desporto para pôr o desenvolvimento em marcha, começando pela auto-estima. Espera-se que o Campeonato do Mundo de Futebol da FIFA que se vai realizar na África do Sul em 2010 – a primeira vez que se realiza no continente africano – traga benefícios sociais e económicos ao país que vão além do acolhimento do evento.

Com pequenas excepções, os doadores levaram tempo a financiar iniciativas de desenvolvimento relacionadas com o desporto, atendendo

a outras prioridades e à falta de dinheiro disponível. Outras pessoas entrevistadas para este dossiê sobre o desporto falaram da dificuldade de aceder a financiamentos devido a critérios de avaliação cada vez mais restritivos em função das exigências dos doadores de aplicarem critérios contabilísticos à avaliação de projectos no domínio do desporto.

Foram as ONG que habitualmente tomaram a iniciativa de financiar actividades desportivas, bem como alguns fundos das lotarias nacionais e federações de futebol europeias. A nível nacional, Estados não pertencentes à UE, como a Noruega, o Canadá e a Austrália, bem como o Reino Unido, Estado-Membro da UE, com a sua iniciativa especial “Inspiração Internacional” para os Jogos Olímpicos de Londres de 2012,

que relatamos, apresentam alguns dos projectos pioneiros de desporto para o desenvolvimento.

As políticas nacionais de alguns países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP), como a Papuásia-Nova Guiné e a Jamaica, já reflectem a importância do desporto para além da criação de atletas de elite e a União Africana (UA) também está decidida a assumir nos seus objectivos de política social a responsabilidade do desenvolvimento do desporto no continente, com alguns países a aguardar que isto possa desencadear a libertação de mais fundos de doadores para programas de desporto. ■

Debra Percival

“International Inspiration”

visa 12 milhões
de crianças em
20 países até 2012



Uma jovem mulher participa num projecto financiado pelo Conselho do Desporto do Reino Unido. © Matt Bright

O programa ‘International Inspiration’ (‘Inspiração Internacional’) será um legado dos Jogos Olímpicos de Londres de 2012: um objectivo que visa tornar acessível educação física, desporto e jogos de alta qualidade a 12 milhões de crianças em 20 países em desenvolvimento, entre os quais se encontram Estados da África, Caraíbas e Pacífico (ACP). A Directora do Programa, Debbie Lye, descreve como a UK Sport – o Conselho para o Desporto no Reino Unido, criado por Carta Real em 1996 com o mandato de promover o desenvolvimento do desporto e o desporto para o desenvolvimento – se associou ao Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e ao British Council para realizar este programa.

Foi em Singapura, em 2006, na apresentação decisiva das propostas para a realização dos Jogos Olímpicos de 2012, que Sebastian Coe – Lord Coe –, líder da proposta vencedora de Londres, fez uma promessa de que os Jogos de Londres beneficiariam as crian-

ças em todo o mundo. A seguir o Departamento da Cultura, dos Media e do Desporto (DCMS) do RU presidiu a um grupo de reflexão sobre como honrar esta promessa, descreve Debbie Lye. Até hoje o DCMS contribuiu com 280.000 libras, o Fundo das Nações Unidas para a Infância com

1,45 milhões, a Primeira Liga Inglesa de Futebol com 4,2 milhões e o British Council com 2,85 milhões de libras.

O Comité Organizador dos Jogos Olímpicos e Para-Olímpicos de Londres (LOCOG), juntamente com a Associação Olímpica Britânica

À esquerda: O desporto em combinação com o ensino de competências para a vida. Um projecto financiado pelo Conselho do Desporto do Reino Unido, Brasil. © Caldas Leo

À direita: Renovação de infra-estruturas de desporto e lazer, Brasil. © Caldas Leo



(BOA), desejava que o programa-piloto incluisse um país de cada um dos cinco continentes representados pelos anéis olímpicos. O programa para os cinco primeiros países arrancou em Outubro de 2007: Azerbaijão (Europa)*; Brasil (Américas); Índia (Ásia); Palau (Oceânia) e Zâmbia (África), prevendo-se que se seguiriam outros 15 países. Debbie Lye descreve como a escolha dos países se fez com base num equilíbrio entre as necessidades e a capacidade existente no país para fazer as coisas avançarem. Refere como a UK Sport pôde utilizar os conhecimentos da UNICEF – que tem em curso estratégias contra a pobreza destinadas às crianças em países em desenvolvimento – e do British Council, com as suas 110 delegações em todo o mundo. A iniciativa “Dreams + Teams” do British Council deu formação a jovens líderes desportivos de escolas que organizam festivais desportivos para crianças e fazem tudo, desde comunicar através da Internet até anunciar festivais desportivos, estabelecer calendários e pintar linhas nos campos. Se juntarmos isto ao sucesso comprovado da UK Sport na gestão de programas desportivos a nível mundial, temos uma parceria excepcional e de grande alcance. “O que queremos fazer com o ‘International Inspiration’ é chegar aos responsáveis políticos, às instituições nas quais se pode fazer desporto e aos praticantes, como professores e participantes”, diz Debbie Lye. Lembra o estudo feito pelo Professor Fred Coalter da Universidade de Sterling, Escócia, que disse não poder haver verdadeiro desporto para o desenvolvimento se não houver desporto de boa qualidade. “Não se pode dar a este grupo de jovens uma bola de futebol e esperar que aconteçam coisas maravilhosas. Tem de haver treinadores de grande qualidade e uma percepção de como se podem utilizar os princípios do desporto a favor do desenvolvimento”, diz Debbie Lye. E acrescenta: “Existe uma fácil propensão para utilizar o desporto de forma simplista.”

> Visitas de demarcação

Debbie Lye explica como o programa funciona na prática. Primeiro é marcada uma “visita de demarcação” ao país visado para avaliar as suas necessidades. “Quando fazemos uma visita de demarcação, sabemos quais as perguntas a fazer e antes fazemos uma pesquisa para conhecer o contexto do país e as áreas em que há necessidades. Reunimo-nos com o pessoal da UNICEF e do British Council e partilhamos os nossos conhecimentos de programas e depois aproveitamos para encontrar profissionais e responsáveis políticos por este domínio e iniciamos um debate sobre como o programa ‘International Inspiration’ os pode ajudar a realizar os objectivos. Por último, quando partimos incentivamos a criar um comité director.” Os Ministérios do Desporto e da Educação e as Associações Olímpicas e Para-Olímpicas dos respectivos países são igualmente consultados. Debbie faz a descrição do programa já em curso na Índia, onde a UNICEF lançou uma campanha nacional em torno do desporto e do jogo, para mostrar o trabalho que a ‘International Inspiration’ está a fazer, promovendo a formação de líderes comunitários e criando espaços seguros para jogar. “É evidente que não vamos ter Wembley (o estádio nacional do RU) ou um campo de críquete perfeito, mas é possível assegurar que num determinado sítio a relva é aparada, que as cobras são afastadas e que os vidros partidos são retirados e fornecer equipamentos simples, como cestos de basquetebol ou uma rede de voleibol e a propriedade de tudo isto a pertencer à comunidade”, diz ela. Para que isto aconteça, continua, é necessária uma intervenção tanto a nível da escola como da comunidade para criar estes ambientes. A UNICEF também está a levar o programa às comunidades, aos bairros de lata e às aldeias e está a preparar material de apoio nas línguas locais. “A UNICEF Índia aprecia tanto este programa que está a levar a

campanha a todos os Estados e o efeito multiplicador é potencialmente muito grande”, diz ela. Os programas para os primeiros cinco países estão actualmente no último ano. Já foram feitas visitas de demarcação a outros oito países, havendo a intenção de futuramente os parceiros colaborarem ainda mais estreitamente. A UK Sport integra o seu trabalho nos planos do British Council desde o primeiro dia e o British Council e a UNICEF coordenam-se em cada país desde o início para assegurar uma abordagem mais global do planeamento e da execução. Os outros três países já aprovados pelo conselho de administração são Moçambique, a Jordânia e o Bangladesh. Dois outros programas no Gana e Trindade e Tobago devem começar no final do ano. Outros países que estão a começar o processo de planeamento são a África do Sul, a Malásia e a Nigéria. Com a actual crise económica constitui um desafio conseguir o financiamento da totalidade do programa ao nível pretendido, explica Debbie Lye. Contudo, até à data já foram conseguidos 23,9 milhões de libras dos 50 milhões do orçamento do projecto. É a UNICEF que lidera actualmente a obtenção de fundos de fontes não governamentais, mas os objectivos de angariação de fundos serão difíceis de atingir. A ‘International Inspiration’, cuja criação foi apoiada pelo Governo do RU, é actualmente administrada por uma fundação independente para poder usufruir da orientação e dos conhecimentos necessários para conseguir concretizar a sua ambiciosa ideia. ■

* Neste projecto, o Azerbaijão é considerado como fazendo parte da grande Europa.

Palavras-chave

International Inspiration; UK Sport; UNICEF; British Council; Debbie Lye; LOCOG; Debra Percival.

Hans Pienaar*

Um Campeonato do Mundo que pode mudar a África do Sul para sempre



Estádio FIFA 2010, em construção na Cidade do Cabo.
© AP/Reportres.be

Os Governos tentam combater a crise financeira mundial através de medidas menos ortodoxas para reactivar a economia. Na África do Sul, as atenções são outras: o Campeonato do Mundo de Futebol de 2010.

O país tem escapado bastante bem às consequências da crise devido ao seu sólido sistema bancário, que dispõe de poucos produtos tóxicos nas suas reservas. Mas a recessão generalizada tem sempre impacto numa economia tão globalizada como a da África do Sul. No último trimestre do ano passado, a economia contraiu-se pela primeira vez em dez anos. Este ano já houve uma queda maciça da produção, contribuindo provavelmente para outro trimestre de contracção. Mas o anterior presidente da África do Sul, Kgalema Motlanthe, estava muito optimista a esse respeito. A razão era a bonança dos eventos desportivos globais que culminam no Campeonato do Mundo de Futebol da FIFA daqui a menos de 18 meses. Este mês, a Indian Professional League (Liga Indiana de Futebol Profissional) trouxe o seu torneio para a África do Sul após os ataques terroristas de Bombaim; a equipa de rãguebi British Lions inicia uma digressão em Maio de 2009, seguida da Taça das Confederações de Futebol da FIFA em Junho de 2009.

Associam-se números enormes ao que tudo isto poderá significar em termos de aumento do turismo, de sector hoteleiro, de meios e de impostos para o Governo. O Vice-Ministro do Desporto, Gert Oosthuizen, calcula a contribuição directa do Campeonato do Mundo para o PIB em 55,7 mil milhões de randes** (cerca de 6 mil milhões de dólares dos EUA, gerando impostos no valor de 19,3 mil milhões de randes: “A sucessão de torneios impôs-nos a necessidade de investir em grandes infra-estruturas e esse investimento serve de medida contracíclica para enfrentar as consequências negativas da fusão económica global.”). Os analistas interrogam-se sobre os números utilizados por Oosthuizen. Alguns dizem que seria mais plausível falar de 22 mil milhões de randes, com o Governo a recuperar não mais de 8 mil milhões de randes de uma despesa superior 15,6 mil milhões de randes. Isto parece mais de acordo com as contas do Campeonato do Mundo de outros anfitriões recentes, como a Coreia do Sul, que ainda hoje se bate para saldar as dívidas contraídas pelo seu Campeonato do Mundo.

> Espírito de nação arco-íris

Motlanthe tem razão no que respeita aos factores mais intangíveis. No ano passado, os Sul-Africanos sofreram estoicamente com o trabalho de construção quase frenética de novas modalidades de transporte porque sabem que eles mudarão a África do Sul para sempre. Orgulhosos do lugar atribuído ao “Gautrain”, um nome que engloba a palavra da língua sesotho para Joanesburgo, a capital comercial do país, assim como a palavra do africano “gou”, que significa rápido. Há também uma alusão a “goud”, o metal que deu à velha cidade de 110 anos a sua existência. É um exemplo quase perfeito do espírito de nação arco-íris de Nelson Mandela, abrangendo velhas e novas ordens nos projectos de reconciliação. Mas vai muito mais longe do que isso. Extremamente caro como parece ser – os custos atingirão 40 mil milhões de randes (4,5 mil milhões de dólares dos EUA) – o empreendimento catapultará a África do Sul para o século XXI e dará um rude golpe num dos legados mais tenazes do passado: o Apartheid.

Sob o regime do antigo Partido Nacional, no poder entre 1948 e 1994, o país modernizou-se rapidamente, mas os benefícios do crescimento ficaram reservados durante anos à população branca, que tinha um dos níveis de vida mais elevados do mundo.

Uma das consequências mais inimagináveis foi que a África do Sul nunca desenvolveu sistemas de transporte colectivos adequados. Embora fosse dos primeiros países, já no século XIX, a dotar-se de eléctricos, estes acabaram por ser progressivamente eliminados. Os planos para o metropolitano nunca passaram do papel. Em vez disso, foram gastos rios de dinheiro na construção de auto-estradas modernas para automóveis. O Governo do Apartheid planeou estradas que evitavam os bairros negros (black townships) com um crescimento habitacional exponencial. Foi só sob a acção do Ministro das Finanças,

Trevor Manuel, que o Governo iniciou o enorme desafio de desenvolver sistemas de transportes acessíveis a todos: ricos e pobres. Esses sistemas também se tornaram rapidamente, nos últimos anos, essenciais para o plano de luta do país contra as alterações climáticas. Transportes colectivos adequados tornaram-se uma questão de urgência. Imediatamente após o anúncio do Campeonato do Mundo, iniciou-se a construção do Gautrain (linha a grande velocidade), que ligará Joanesburgo à capital administrativa Pretória, na distância de 60 km, serpenteando entre ambos os subúrbios ricos, agora de raça mista, e os bairros negros ainda extremamente pobres.

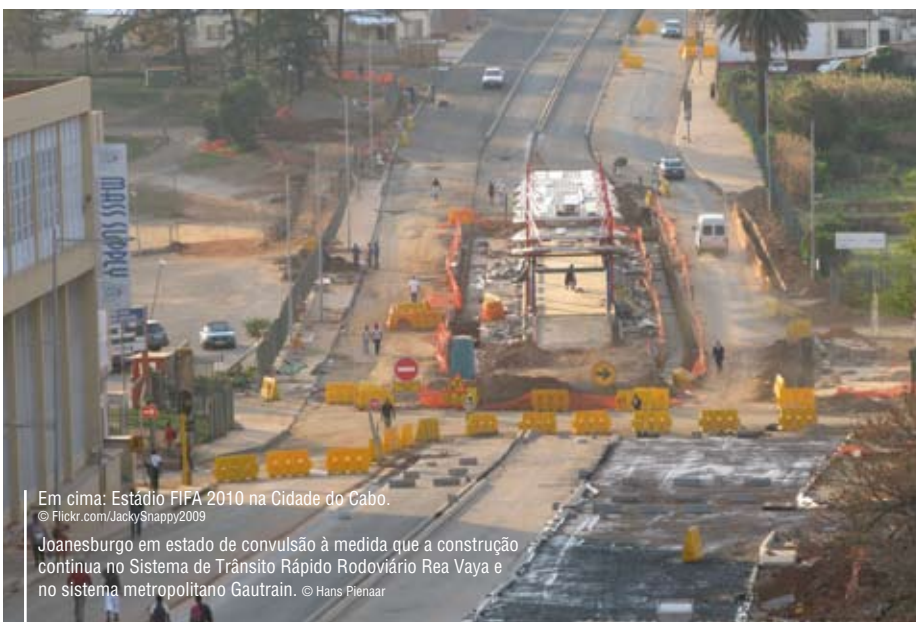
A febre do Campeonato do Mundo também foi utilizada para lançar outro sistema importante: o sistema de trânsito rápido de autocarro Rea Vaya (“vamos a caminho”), também conhecido por sistema BRT (Sistema de Trânsito Rápido por

Autocarro), considerado essencial para transportar adeptos principalmente dos bairros negros para os vários estádios do CM. Os dois projectos revelaram os pontos fracos do espectáculo do Campeonato do Mundo: beneficiar um número relativamente pequeno de homens de negócios internacionais. Em fins de Março 2009, os condutores negros de táxis minibus lançaram a primeira greve contra o sistema BRT. Durante cinquenta anos, transportaram trabalhadores negros que só encontravam trabalho nas zonas brancas. No organigrama do pós-apartheid, foram aclamados como empresários, criando actividades de transportes sem a ajuda dos brancos. “Vamos perder empregos devido a estes autocarros. Não vamos permitir que estes autocarros circulem”, disse o porta-voz da Associação de Táxis Alexandra, Velile Thambe.

Estão a surgir outras questões: que benefícios trará o Campeonato do Mundo para os pobres? Estão a ser construídos cinco estádios novos e só o da Cidade do Cabo custará 3 mil milhões de randes (350 milhões de dólares dos EUA). “Esse dinheiro dava para construir 60.000 habitações (para pobres) onde viveriam cerca de 300.000 pessoas que as utilizariam todos os dias durante décadas e não uma vez durante 45 minutos de cada lado”, afirma o Professor Anthony Leiman da Universidade do Cabo. “Celebrar a Humanidade da África” é o tema mais amplo de todo o projecto 2010, mas a integração extremamente bem sucedida do futebol da Alemanha nas artes e noutras disciplinas em 2006, através do seu projecto “goalposts”, parece ser um conceito estranho para Joanesburgo. Mais ainda, os Sul-Africanos estão extremamente optimistas para 2010. Num inquérito feito o ano passado, quase nove em dez pessoas (87%) esperavam-se melhorias em infra-estruturas. Cerca de 88% diziam-se orgulhosos por a África do Sul acolher o Campeonato do Mundo e 83% consideravam que a imagem da África do Sul no estrangeiro ia melhorar. ■

* Hans Pienaar é jornalista residente em Joanesburgo.

** Em 28 de Abril de 2009, 1 rand sul-africano = 0,0876 euro.



Em cima: Estádio FIFA 2010 na Cidade do Cabo.
© Flickr.com/JackySnappy2009

Joanesburgo em estado de convulsão à medida que a construção continua no Sistema de Trânsito Rápido Rodoviário Rea Vaya e no sistema metropolitano Gautrain. © Hans Pienaar

Palavras-chave

África do Sul; Campeonato do Mundo de 2010; futebol; FIFA; desenvolvimento; economia; Trevor Manuel; Kgalema Motlanthe; estádios.

A ONU adere ao DESPORTO para o DESENVOLVIMENTO

O poder do desporto no desenvolvimento foi reconhecido há algum tempo pelas Nações Unidas (NU/ONU). Wilfried Lemke, Conselheiro Especial do Secretário-Geral da ONU em matéria de Desporto para o Desenvolvimento e a Paz, falou-nos das suas actividades.

Porque e quando é que as Nações Unidas elaboraram um programa sobre o desporto para o desenvolvimento e a paz?

O desporto para o desenvolvimento e a paz não é uma abordagem nova no sistema das Nações Unidas. Os diferentes fundos da ONU, os programas e as agências especializadas que constituem a família da ONU utilizam o desporto no seu trabalho de terreno há muito tempo. O poder e a utilidade do desporto nos programas humanitários, de desenvolvimento e de consolidação da paz, porém, nem sempre foram utilizados de forma sistemática ou coerente ou foram-no irrisoriamente.

Esta é uma das razões que levaram Kofi Annan a criar, em 2001, o cargo de Conselheiro Especial do Secretário-Geral da ONU em matéria de Desporto para o Desenvolvimento e a Paz. Sou o segundo titular do cargo, tendo sucedido, em Abril de 2008, ao antigo Presidente Adolf Ogi, de nacionalidade suíça. O meu mandato comporta três tarefas principais: defender a inclusão sistemática do desporto nas políticas nacionais e internacionais de desenvolvimento, trabalhar como facilitador entre os interlocutores na ONU e parceiros externos e representar o Secretário-Geral da ONU nos grandes eventos desportivos.

Em suma, qual é o principal objectivo da política actual?

Um dos principais objectivos é a coordenação no âmbito do sistema da ONU. Procuo contribuir para evitar a duplicação, criar sinergias e identificar boas práticas no terreno. Nesse sentido, vejo-me como um prospector de informações no âmbito da família da ONU e para ela. Um exemplo prático é o papel coordenador na preparação dos muitos eventos megadesportivos a realizar no próximo ano. Nestes eventos, a ONU deve destacar-se pela sua visibilidade e ser ela própria um evento. A um nível mais pragmático, espero que, com a integração do Secretariado do Grupo de Trabalho Internacional sobre o Desporto para o Desenvolvimento e a Paz no meu serviço, possamos prosseguir o trabalho positivo de aconselhamento político aos Governos interessados em incorporar o desporto nos seus planos de desenvolvimento.

Neste momento, as intenções da comunidade internacional de dadores estão solidamente orientadas para a consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Qual é a relação entre o investimento de fundos públicos no desporto e a redução da pobreza?

Embora não seja uma panaceia, o desporto pode contribuir para realizar literalmente cada um dos oito ODM. Pode ajudar a reduzir a pobreza dando às pessoas qualidades de vida transferíveis, melhorando a auto-estima e a autoconfiança que aumentam a sua empregabilidade. Alguns programas

desportivos também incluem a produção de equipamento desportivo, o que cria empregos a nível local. No fundo, os programas sustentáveis podem ajudar a estabelecer instituições sociais e mercados mais complexos relacionados com o desporto que proporcionem oportunidades de emprego. Por último mas não menos importante, o desporto pode ajudar a evitar doenças, que são um dos principais factores de pobreza.

Que critérios são utilizados para avaliar o êxito dos projectos no domínio do desporto para o desenvolvimento?

A importância da monitorização e avaliação da qualidade do desporto para os programas de desenvolvimento e de paz não deve ser subestimada. Embora reconhecendo haver falta de ferramentas de avaliação amplamente disponíveis, especificamente em matéria de desporto para o desenvolvimento e a paz, os investigadores de todo o mundo estão a constituir uma base de elementos destinados a apoiar os esforços globais. A avaliação de qualquer programa deve basear-se na relevância, eficácia, eficiência, impacto e sustentabilidade do programa.

Sente que outras agências de dadores não têm interesse em financiar o desporto para programas de desenvolvimento?

Naturalmente, a crise financeira tem impacto em todas as actividades de desenvolvimento. Mas em comparação com outros objectivos de programas de desenvolvimento social, os programas que incluem o desporto como forma de promover o desenvolvimento e a paz são relativamente baratos. Este é um dos muitos trunfos do conceito. Os programas de desporto para o desenvolvimento e a paz, executados pela ONU ou outros organismos, devem abrir o caminho à inclusão deste conceito pelos Governos nos seus planos nacionais de desenvolvimento.

Está a realizar programas em comum com outras agências de dadores?

Conforme ao mandato de Conselheiro Especial, o meu serviço está principalmente orientado para o trabalho de coordenação, facilitação e promoção. Embora ajudemos a iniciar e incentivar programas conjuntos e aconselhemos onde for necessário, não temos mandato para nos empenharmos activamente na execução de programas de desporto para o desenvolvimento e a paz. **D.P. ■**

Palavras-chave

Debra Percival; NU; Wilfried Lemke; ODM.

A força do sucesso da JAMAICA em pista

Desde 1948, a Jamaica ganhou 13 medalhas de ouro, 27 de prata e 21 de bronze em Jogos Olímpicos e 7 de ouro, 29 de prata e 30 de bronze em Campeonatos do Mundo de Atletismo. Patrick Robinson*, um juiz jamaicano do Tribunal Criminal Internacional de Haia, elogia o sistema exemplar do seu país que incentiva a auto-confiança para desenvolver o talento dos atletas.

O Campeonato Interescolar (CHAMPS) – uma competição anual de juniores – é o terreno de formação e a plataforma de lançamento de atletas jamaicanos e tem estimulado talentos nacionais há quase um século, explica Robinson numa entrevista a *O Correio*. Treinadores qualificados em cada escola preparam rigorosamente os estudantes para as provas desportivas. “Na minha opinião, apesar de a Jamaica ter um extraordinário talento natural para o atletismo, é o sistema aplicado desde 1910 que sustenta e explica os excelentes resultados da Jamaica no atletismo internacional”, afirma Robinson.

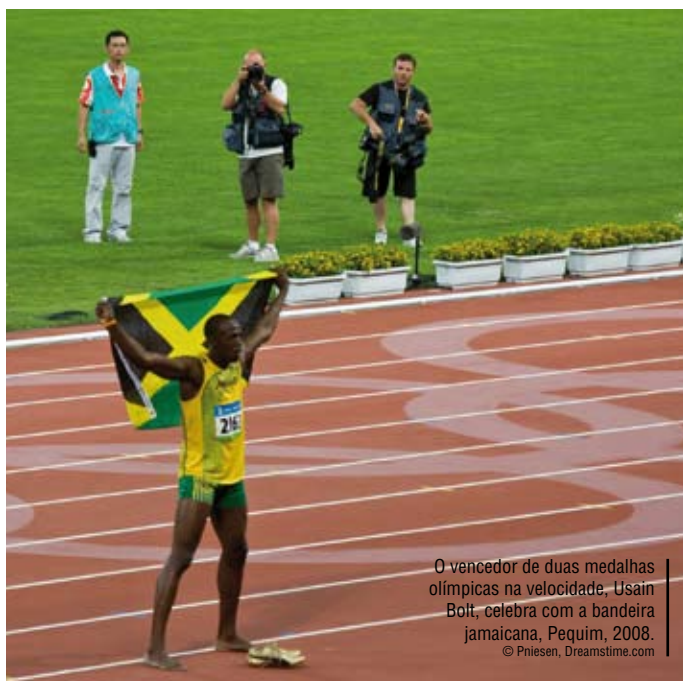
“Todos os atletas que ganham medalhas competiram no CHAMPS quando frequentavam o ensino secundário, nomeadamente Usain Bolt, que é o actual recordista da Categoria 1 do CHAMPS em 200 e 400 metros, com tempos de 20,25 segundos e 45,35 segundos, ambos realizados em 2003, e Veronica Campbell, que é a actual recordista da Categoria 1 do CHAMPS em 100 metros, com um tempo de 11,13 segundos realizado em 2001”, afirma Robinson. Usain Bolt foi a estrela dos Jogos Olímpicos de Pequim em 2008, tornando-se no primeiro homem a vencer o duplo *sprint* olímpico com recordes mundiais nos 100 e nos 200 metros.

“Para que um país beneficie plenamente do financiamento desportivo, tem de ter uma política desportiva coerente que considere o desporto como parte integrante do desenvolvimento nacional”, refere ainda o autor. Não pode haver melhor exemplo do potencial do desporto para o desenvolvimento do que o sucesso dos dois melhores treinadores da Jamaica, Stephen Francis (treinador de Asafa Powell) e Glen Mills (treinador de Usain Bolt). “Pelo seu exemplo de profissionalismo e aplicação, eles mostraram que os Jamaicanos podem obter êxitos em atletismo a nível mundial permanecendo e treinando na Jamaica, descartando assim a necessidade de irem treinar para os EUA”, diz-nos Robinson.

“A Jamaica beneficia do sucesso dos seus atletas porque o exemplo da excelência, empenhamento, dedicação, trabalho árduo e confiança em si por eles estabelecidos é uma inspiração para cada jamaicano, e deve ser contrastada com as imagens negativas de violência com que a nossa juventude é bombardeada diariamente pelos órgãos de comunicação social”, refere ainda. Na sua opinião, os atletas e treinadores jamaicanos podem presentear o mundo inteiro com provas de atletismo.

E o desporto cria oportunidades para os jovens se formarem numa área específica de emprego. Além disso, ajuda a manter os jovens fora da rua e afastados de actividades ilícitas. “Este exemplo da autoconfiança é vital para o emprego nacional, dando plena força às palavras do Herói Nacional, Marcus Garvey”, citadas por Robinson: “Força, força, rumo à vitória; tu podes realizar o que quiseres.” **D.P.** ■

*Autor de “Jamaican Athletics: A model for 2012 Olympics and the World” (*Atletismo jamaicano: um modelo para os Jogos Olímpicos de 2012 e para o Mundo*), Arcadia Books, Londres, 2009.



O vencedor de duas medalhas olímpicas na velocidade, Usain Bolt, celebra com a bandeira jamaicana, Pequim, 2008.
© Pniesen, Dreamstime.com

CENTRO DESPORTIVO NA PNG

A Papua-Nova Guiné (PNG) e a Agência Australiana para o Desenvolvimento Internacional (AusAID) conceberam uma Iniciativa Desportiva para o Desenvolvimento no valor de 44,5 milhões de dólares dos EUA, repartidos por um período de dez anos, passando de uma política desportiva na PNG baseada numa elite de atletas de alta competição para uma política desportiva a favor do desenvolvimento. As subvenções destinam-se a projectos com maior participação comunitária em programas regulares, desportivos e comunitários de qualidade que fomentem actividades de competências para a vida quotidiana baseadas no desporto, assim como cursos de formação em matéria de treino e administração. Serão igualmente reforçadas as bases desportivas na PNG.

Palavras-chave

Jamaica; Patrick Robinson; Usain Bolt; Veronica Campbell; Stephen Campbell; Glenn Mills; CHAMPS; Jogos Olímpicos; Debra Percival.

DESPORTO PROMOVIDO pela CE como ponto de partida para projectos de desenvolvimento

Louis Michel, Comissário europeu responsável pelo Desenvolvimento e a Ajuda Humanitária, recebe o Zakumi, a mascote do torneio do Campeonato do Mundo de Futebol da África do Sul. © CE

As instituições da Comunidade Europeia reconhecem cada vez mais o papel que o desporto pode desempenhar no desenvolvimento. O Livro Branco de 2007 da Comissão Europeia sobre o Desporto contém um capítulo específico dedicado à cooperação no âmbito do desporto para promover objectivos e ambições em matéria de educação, saúde, diálogo intercultural, desenvolvimento e paz. Um “Memorando de Acordo” (MA) entre o Comissário Europeu, Louis Michel, e o Presidente da Federação Internacional de Futebol (FIFA), Sepp Blatter, no dia da final do Campeonato do Mundo de Futebol de 2006 em Berlim, define o âmbito de aplicação de uma parceria de projectos CE/FIFA nos países ACP.

“Este novo contexto político pode mudar o perfil tradicionalmente baixo do desporto na cooperação para o desenvolvimento da CE. É um dado adquirido que o desporto tem um certo poder de mobilização e pode quebrar fronteiras”, afirma Tamas Varnai, responsável pelo desporto na Direcção-Geral do Desenvolvimento da CE.

“O desporto também tem um potencial de criação de um quadro de paz, ao mesmo tempo que pode ser um instrumento com um custo relativamente baixo e um impacto elevado nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Um bom exemplo é um campo de futebol no recinto de uma escola para utilização pelos seus alunos após as aulas. Os atletas

são modelos perfeitos para as crianças e a juventude, especialmente as de comunidades desfavorecidas”, diz Varnai.

O Livro Branco traz à discussão parcerias entre a CE e as Nações Unidas, os Estados-Membros da UE, as autoridades locais e organizações privadas, ao passo que o Memorando de Acordo da FIFA/CE prevê um diálogo político regular entre a Comissão e a FIFA.

➤ Déficit de financiamento

Mas foi difícil obter projectos fora das linhas de partida, dado que o desporto tem de competir com outras prioridades de financiamento. Em Maio de 2007, o Comissário Michel e Sepp Blatter da FIFA enviaram uma carta comum a todas as delegações da CE e associações nacionais de futebol dos países ACP sugerindo-lhes a procura e criação de possibilidades de cooperação. As principais ideias do projecto incluem a distribuição de equipamentos desportivos financiados pela CE, o financiamento de escolas de futebol e de competições nacionais de futebol, bolsas de estudo para jovens jogadores de futebol e o patrocínio de jogadores famosos de futebol para transmitirem mensagens de auto-estima, saúde e educação (ver Caixa).

Mas foram poucas as delegações que se mostraram interessadas na inclusão de projectos desportivos nos seus programas bilaterais no âmbito do 10.º Fundo Europeu de Desenvolvimento (2008-2013). Sem orçamento da CE dedicado ao desporto, a única opção é o financiamento pelo país através de programas regionais. Como o Campeonato do Mundo da FIFA de 2010 está a ser organizado na África do Sul – pela primeira vez no continente africano –, este país está a utilizar 10 milhões de euros do seu pacote de financiamento da CE para a prática do desporto, especialmente do futebol, por rapazes e raparigas (ver na Caixa o artigo sobre a África do Sul). **D.P.** ■

JORNALISTAS FOTÓGRAFOS PARA A ÁFRICA DO SUL EM 2010

A Comissão Europeia e a FIFA uniram-se para permitir a participação de jornalistas fotógrafos estagiários africanos num curso ministrado pela “Fundação Agence France Presse”, no intuito de melhorar a cobertura do Campeonato do Mundo. Os cerca de 200 participantes serão distribuídos pelas várias capitais africanas (Cairo, Lagos, Joanesburgo, Rabat, Dacar, Libreville e Maputo).

Palavras-chave

Campeonato do Mundo da FIFA; Louis Michel; Sepp Blatter; África do Sul; Tamas Varnai; Debra Percival.



O poder do DESPORTO

O Instituto do Desporto Juvenil da Universidade de Loughborough (Reino Unido) desenvolveu uma investigação sobre a forma como o desporto promove o desenvolvimento. Na nossa entrevista com o seu Director-Adjunto, Tess Kay, explorámos os valiosos conhecimentos da instituição que são utilizados por organizações financiadoras de projectos de desporto para o desenvolvimento.

De que forma pode o desporto contribuir para o desenvolvimento socioeconómico de nações em desenvolvimento?

Creio que todos os que trabalham nesta área se preocupam em não exacerbar o assunto, mas a verdade é que o desporto tem qualidades especiais que podem contribuir para os nossos objetivos de desenvolvimento. É particularmente eficaz como um modo de trabalho com os jovens, que gostam de desporto e o associam à sua imagem global. O futebol atrai jovens por todo o mundo e estes respondem com entusiasmo quando lhes é dada a oportunidade de participação. Já verificámos que o desporto traz os jovens de

volta para as escolas e os centros comunitários e, nesses casos, dá-lhes acesso a um vasto leque de apoio. Posso indicar três áreas: o desporto como veículo da educação formal; o desporto como veículo da educação para a saúde e das competências para a vida; e o desporto como um mecanismo de capacitação feminina e de abordagem de questões de desigualdade de género. Uma das áreas especialmente produtivas é o trabalho de desenvolvimento do desporto com jovens do sexo feminino. A nossa experiência em África e na Índia mostra que o desporto pode ser um mecanismo de capacitação das jovens particularmente eficaz.

Que critérios deverão ser utilizados na avalia-

ção do contributo do desporto para o desenvolvimento socioeconómico?

Temos de pensar no desporto essencialmente como um contributo e não como uma solução per si. O desporto é particularmente positivo ao envolver pessoas a que dificilmente chegaríamos de outra forma e ao oferecer-lhes acesso a apoio, o que por sua vez pode maximizar as probabilidades de ultrapassarem as restrições que enfrentam no dia-a-dia. Parece-me que um dos factores mais importantes é o facto de o desporto poder constituir uma base de relações construtivas com adultos compreensivos. Em África, vimos quão diferente é a forma como os jovens interagem com os adultos em contextos



podemos dar à promoção do desporto para o desenvolvimento?

Sente alguma falta de interesse no financiamento de programas de desporto para o desenvolvimento por parte de agências de doadores?

Eu diria que o desporto é similar a outras formas de trabalho de desenvolvimento: as iniciativas mais eficazes são aquelas que são totalmente adequadas às realidades práticas e culturais locais e que tem na propriedade local uma certa perspectiva de sustentabilidade, além do financiamento inicial. A assistência mais eficaz é desenvolver programas desportivos em total parceria com a nação de acolhimento.

Não é tanto falta de interesse; é mais uma falta de conhecimentos genuína sobre o que se pode fazer com o desporto. Assim que as organizações tomam conhecimento dos resultados das investigações sobre o quão poderoso o desporto pode ser, envolvem-se activamente e interessam-se por utilizá-lo como ferramenta de desenvolvimento. As agências e os investigadores da área do desporto têm um papel a desempenhar na sensibilização das agências de doadores sobre o potencial do desporto na promoção das suas actividades principais – promoção da educação, apoio a agendas de saúde e ensino de competências para a vida. O desporto tem o seu próprio valor, enquanto actividade recreativa para crianças e jovens que, em comunidades pobres, são frequentemente privados de outras formas de diversão e entretenimento. E estes são aspectos que as agências de doadores valorizam. Enquanto investigadores, temos de certificarmo-nos de que sabemos como o desporto pode servir os seus interesses. **D.P.** ■

de desporto. A natureza recreativa e divertida do desporto quebra barreiras e promove relações menos formais e mais abertas. Já assistimos a alguns testemunhos bastante sólidos de docentes da Zâmbia que descrevem como o facto de praticarem desporto com os seus alunos lhes oferece uma forma totalmente distinta de interacção, comparativamente com a interacção que desenvolvem com os mesmos alunos em contextos de sala de aula. Isto permite-lhes falar mais directamente sobre questões importantes (na Zâmbia, o VIH/SIDA especialmente) e os jovens respondem de modo bastante positivo à informação que assim lhes é dada.

Qual é o tipo de assistência mais eficaz que

Uma das coisas com as quais devemos ter cuidado é não nos basearmos em sistemas desportivos prontos a utilizar demasiado “ocidentalizados”. É fulcral termos em total consideração o contexto cultural em que os programas desportivos são introduzidos. Isto significa que devemos recorrer a abordagens de parcerias desde o início e não só nas fases de implementação e entrega. E é igualmente importante reconhecermos que, por vezes, existe alguma resistência cultural ao desporto. Em comunidades mais pobres, até as crianças têm de trabalhar e, nestes casos, o desporto parece totalmente irrelevante. Mas é interessante ver que, até nestas situações, depois de introduzidos, os programas desportivos têm a capacidade de crescer.

Palavras-chave

Desporto; Tess Kaye; Instituto do Desporto Juvenil; Universidade de Loughborough; Índia; África; Debra Percival.

THE LONDON SUMMIT 2009

STABILITY | GROWTH | JOBS

Passado o espanto...

A Cimeira de Londres 2009.
© Lawrence Looi/newsteam.co.uk

O que nos fica do pacote do G20?

Caindo o pano na Cimeira dos Estados do G20 (Grupo dos 20)* em Londres, no passado 2 de Abril, a dissecação do acordo concluído para ressuscitar a economia mundial deu início. Grupos de reflexão e organizações não governamentais (ONG) líderes chamam a atenção para o facto que, para não arrastar ainda mais pessoas para a pobreza, e sobretudo nos países em desenvolvimento, o G20 deve agora cumprir as promessas feitas no Plano Global Internacional de Recuperação e Reforma. “Este é o dia em que o mundo se une para com-

bater a recessão mundial, não com palavras mas com um plano de recuperação global e de reforma bem calendarizado”, expressou o Primeiro-Ministro britânico, Gordon Brown, anfitrião da Cimeira que teve lugar no Excel Centre de Londres. Foi acordado um pacote de reforço de 1,1 bilião de dólares dos EUA para restaurar o crescimento e criar emprego, incluindo: 500 mil milhões de dólares EUA para o FMI; 250 mil milhões de dólares EUA em direitos especiais de saque (DES)** (para todos os membros do FMI); um pacote de dois anos de 250 mil milhões de dólares EUA para financiamento do comércio; e

100 mil milhões de empréstimo adicional pelos bancos de desenvolvimento multilaterais. O único africano à mesa dos G20, o antigo Presidente da África do Sul, Kgalema Motlanthe, disse que estava “plenamente satisfeito” com o resultado e especialmente com “o compromisso de assegurar que os países em desenvolvimento beneficiam de financiamento especialmente destinado a infra-estruturas”. O Presidente dos EUA, Barack Obama, afirmou que o evento tomou “medidas sem precedente para restaurar o crescimento e impedir que crises como esta ressurgam no futuro”. O Presidente da União

cionismo, para sustentar a prosperidade. Os líderes comprometeram-se igualmente a aderir aos princípios globais do sistema bancário: proteger o sistema bancário, incluindo os fundos especulativos, dentro de uma rede global regulamentada; definir novas regras de contabilidade internacional; regulamentar agências de crédito; e pôr cobro aos paraísos fiscais que não prestam a informação solicitada.

➤ Fundos frescos?

Num documento pós-Cimeira, Martin Kohr do South Centre, um grupo de reflexão de políticas de desenvolvimento, disse que os fundos garantidos não são dotações totalmente novas: “Alguns desses fundos já tinham sido decididos muito antes da cimeira e alguns deles reflectem apenas uma intenção em vez de serem promessas concretas.” A promessa da Cimeira consistindo em disponibilizar empréstimos ao FMI e de os converter em empréstimos aos países afectados pela crise decorrente do esgotamento das reservas estrangeiras comprometeria a capacidade de controlo e disciplina do FMI em relação aos países fornecedores de empréstimos, argumentou Kohr, exigindo a reforma do FMI.

Mais ainda, os 250 mil milhões de dólares EUA de direitos especiais de saque prometidos seriam partilhados entre os 186 membros do FMI, segundo as suas quotas ou direitos de voto, o que significaria que 44% destas verbas reverteriam assim em proveito dos sete países mais ricos e apenas 80 mil milhões iriam para os países

pobres em desenvolvimento, explica Martin Kohr. E acrescentou que o G20 não fez nada para ajudar os países em desenvolvimento a evitar a distorção provocada pela dívida. Duncan Green, Director de Investigação na Oxfam avançou: “Há um ponto de interrogação enorme sobre o alcance real dos compromissos relativos aos paraísos fiscais. Travou-se, sem dúvida, uma grande batalha no seio do G20 para decidir estabelecer uma lista dos maus alunos e sentiram-se aliviados ao atirar com as culpas para a OCDE.” (ver caixa) Duncan Green pensa que dos 250 mil milhões de dólares para incentivar o comércio, apenas 12 mil milhões serão afectados aos países com baixos rendimentos. **D.P. ■**

* O grupo dos 20 inclui os Ministros das Finanças e os Governadores dos Bancos Centrais de 19 Estados: Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, França, Alemanha, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul, Coreia do Sul, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos da América. A União Europeia, representada rotativamente pela Presidência do Conselho e o Banco Central Europeu, é o 20.º membro do G20.

** O DES é um fundo internacional de reserva, criado pelo FMI em 1969, para complementar as reservas oficiais existentes dos países membros. Os DES são dotados aos países membros em proporção das suas quotas no FMI.

Palavras-chave

G-20; Kgalema Motlanthe; Trevor Manuel; Gordon Brown; Jean Ping; paraísos fiscais; facilidade alimentar; Debra Percival.

APELO À CIMEIRA DE ÁFRICA

Antes do G20, o “Comité dos Dez”, um grupo de Ministros das Finanças e de Bancos Centrais presidido pelo Ministro das Finanças da África do Sul, Trevor Manuel, estabeleceu um programa global da África para a Cimeira. O seu relatório sobre o impacto da crise nas economias africanas adverte que a progressão constante durante a última década poderá ser posta em perigo: “A crise está a acabar com as firmas, as minas, os rendimentos do trabalho e os meios de subsistência.”

Pela primeira vez numa década, poderá verificar-se no continente um crescimento per capita zero, com faltas de rendimentos nas exportações, a nível do continente, da ordem de 251 mil milhões de dólares EUA em 2009 e 277 mil milhões em 2010, sendo os exportadores de petróleo os mais afectados pela perda. Os influxos de capitais estão em diminuição dado as remessas dos trabalhadores e as receitas do turismo diminuírem e os fundos de reservas estrangeiras estarem a esgotar-se. Alguns países têm apenas cobertura para algumas semanas (por exemplo, a RDC), pondo gravemente em perigo a capacidade de importação de produtos de base, fornecimento de produtos alimentares e de medicamentos e factores de produção agrícola, adverte o relatório.

A maior preocupação é saber como sustentar níveis adequados de investimento, especialmente em infra-estruturas. É necessário um suplemento de 50 mil milhões de dólares EUA em 2009 e de 56 mil milhões em 2010 para manter os níveis de crescimento anteriores à crise. O aumento do investimento para o nível necessário à realização das taxas de crescimento mais elevadas compatíveis com os ODM requer uma verba adicional de 117 mil milhões de dólares EUA para 2009 e 130 mil milhões para 2010, menciona o relatório. O relatório recomenda recursos adicionais, flexibilidade das políticas dos doadores com menos condições e medidas de promoção do comércio.

Africana (UA), Jean Ping, e Primeiro-Ministro da Etiópia, Meles Zenawi, representante da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NPDA – NEPAD), foram ambos convidados.

O G20 assumiu alguns compromissos gerais, a saber: restaurar a confiança, criar crescimento e emprego; reformar o sistema financeiro para relançar o crédito; reforçar a regulamentação financeira para restabelecer a confiança; capitalizar e reformar as instituições financeiras internacionais para superar a crise e impedir novas crises no futuro; promover o comércio e o investimento globais e rejeitar o protec-

APELO PARA O AUMENTO DA AJUDA

O Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, apressou-se em defender, em 8 de Abril, um aumento da ajuda ao desenvolvimento pelos 27 Estados-Membros da UE: "Estamos a mais de metade da data-limite de 2015 para a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e alguns dos ganhos realizados até agora arriscam de ser perdidos, deixando os países pobres piores do antes da crise." Como o maior doador da ajuda em termos de Produto Interno Bruto (PIB), a UE disponibilizou 49 mil milhões de euros em 2008, ou seja 40% do seu PIB.

Mas será necessário aumentar colectivamente o volume da ajuda para 69 mil milhões em 2010 a fim de cumprir a promessa de 0,56% do PIB para a assistência ao desenvolvimento ultramarino feita na Cimeira de Gleneagles do G8 em 2005. O Presidente José Manuel Durão Barroso advoga a favor de uma "maior utilização da ajuda ao desenvolvimento para alavancar outros fundos, inclusive através do Banco Europeu de Investimento (BEI). Cada euro gasto na ajuda pode impulsionar cinco euros de investimento privado", disse o Presidente.

O Presidente Barroso disse que a Comissão Europeia queria "concentrar os esforços da ajuda" (expedindo o pagamento da sua ajuda) e refocalizar os seus compromissos existentes – incluindo os 3 mil milhões de euros de apoio ao orçamento previstos – sobre os mais vulneráveis. Além disso, um instrumento FLEX ad hoc destina-se a compensar os países em desenvolvimento mais seriamente afectados pela queda das receitas de exportação, tendo em conta a contracção do comércio mundial. O Presidente Barroso afirmou que este instrumento estará operacional antes do final de 2009 e inclui 500 milhões de euros para permitir aos países em desenvolvimento continuarem as despesas líquidas de segurança social. Além disso, a UE adoptou uma "Facilidade Alimentar" para fomentar a produção agrícola nos países em desenvolvimento (ver o artigo que segue).

ACÇÃO SOBRE OS PARAÍSOIS FISCAIS?

Ao anunciar a acção do G20 sobre os paraísos fiscais, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económicos (OCDE) com sede em Paris publicou rapidamente a lista dos Estados que estão a retardar a execução das normas fiscais de transparência. Uma lista "cinzenta" de países que melhoraram as suas normas internacionais de transparência, mas insuficientemente, inclui 16 países das Caraíbas.

Para mais informações : oecd.org

Estados ACP em sintonia com a chamada "FACILIDADE ALIMENTAR"

Trinta e quatro países vão beneficiar de uma série de projectos e programas financiados pela Comissão Europeia para melhorar a segurança alimentar nos próximos três anos.

Em 30 de Março de 2009, a Comissão Europeia aprovou uma decisão de financiamento inicial de 1000 milhões de euros ao abrigo da "Facilidade Alimentar" que foi adoptada no final do ano passado pelas instituições da União Europeia (UE) e fortemente apoiada pelas ONG de desenvolvimento. Em geral, durante três anos, vai beneficiar os mais pobres de um total de 50 países em desenvolvimento.

"A Europa colabora na luta contra a crise alimentar através da ajuda de emergência. A 'Facilidade Alimentar' é a resposta de desenvolvimento para restabelecer o equilíbrio da agricultura", disse o Comissário Europeu do Desenvolvimento e da Ajuda Humanitária, Louis Michel, numa declaração em 30 de Março de 2009. Recuando a 18 de Dezembro de 2008, o Parlamento Europeu e o Conselho de Ministros deram luz verde à proposta apresentada pela Comissão Europeia em resposta à crise alimentar mundial de 2007/2008

caracterizada por uma subida acentuada dos preços dos produtos alimentares. Neste pacote de três anos (2009-2011) serão contempladas três áreas:

- Melhor acesso a factores de produção agrícola, como fertilizantes e sementes, bem como a serviços agrícolas, como veterinários e consultores;
- Medidas em pequena escala destinadas a aumentar a produção agrícola, nomeadamente microcréditos, infra-estruturas rurais, formação e apoio a grupos profissionais no sector agrícola; e
- Medidas do tipo "rede de segurança", proporcionando uma fonte de rendimento a grupos vulneráveis da população, através de projectos de obras públicas de mão-de-obra intensiva (estradas, irrigação, etc.).

Os primeiros países ACP a beneficiar desta Facilidade são: Burkina Faso, Burundi, República Centro-Africana, RD do Congo,



Uma jovem limpa comida num campo para deslocados no seu próprio país em Arare, a 12 km de Jamaame, Sul da Somália, Dezembro de 2006.
© Manoocher Deghati/IRIN

Cuba, Eritreia, Etiópia, Gâmbia, Guiné-Bissau, Haiti, Quênia, Libéria, Mali, Moçambique, Serra Leoa e Zimbabué. Nesta primeira leva, todo o financiamento aos Estados ACP será canalizado através de organizações internacionais: a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), o Programa Alimentar Mundial (PAM), o Banco Mundial (BM) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Segundo os funcionários da Comissão Europeia, serão atribuídas outras dotações durante os três anos a outros Estados ACP (ver caixa) através de um grupo alargado de interlocutores: organizações internacionais e regionais e governos nacionais, bem como através de convites à apresentação de propostas para agentes não estatais, organismos dos Estados-Membros e outros interlocutores elegíveis. **D.P.** ■

Dotações da “Facilidade Alimentar” aos Estados ACP (2009-2011)

País	Dotação indicativa (em milhões de euros)	País	Dotação indicativa (em milhões de euros)
Benim	12,9	Libéria	10,9
Burquina Faso	23,7	Madagáscar	21,8
Burundi	13,4	Malawi	17,9
República Centro-Africana	10	Mali	22,1
Comores	3,6	Mauritânia	7,6
Cuba	11,7	Moçambique	23,2
República Democrática do Congo	40,6	Níger	19,2
Eritreia	12,8	Ruanda	15,6
Etiópia	45,4	São Tomé e Príncipe	2,1
Gâmbia	5,5	Senegal	14,5
Gana	20,9	Serra Leoa	16,2
Guiné-Bissau	8,4	Somália	14,4
Guiné	13,5	Tanzânia	32,4
Haiti	15,8	Togo	13,7
Jamaica	5,9	Zâmbia	16,3
Quênia	31,2	Zimbabué	15,4
Lesoto	6		

As ONG ALERTAM para cortes na ajuda

Os cortes de vários Estados da UE nos orçamentos da Ajuda ao Desenvolvimento Ultramarino (ODU) para 2009 como consequência da contracção das suas economias levarão à perda de vidas nos países em desenvolvimento, afirma a principal ONG irlandesa.

Em Dezembro de 2008, a Itália anunciou cortes de 56% da ajuda. No início de 2009, a Letónia suspendeu toda a sua despesa (100%) e, em Março de 2009, a Estónia reduziu o seu orçamento de 10%. Surge agora uma nova redução da ajuda por parte da Irlanda, o que significa que a contribuição inicial de 891 milhões de euros para 2009 foi reduzida para apenas 696 milhões de euros. Hans Zomer, Director da Dóchas, a associação irlandesa de Organizações Não Governamentais, afirma que este corte é desproporcionado em relação ao declínio da economia irlandesa: “A uma queda de oito por cento no rendimento nacional deveria corresponder um corte proporcional de 71 milhões de euros no orçamento da ajuda, não um corte de 195 milhões.” E acrescentou: “Agora terão de ser reduzidos os programas vitais que fornecem água potável, cuidados de saúde, alimentos e apoio às vítimas de calamidades.”

Entretanto, os dados da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (OCDE) sediada em Paris revelam um ligeiro aumento da ajuda fornecida colectivamente aos países em desenvolvimento pelos Estados da OCDE/UE* de 0,39 para 0,42 por cento do Rendimento Nacional Bruto (RNB) em com-

paração com o de 2007. No entanto, segundo as ONG, os objectivos de despesa colectiva da UE de 0,56% do RNB para a ODU até 2010 estão longe de ser alcançados. O relatório da OCDE destacou as graves consequências da crise económica mundial nos países pobres resultantes da perda de receitas das exportações, de investimento directo estrangeiro e de outros fluxos financeiros.

* São membros da OCDE 19 Estados-Membros da UE: Áustria, Bélgica, República Checa, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Polónia, Portugal, Eslováquia, Espanha, Suécia e Reino Unido.

Palavras-chave

ONG; Ajuda ao Desenvolvimento Ultramarino (ODU); Dóchas; Hans Zomer; Debra Percival.



A ASSEMBLEIA ACP-UE admoesta o G20

As crises financeira e alimentar, os acordos de parceria económica e as conclusões do G20 de Londres constavam da agenda dos parlamentares da Assembleia Paritária de África, Caraíbas, Pacífico e União Europeia, reunidos em Praga de 4 a 9 de Abril. Os parlamentares também adoptaram uma resolução de urgência sobre a Somália e os problemas de pirataria que se fazem sentir ao largo do país.

“**D**ecididamente, os países ACP não foram poupados pela crise económica”, sublinhou a eurodeputada, Co-Presidente da Assembleia, Glenys Kinnock, no seu discurso de abertura da sessão. “Por isso, os países não devem ficar à margem dos esforços empreendidos para reduzir os efeitos.” Quanto às promessas de ajuda feitas no G20, a eurodeputada manifestou-se inquieta por estes fundos serem disponibilizados “sob a forma de empréstimos em vez de dons e por o processo ser controlado pelo FMI”. Numa resolução urgente, os deputados da Assembleia Paritária pediram que a ajuda ao desenvolvimento, proveniente do pacote de um milhão de milhões de dólares, prometida pelo G20 em 2 de Abril em Londres, fosse desembolsada rapidamente e proviesse de fundos novos.

Ao voltarem a exigir mais flexibilidade à Comissão Europeia na conclusão dos Acordos de Parceria Económica (APE) com os países ACP (ler a rubrica Comércio), os deputados também convidaram os Estados da UE e a Comissão a redefinirem inteiramente as suas políticas de ajuda ao desenvolvimento para financiar as consequências sociais e ambientais das alterações climáticas. “Os países ACP não devem repetir os erros cometidos pelos países industrializados desenvolvendo as suas economias a partir de energias fósseis”, sublinhou Netty Baldeh (Gâmbia), co-autor da resolução com o Espanhol Josep Borrell Fontelles.

> Atacar-se às verdadeiras causas da pirataria

Os deputados lançaram um apelo ao novo Governo somaliano para que ponha termo aos

combates e garanta o acesso da ajuda humanitária aos 2,6 milhões de vítimas do conflito que devasta o país. A resolução afirma que as causas reais da pirataria são a pobreza, o desemprego e o declínio do sector da pesca. Pede uma cooperação entre as forças navais europeias da missão Atalanta e os Americanos, Russos e Chineses presentes na região.

Finalmente, dois dias após a comemoração do genocídio ruandês, os deputados adoptaram uma resolução na qual exigem um quadro jurídico que garanta o respeito das diversidades étnicas, culturais e religiosas (ver *O Correio* n.º 10).

M.M.B. ■

Palavras-chave

APP; acordos de parceria económica; G20; Glenys Kinnock; clima; Somália; crise alimentar; crise económica; Marie-Martine Buckens.



Assembleia Parlamentar Conjunta ACP-UE em Praga, 4 a 9 de Abril de 2009. © EC/ACP Secretariat

Joyce van Genderen-Naar



Willemstad, capital de Curaçao, na lista do património mundial da UNESCO desde 1997, com a sua típica arquitectura colonial neerlandesa. Uma cidade que cresceu em redor do primeiro forte construído pelos neerlandeses em ambos os lados da entrada do porto.
© Joyce van Genderen-Naar

O DESMANTELAMENTO das Antilhas Holandesas

Parte dos Países e Territórios Ultramarinos neerlandeses (PTU), as Antilhas Neerlandesas e o Governo neerlandês chegaram a acordo sobre o desmantelamento das Antilhas Neerlandesas em Janeiro de 2010.

Curaçao e St. Maarten receberão um estatuto com maior autonomia no Reino dos Países Baixos, comparável ao estatuto que Aruba tem desde 1986. As outras três ilhas dos PTU neerlandeses, Bonaire, St. Eustatius e Saba, tornar-se-ão uma “gemeente” dos Países Baixos, ou seja, um pequeno município com um presidente de câmara neerlandês. Porque é que no século XXI algumas ilhas se querem tornar mais dependentes, em vez de menos dependentes? Uma explicação é que são demasiado pequenas: Bonaire tem 11.537 habitantes, Saba 1491 e St. Eustatius 2699. Até agora tem sido o governo central das Antilhas Neerlandesas, em Curaçao, a tomar as decisões por estas pequenas ilhas. O Governo neerlandês quer manter o controlo financeiro e a supervisão financeira de Curaçao. A população de Curaçao terá oportunidade de se pronunciar no referendo a realizar em 15 de Maio de 2009.

> Terra do coração

Curaçao é a maior ilha das Antilhas Neerlandesas: 140.000 pessoas e 40 nacionalidades vivem em conjunto numa superfície de 44 km². Devido às baías da ilha com uma forma que lembra um coração, Curaçao recebeu o nome espanhol corazon (coração). O turismo e os serviços finan-

ceiros são uma importante fonte de rendimento de Curaçao, cuja economia está a funcionar bem. Os principais sectores que têm contribuído para a recente expansão económica são o turismo, a indústria logística, incluindo as actividades portuárias e aeroportuárias, a indústria petrolífera e os serviços financeiros. Existe regulamentação que permite a Curaçao oferecer subvenções especiais para atrair investidores para a área do comércio electrónico e para facilitar o desenvolvimento deste tipo de comércio, para os bancos locais que oferecem serviços electrónicos e para empresas financeiras offshore que acolhem empresas electrónicas internacionais.

> A rota do arroz dos PTU (Países e Territórios Ultramarinos)

Desde longa data que existe uma cooperação/relação histórica com o Suriname. A rota do arroz dos PTU era famosa: o arroz do Suriname ia de Curaçao para o mercado da UE isento de direitos. O contacto comercial entre Curaçao e Barbados e Trindade e Tobago tornou-se relevante nos últimos cinco anos. As Antilhas Neerlandesas fazem parte da Associação dos Estados das Caraíbas (AEC). Em Maio de 2008 a Câmara de Comércio de Curaçao organizou uma missão de informação comercial no âmbito

de um APE em Trindade e Barbados, com a participação de intervenientes dos sectores público e privado, a fim de identificar oportunidades de negócios Cariforum-CE-APE. ■

Palavras-chave

es e Territórios Ultramarinos neerlandeses; PTU; Curaçao; Antilhas Neerlandesas.

MAIS INTEGRAÇÃO COM OS ACP

A Comissão Europeia (CE) está em conversações com todos os Países e Territórios Ultramarinos (PTU) no sentido de reforçar as relações comerciais com as regiões ACP. Num Livro Verde publicado em Junho de 2008 (ver *O Correio* n.º 7), a CE admite a possibilidade de os 21 PTU se tornarem membros de Acordos de Parceria Económica (APE) com os respectivos Estados ACP vizinhos.

Intensificação das ligações ACP/COMMONWEALTH



Existem sinais de relações cada vez mais estreitas entre os 53 membros do Grupo de Nações da Commonwealth e os 79 membros do Grupo de Estados de África, Caraíbas e Pacífico (ACP). Edwin Laurent, Chefe do Departamento de Comércio Internacional e Cooperação Regional do Secretariado da Commonwealth, narrou-nos recentemente as respectivas causas e razões.

A maior parte dos Estados da Commonwealth pertence ao Grupo ACP (ver caixa em baixo). Está em curso um grande e importante projecto do tipo centro e eixos irradiantes ("Hub and Spokes") entre a Comissão Europeia (CE), o Secretariado da Commonwealth e a Organização Internacional da Francofonia (Organização dos países de expressão francesa). "O objectivo é aumentar a capacidade de os Estados ACP desenvolverem, gerirem e negociarem de forma eficaz as suas próprias políticas comerciais", explica Edwin Laurent. O financiamento – principalmente da Comissão Europeia, mas igualmente de outros parceiros – é para uma série de "hubs", incluindo um conselheiro sénior de política comercial e analistas de política comercial estabelecidos em órgãos regionais dos ACP, que são assistidos por analistas de

política comercial nos Estados ACP – conhecidos por "spokes". Trabalham ao lado dos funcionários do comércio dos governos nacionais. Geralmente os analistas não são do país de acolhimento e muitos são recrutados numa região completamente diferente, explica Edwin Laurent. São elegíveis analistas comerciais dos ACP e da CE. Cerca de metade dos Estados ACP beneficiam de peritos nacionais, refere Laurent, que continua: "Trata-se de um projecto que funcionou extremamente bem e que ajudou os países a perceberem os problemas das negociações comerciais e das áreas ligadas ao comércio dos quais, de outro modo, eles não se teriam apercebido." Acrescenta que foi uma ideia original do antigo Comissário Europeu responsável pelo Comércio, Pascal Lamy, nos primeiros dias das conversações comerciais sobre os Acordos de Parceria Económica (APE) e as negociações

comerciais da Ronda de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). Um dos desafios com que o projecto "Hub and Spokes" se defronta actualmente é a sua natureza só ACP, diz Laurent: "Existe agora uma corrente, que compreendo, que defende que a sua gestão seja descentralizada e em vez de termos de um lado todos os ACP, as regiões ACP comunicaram-nos claramente que no interesse da gestão e da coerência de todo o sistema era muito mais eficaz fazê-lo numa base regional."

► Estudo sobre a ascensão da China

A Commonwealth também forneceu peritos e conselheiros ao Secretariado ACP em domínios especializados financiados a partir de um Fundo da Commonwealth para assistência técnica. Estes peritos, recrutados a nível internacional,

À direita: No Secretariado ACP, Bruxelas: o secretário-geral da Commonwealth, Kamallesh Sharma (à esquerda), com o parceiro ACP Sir John Kaputin (à direita). © Robert Iroga



LIGAÇÕES MAIS ESTREITAS

Em 23 de Março de 2009, o Secretário-Geral dos ACP, Sir John Kaputin, reuniu-se em Bruxelas com o seu homólogo da Commonwealth, Kamallesh Sharma, para examinarem novas áreas de cooperação. O resultado, diz Laurent, foi um compromisso de uma “cooperação mais activa e mais extensa”. Vai ser elaborado um programa circunstanciado nas próximas semanas e é provável que se refira mais a um fortalecimento das ligações nas áreas já existentes do que à criação de novas áreas. A finalidade inclui mais investigação, actividades de formação, iniciativas de desenvolvimento de capacidades, *workshops* e seminários. Durante a reunião Sir John recordou que a Commonwealth e os ACP já cooperavam nas áreas da migração, comércio, cultura, diálogo político e prevenção de conflitos. Kamallesh Sharma disse que a actual crise mundial nos domínios financeiro, alimentar e energético constituía uma razão para intensificar a cooperação.

trabalham com o Secretariado ACP durante um período fixo e muitas vezes num assunto específico. Neste momento existe um conselheiro no escritório ACP de Genebra que é essencial para dar informações aos embaixadores ACP sobre o que se passa na OMC – extremamente útil para os Estados ACP que não têm representação em Genebra, explica Laurent. E acrescenta: “Também fornecemos estudos e assistência ao Grupo ACP e gostaríamos de reforçar ainda mais as suas posições negociais sobre certas questões.” Diz que a sua organização teve um pedido específico sobre o impacto da ascensão da China sobre as nações africanas. “Também estamos a trabalhar para tentar promover consensos e compreensão entre os países, por isso fazemos reuniões informais”, diz Laurent. Foram promovidas reuniões políticas entre Ministros ACP e os seus homólogos europeus. “Fazemos isto de modo informal, sem qualquer registo e por isso podemos falar abertamente. Muito recentemente realizámos um encontro entre a nova Comissária da CE para o Comércio, a Baronesa Ashton, e 12 Ministros ACP. Ela era nova e pensámos que tal como a Commonwealth, podíamos dar um contributo promovendo o entendimento fora da sala de conferências e do quadro de confrontação das negociações”, diz Laurent, acrescentando: “Nas estruturas estabelecidas, como o Comité Ministerial Misto ACP-CE para as questões comerciais, as discussões são registadas: as pessoas tomam posições e defendem-nas. O objectivo das reuniões informais é ganhar argu-

mentos. O que podemos fazer é promover a compreensão-empatia.”

Mas será que a Commonwealth vai continuar a apoiar os ACP como uma entidade, tendo em conta a actual tendência para reforçar os agrupamentos regionais no ACP, especialmente no domínio do comércio? Laurent afirma que como muitos membros da Commonwealth também pertencem ao Grupo ACP, ao apoiar os ACP a Commonwealth está a apoiar-se a si própria. Existe igualmente uma razão mais fundamental, acrescenta: o princípio da Commonwealth de criação de um mundo mais justo e melhor. “Se quisermos fazer mudanças e criar um mundo melhor, que grupo melhor para se centrar nisso do que os ACP? É o grupo que mais precisa de assistência.” Afirma que qualquer que seja a configuração futura do Grupo ACP, o Secretariado da Commonwealth apoiará os ACP e tentará assegurar que se obtém o benefício máximo dos outros parceiros. **D.P.** ■

Para mais informações: www.commonwealth.org

Palavras-chave

Secretariado da Commonwealth; Grupo ACP; “Hub and Spokes”; Sir John Kaputin; Kamallesh Sharma; Pascal Lamy; Baronesa Ashton; Debra Percival.

Membros da Commonwealth que são também membros do Grupo ACP: África do Sul; Antígua e Barbuda; Baamas; Barbados; Belize; Botsuana; Camarões; Dominica; Ilhas Fiji*; Gâmbia; Gana; Granada; Guiana; Jamaica; Lesoto; Malavi; Maurícia; Moçambique; Namíbia; Nauru**; Nigéria; Papuásia-Nova Guiné; Quênia; Quiribati; Ilhas Salomão; Samoa; Santa Lúcia; São Cristóvão e Nevis; São Vicente e Granadinas; Seicheles; Serra Leoa; Suazilândia; Tanzânia; Tonga; Trindade e Tobago; Tuvalu; Uganda; Vanuatu; Zâmbia.

*As ilhas Fiji foram suspensas do Conselho da Commonwealth em Dezembro de 2006 na sequência de um golpe militar.

**Nauru é membro com pagamentos em atraso.



Um homem de muitas facetas

UM DIA NA VIDA DO ACTOR SUL-AFRICANO TOBIE CRONJE

São 6h30 da manhã de uma segunda-feira. Quando cheguei à casa do actor Tobie Cronje em Joanesburgo, já ele estava sentado à mesa do pequeno-almoço debruçado sobre espesso guião de diálogos. Embora tendo 60 anos e tenha sido há décadas largamente conhecido na África do Sul, está agora a viver uma aventura totalmente nova.

O veterano de muitos filmes, divertimentos, séries televisivas, cabaret e pianista ocasional começa, pela primeira vez, a trabalhar como actor numa telenovela. Foi criado um cenário especialmente para ele na série Binnelanders (“Pessoas do Interior”) sobre o tema hospital. Está um pouco apreensivo.

Estamos à espera que venha da sua tarefa que realiza há vários anos – conduzir Refilwe Matsimela, de 15 anos, ao internato, uma escola chique para raparigas em Rand. Embora ela tenha o seu próprio quarto, passa as noites dos fins-de-semana na cama da mãe, Philippine, que ficou inválida após um acidente de viação seguido de abandono do sinistrado.

“Corta demasiado perto do osso”, queixa-se Cronje, em linguagem médica adequada. Está a falar da maneira apressada de realizar as filmagens, quase não deixando tempo para ensaiar uma cena. Cronje sente que não tem tempo para “interiorizar” a sua personagem e que, por conseguinte, deixa transparecer muito dele próprio. Cronje também é professor de Tai-chi e de meditação Zen e é adepto de uma medicina alternativa. Mas é apenas uma coincidência que o seu papel no guião seja o do irmão um tanto ou quanto marginalizado do médico chefe e proprietário do hospital, que aparece um dia sem prevenir e defende abordagens “new age”. A situação deve ser cómica, que é o forte de Cronje. Ele começou por conquistar os corações

dos Sul-Africanos, como o olho privado desastrado Willem. Cronje tornou-se tão famoso que foi várias vezes rodeado de simpatizantes, o que não é habitual para alguém que será o primeiro a admitir que não tem o físico de Sean Connery. A partir de então, tornou-se num evento anual da pantomima extremamente popular no centro cívico de Joanesburgo, representando feiticeiras perversas e rainhas idiotas.

Refilwe corre para a cozinha, onde Cronje acaba de tomar a sua tigela de quinoa. A jovem de olhos brilhantes segura nos dedos uma série de cabides com roupa da escola. Não, ela não quer tomar o pequeno-almoço – mais tarde, pensa ir comer à cantina do internato, que é o que lá há de melhor.

► Pai financeiro

“Um dia, ela cansou-se das minhas saladas de tofu e azeitonas”, observa Cronje friamente. Mas adoram-se. Mais tarde, Cronje conta como ele e o seu parceiro, o malogrado jornalista William Pretorius, tentaram adoptar a Refilwe quando Philippine, que tinha começado a trabalhar como sua empregada doméstica, comunicou que estava grávida. Cronje e Pretorius foram aconselhados a não o fazer, porque isso poderia criar problemas insolúveis no futuro. Soube mais tarde que o pai de Refilwe, que não contribuiu para o seu sustento, era condutor de autocarros na cidade a norte de Polokwane. “Foi assim que me tornei seu pai financeiro em vez do seu pai adoptivo”, diz Cronje.

Saímos no carro de Cronje, depois de ter posto o meu no espaço do seu atrás da barreira de segurança – o guarda que todo o habitante dos subúrbios de Joanesburgo tem de ter hoje em dia não se vê em lado nenhum. Cronje tem a sua própria história de criminalidade, como todo o sul-africano que se preze: por pouco, o carro de um amigo não era roubado recentemente nos poucos segundos que o guarda passou pelas brasas na sua guarita. Durante o trajecto em hora de ponta, Refilwe confessa o seu sonho: ser piloto, como um amigo que iniciou o curso de quatro anos em Pretória este ano. Daí que não esteja muito interessada em ir para a universidade.

Entretanto, chegávamos ao velho edifício acastanhado, depois de percorridos dois ou três quilómetros, quando a moça se lembrou que tinha esquecido alguma coisa. “É o único inconveniente de ir para um internato tão perto de casa”, diz Cronje. “Ela esquece-se facilmente de alguma coisa, porque sabe que eu lha levarei rapidamente.” Depois disso, regressa a casa para memorizar mais alguns diálogos. Na Binnelanders, não lhe exigem que comece às 7 horas da manhã, a sua chamada só está prevista para as 10h30 para três cenas até às 17 horas. Mas ele começa rapidamente a franzir as sobrancelhas. O problema destas telenovelas, observa Cronje, é que os diálogos são muito inconsistentes por terem a colaboração de vários escritores. Apontou então algumas inconsistências aos directores, que não fizeram caso disso dizendo-lhe que ninguém notaria.

Cronje sente a falta do seu William, falecido há dois anos. Os responsáveis do teatro sabiam que, ao contratar Cronje para uma produção, teriam de contratar também Pretorius para lhe servir de ponto. Sabia-se que Cronje esquecia facilmente o seu papel. Agora confia em doses saudáveis de espirulina e ómega3, especialmente quando trabalha num filme, numa peça de teatro e numa telenovela no mesmo dia, como aconteceu há três semanas.

► Sector não sindicalizado

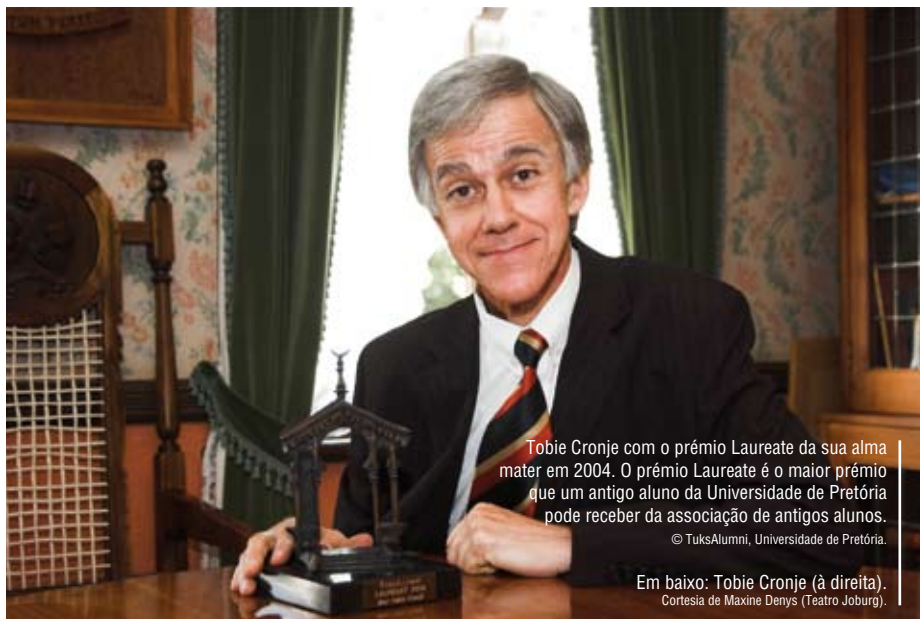
Cronje partilha o camarim com Hans Strydom, o personagem principal da telenovela. Strydom é advogado na vida real e trouxe a profissão consigo para o estúdio no centro de Joanesburgo. Está a trabalhar como representante dos actores de teatro da África do Sul, que são muitíssimo explorados no sector não sindicalizado. Cronje é disso um exemplo perfeito. Actuou em 20 filmes, mas se só recentemente conseguiu que lhe pagassem, pela primeira vez, direitos de autor de filmes em vez de honorários pagos uma só vez, deve-o à intervenção de Strydom.

As suas roupas do dia foram penduradas num trólei móvel do camarim. Depois, é tempo de pausa na sala dos artistas para café e bolos. Os pedaços de bolo seco acabam por não ser comidos, porque praticamente já faz parte do cenário e os actores e as pessoas da produção já se cansaram disso. Na sala dos artistas, há um

monitor que anuncia em teleponto quem tem que fazer o quê. “É estranho que esteja tudo em inglês quando se trata de uma telenovela em afrikaans”, diz Cronje. Embora a série tenha um elenco multirracial e o afrikaans seja falado por milhões de negros, o inglês é a língua veicular na profissão. Cronje é chamado para o ensaio da primeira das suas três cenas do dia. Como Cronje é tão profissional, o director está satisfeito. Os quatro operadores de câmara são chamados e participam no ensaio. Depois, foi a verdadeira filmagem, após um único ensaio. Toda a gente estava contente pensando que o resto eram favas contadas. Todos, excepto Cronje, claro. “Foi uma actuação instantânea”, suspirou. “Ainda tenho que me habituar a isto.” **H.P. ■**

Palavras-chave

Tobie Cronje; África do Sul; Binnelanders; Teatro; Hans Pienaar.



Tobie Cronje com o prémio Laureate da sua alma mater em 2004. O prémio Laureate é o maior prémio que um antigo aluno da Universidade de Pretória pode receber da associação de antigos alunos.

© TuksAlumni, Universidade de Pretória.

Em baixo: Tobie Cronje (à direita).
Cortesia de Maxine Denys (Teatro Joburg).



MAIS FLEXIBILIDADE, exigem os deputados ACP-UE

Os acordos de parceria económica (APE) devem ser mais flexíveis e apoiados por um novo fundo de ajuda ao comércio. A ajuda europeia não deve, em caso algum, ser condicionada à assinatura dos acordos – insistiram os parlamentares da Assembleia Parlamentar Paritária (APP) de África, Caraíbas, Pacífico e da União Europeia, reunidos em Praga de 4 a 9 de Abril.

“Os progressos nas negociações dos APE dependem presentemente da vontade da Comissão de oferecer concessões aos Governos e negociadores ACP”, declarou a Co-Presidente da Assembleia, a britânica Glenys Kinnock. “Podemos ser incentivados pelo facto de a Comissária Europeia do Comércio, Sr^a Ashton, se ter empenhado a favor de mais flexibilidade nas negociações.”

A resolução da Assembleia Paritária (cujos co-relatores são o Maliano Assarid Ag Imbarcaouane e o Alemão Jürgen Schröder) reafirma o objectivo de fazer dos APE, que devem alinhar as relações comerciais entre a Europa e os países ACP pelas regras da OMC, instrumentos de ajuda ao desenvolvimento. Pede-se à Comissão que não force a liberalização dos sectores mais vulneráveis das economias ACP e à UE que não imponha a assinatura dos acordos como condição prévia à ajuda ao comércio e ao desenvolvimento.

> **Recusa da “condicionalidade” da ajuda**

Resolução contra qualquer condicionalidade associada aos APE para concessão da ajuda europeia ao comércio e dos recursos do 10.º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED).

A Assembleia exorta a UE a fornecer “recursos suplementares adequados” para acompanhar a execução dos APE, além das já previstas pelo FED. Metade dos 2 mil milhões de euros anuais que a UE se comprometeu a disponibilizar a título da ajuda ao comércio a partir de 2010 deveria servir para financiar os APE, pede-se na resolução. Este apelo surge na altura em que o Comissário Europeu do Desenvolvimento, Louis Michel, declarou, em 4 de Abril em Bruxelas, “que não haveria afectação de fundos suplementares”, mas um adiantamento de 3 mil

milhões de euros sobre o orçamento de ajuda aos países ACP e 500 milhões destinados a compensar a perda das receitas de exportação dos países em desenvolvimento (instrumento “FLEX”).

> **Cláusulas controvertidas**

Além disso, a Assembleia solicita à Comissão que permita a renegociação de “cláusulas controvertidas” constantes dos acordos provisórios já rubricados por alguns países ACP e severamente criticados pelas ONG. Do mesmo modo, a Comissão não deve impor negociações sobre os serviços se os países ACP não estiverem dispostos a fazê-lo, pedem os parlamentares ACP-UE.

A liberalização do comércio de mercadorias implicaria uma perda anual de 359 milhões de dólares em receitas aduaneiras para os países africanos. A Costa do Marfim, por exemplo, perderia o equivalente ao seu orçamento de saúde anual para 500.000 pessoas, segundo um estudo da Universidade britânica de Nottingham, citada no relatório. **M.M.B. ■**

Palavras-chave

Glenys Kinnock; APP; APE; flexibilidade; Ashton; Marie-Martine Buckens.

Um agricultor local colhe sorgo produzido com sementes doadas pela Organização para a Alimentação e a Agricultura, através do projecto “Melhorar as Sementes”, Nyala (Sul do Darfur, Sudão), Dezembro de 2006. © Nações Unidas

I Port Elizabeth (África do Sul).

A “AMÉRICA” DA ÁFRICA resiste a um acordo comercial com a UE

O jornalista sul-africano, Hans Pienaar, exprime-se sobre o que leva a África do Sul a resistir a um Acordo de Parceria Económica (APE) com a União Europeia.

A África do Sul é hoje considerada por muitos africanos a “América” do continente. As suas empresas altamente eficientes tendem a obter grandes quotas de mercado e a dominar a concorrência, agindo quase como uma potência colonial.

Por outro lado, a África do Sul tornou-se a voz da África na cena internacional, especialmente com um antigo Presidente, Thabo Mbeki, que foi a força impulsionadora de várias instituições pan-africanas desde o lançamento da União Africana (UA) em 2000. Na África do Sul, o partido no poder pensa que o Ocidente ainda não vê a África do Sul com bons olhos. Esta dupla personalidade – de ser um país relativamente “rico” e um campeão de negros pobres – começou a ser conhecida nas conversações sobre o APE entre a UE e os Estados ACP.

Os APE aceleraram o ritmo de trabalho na parte final de 2007, quando a manutenção do tratamento preferencial dado aos Estados ACP deixou de ser permitida pelas regras da Organização Mundial do Comércio (OMC). Por iniciativa da UE, os APE foram propostos ao abrigo do Acordo de Cotonu (2000-2020). Em África, foram rubricados – não assinados – vários APE provisórios para evitar acções em

justiça segundo as regras da OMC. Na África Austral, nove dos 15 membros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) fizeram-no, ameaçando retirar-se da integração regional, uma das pedras angulares das políticas estrangeiras do “campeão negro” da África Austral.

Ora, como a UE é o maior parceiro comercial da África do Sul desde a era colonial, esta já tem o seu próprio acordo comercial com a UE, que é periodicamente renegociado. Em 2007, também foi celebrado um Acordo de Parceria Estratégica com a UE, sendo um dos poucos países a fazê-lo.

As conversações sobre um APE para substituir possivelmente o actual acordo África do Sul-UE, expirando em 2012, foram retardadas pelas duas partes. Como potencial concorrente da UE no seu próprio território africano, a África do Sul está ansiosa, especialmente no respeitante ao futuro dos seus sectores de serviços. No sistema bancário, por exemplo, os encargos bancários são muito mais elevados na África do Sul do que na Europa, pelo que não seria competitivo fora da África do Sul. A introdução de políticas comerciais exigidas pelo projecto de APE implicaria a eliminação progressiva das pautas aduaneiras. Mas a maior parte dos governos

africanos, com as suas estruturas ineficazes de tributação, estão extremamente dependentes dos direitos aduaneiros, ocultos ou declaradamente, como a sua principal fonte de rendimentos. A África do Sul deseja uma pauta externa comum para toda a região, administrada por uma União Aduaneira da África Austral (SACU) alargada, que é uma das principais pedras basilares e etapas da integração económica da África Austral, que, por sua vez, espera ser um modelo de integração no resto do continente.

Na reunião da troika ministerial em Janeiro de 2009, as duas partes acordaram que a integração em torno da SACU deveria ser um ponto de referência importante nas futuras negociações. Mas a UE registou, depois disso, a sua intenção de obter um APE com o Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia (os países BLNS), mais Angola e Moçambique, mas sem a África do Sul. **H.P. ■**

Palavras-chave

África do Sul; SACU; SADC; APE; Thabo Mbeki; Hans Pienaar.



A FAVOR de uma justiça climática

Participantes das campanhas da CIDSE e da Caritas Internationalis durante o lançamento da campanha "Clima de Justiça" em Poznan, Polónia. © CIDSE

Na página 33: Araya Afsaw. © Araya Afsaw

“Uma política climática equitativa é a ajuda ao desenvolvimento eficaz”, declarou recentemente Hans Joachim Schellnhuber, Director do Instituto Postdam para a investigação sobre o impacto climático. A ONG alemã Misereor prova-o no terreno e intensifica a sua acção, a menos de seis meses da Cimeira, sobre o clima, o que a levou a descobrir que, o mais das vezes, os países do Sul têm algo a ensinar aos países do Norte.

Os grandes perdedores do pacto sobre o clima, que deverá ser decidido no próximo mês de Dezembro em Copenhaga no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre as alterações climáticas, correm o risco de serem os países em desenvolvimento, que sofreram imenso com a desregulação do clima anunciada, e provocada em grande parte pelos países industrializados responsáveis pelo aumento dos gases com efeito de estufa (GEE).

► Influenciar as negociações

Por duas razões. Por um lado, as soluções preconizadas para limitar os GEE são essencialmente instrumentos de mercado geridos por – e frequentemente para – países industrializados (ler a caixa); por outro lado, a falta de perícia – e de peso político – dos representantes dos países do terceiro mundo arrisca de encurtar a influência sobre as negociações que se anunciam muito difíceis e muito técnicas e complexas. É a estas

duas carências que se ataca a rede das ONG da associação CIDSE (www.cidse.org), que reúne 16 agências católicas. Entre elas, a agência alemã Misereor está empenhada em encontrar – em parceria com a população local – métodos que permitam a estes países atenuar os efeitos das alterações climáticas e adaptar-se a esses métodos. Dois conceitos – alívio e adaptação – que serão objecto de árduas negociações em Copenhaga, onde as partes na Convenção terão de decidir a criação de um fundo especial que

permita aos países em desenvolvimento tomar as medidas ad hoc.

“Tentamos pôr à disposição dos nossos parceiros os instrumentos necessários à sua participação nas negociações”, explica Anika Schroeder, responsável pelo clima e desenvolvimento na Misereor. “Copenhaga é apenas o início do processo. O pessoal de terreno ainda não está preparado para influenciar os seus governos, mas consegui-lo-á pouco a pouco.” É nessa perspectiva que a ONG alemã tenciona organizar no Malávi uma retransmissão por Internet entre os representantes do Malávi e os negociadores dos países do Norte, durante a reunião de preparação da Cimeira de Copenhaga que terá lugar em Junho, em Bona (Alemanha).

> Aprender com os países do Sul

Mas a ONG actua também no terreno. “Organizámos”, prossegue Anika Schroeder, “sessões de trabalho com as populações locais de três países: Mali, Níger e Burquina Faso. Na verdade, estes três países subsarianos tiraram ensinamentos muito interessantes das alterações climáticas que eles vivem há mais de dez anos. Já estão preparados e mostram que têm a flexibilidade necessária. A adaptação já faz parte das suas vidas. É como um laboratório. Ora, nós tentamos compreender o seu processo de adaptação para podermos alargá-lo ao resto do mundo”. Estas sessões de trabalho serão, sem dúvida, seguidas de ateliês de inspiração política. No próximo mês de Outubro, será orga-

nizado em Niamei, capital do Níger, um grande colóquio, onde serão debatidas em profundidade questões relacionadas com as alterações climáticas. “Está previsto convidar cientistas do Norte, do Instituto de Investigação sobre o Impacto do Clima Potsdam (PIK), para verem o que significa a alteração climática no terreno e não segundo os seus modelos.”

Metade dos financiamentos da Misereor é afectada a projectos agrícolas. “Nós vemos que as pequenas explorações agrícolas adaptam-se muito bem às alterações climáticas. O nosso projecto é também colher e preservar as sementes genuínas. Nas Filipinas, por exemplo, há comunidades de camponeses que utilizam umas variedades antigas de arroz e até conseguiram desenvolver novas variedades que resistem, seja à seca, seja a uma elevada pluviosidade”, acrescenta Anika Schroeder.

> Combater a pobreza

A Misereor actua igualmente noutros terrenos que apresentam desafios diferentes, entre outros, na África do Sul. “É uma economia de emergência, que apresenta dificuldades mas cria também oportunidades”, explica Anika Schroeder, prossequindo: “Já são grandes poluentes, mas ao mesmo tempo subsiste uma pobreza enorme. É necessário lutar nas duas frentes.” Já há ONG sul-americanas muito activas no terreno e lutam arduamente para diminuir o teor de carbono das populações ricas. Nos bairros pobres, a Misereor trabalha com as comunidades confrontadas com

riscos diários, como o aluimento de terrenos. Estes bairros são frequentemente construídos em zonas limites. Com um “credo”: as iniciativas devem vir das populações envolvidas. A ONG oferece aconselhamento e fornece o financiamento. **M.M.B.** ■

Palavras-chave

Misereor; CIDSE; Anika Schroeder; Araya Asfaw; Convenção Clima; Copenhaga; adaptação; Marie-Martine Buckens.

O BERRO DE ARAYA ASFAW

Director do Centro Ambiental Regional do Corno da África na Universidade de Adis- Abeba, na Etiópia, Araya Asfaw pensa que é imperativo reexaminar as regras de jogo em Copenhaga para que a África possa adaptar-se eficazmente às alterações climáticas. Num documento publicado em Março na *Science and Development Network* (SDN), o director considera que o Protocolo de Quioto, que rege por enquanto as reduções de gases com efeito de estufa entre países industrializados, travou mesmo o desenvolvimento sustentável da África.

Araya Asfaw acusa especialmente um dos instrumentos do protocolo, ou seja o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que permite aos investidores do Norte financiar projectos no Sul capazes de reduzir as emissões de GEE em troca de “créditos de carbono”. O cientista etíope insurge-se contra o próprio princípio do MDL, dado este não permitir o financiamento de novos projectos “limpos”. Por conseguinte, só podem beneficiar os países que já são grandes poluidores e que devem reduzir as suas emissões poluentes. É o caso da África do Sul, que, só ela, concentra a maior parte dos projectos MDL em África. A título de exemplo: os Europeus estudam a possibilidade de produzir electricidade solar na África do Norte, de importá-la e ligá-la à rede. Ora, dado que o MDL não apoia a tecnologia da termia solar, a África não pode enveredar sozinha por esse caminho.



R *eportagem*

A Dominica.

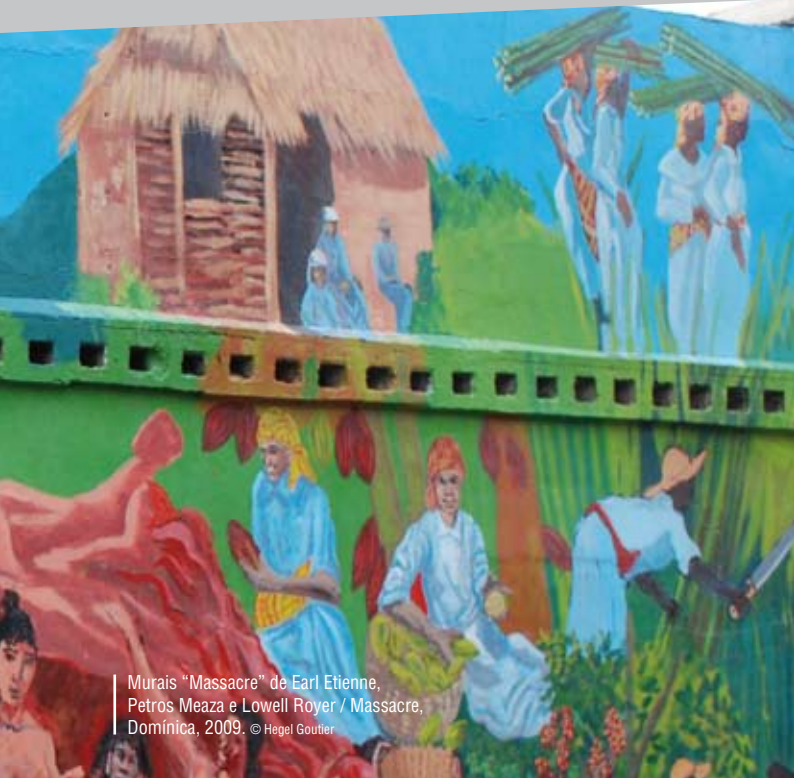
PAIXÃO

pela natureza e aposta no ser humano

Uma reportagem de Hegel Goutier

Alguns confundem-na com a República Dominicana. Quando se descobre a Dominica, o que fica logo na memória é a sua “beleza selvagem”. E é verdadeiramente aquela “ilha da natureza”, como os seus habitantes gostam de designá-la. Contudo, a Dominica é ainda mais surpreendente, mais cativante do que este atributo, embora lisonjeador. O recente interesse em relação ao turismo verde é-lhe favorável e apesar

da crise financeira internacional, enormes navios de cruzeiro fazem aí escala todos os dias, em frente às janelas dos hotéis à beira-mar de Roseau, a capital. Outra curiosidade, esta pequena ilha foi governada durante 15 anos por Eugenia Charles, a 5ª Presidente ou Primeira-Ministra eleita do mundo – a primeira do continente americano.



Murais "Massacre" de Earl Etienne, Petros Meaza e Lowell Royer / Massacre, Dominica, 2009. © Hegel Goutier

> Beleza selvagem e protecção social

Apesar de muitas das paisagens da Dominica serem geralmente acessíveis por estradas, a ilha seduz principalmente o novo turismo, atraído pelas caminhadas no seio de uma natureza virgem de uma beleza intacta, pela sua floresta tropical, as suas quedas de água, os seus rios e as suas curiosidades tais como o "Boiling lake", ou ainda as suas fontes quentes e sulfurosas que escorrem ou brotam das profundezas geotérmicas. A Dominica é a ilha mais montanhosa das Caraíbas: quase sem planícies, com picos que atingem os 1500 m de altitude. Alia a modernidade à protecção da natureza selvagem, inclusive nas cidades. É igualmente um país que, embora baseado numa economia agrícola com todos os seus imprevistos, não conhece uma grande pobreza e beneficia de uma repartição das riquezas relativamente equilibrada, de um nível de instrução bastante elevado e de uma boa assistência médica. A esperança de vida, até bastante elevada, é igual para os ricos e para os pobres, sinal de um bom equilíbrio social e da preocupação dos seus governos sucessivos em investir no ser humano. O sistema de protecção social e de saúde é eficaz. A esperança de vida na Dominica – 75 anos, ou seja 14 anos a mais do que a média mundial – coloca a ilha numa excelente posição. Contudo, o que faz com que este país se destaque é o número bastante elevado de pessoas centenárias, 22 em 2002 para 70.000 habitantes, sendo na altura Ma Pampo a mulher mais velha do mundo, falecida em 2003 com 128 anos; uma das suas vizinhas era 13 anos mais nova.

O país oferece ainda uma certa qualidade de vida, segurança e afabilidade nas relações humanas. É frequente um estrangeiro ser abordado, numa aldeia ou em Roseau, por um Dominicano apenas para lhe desejar as boas-vindas e a conversa alongar-se.

A Dominica é um país agrícola. Ao contrário de outras pequenas ilhas, a população não está concentrada na capital. Pouco mais de um terço dos habitantes vivem em Roseau ou nos arredores. Embora tenhamos assistido recentemente a um êxodo rural, em consequência dos ciclones que destruíram as plantações – aos quais se acrescem as dificuldades dos produtores de banana (o primeiro produto de exportação) causadas pela erosão das preferências no mercado da União Europeia.

> Cultura. Mistura de línguas, religiões, povos

Sendo igualmente um país anglófono, a Dominica fala o mesmo crioulo "francês" que os territórios franceses da América, o Haiti. Situa-se entre as ilhas de Guadalupe, a Norte, e de Martinica, a Sul, em pleno centro do arco das Antilhas, prologando-se entre a Florida e a Venezuela. Como em todas as ilhas das Caraíbas, a Dominica possui uma população e uma



Catedral romana católica, Roseau, Dominica, 2009. © Hegel Goutier

cultura mestiça, apesar da maioria dos seus habitantes terem origens africanas. A ilha é uma das poucas ilhas das Caraíbas insulares a possuir ainda uma minoria ameríndia (Caribes), um pouco menos de 2500 para uma população de cerca de 70.000 habitantes. Mistura entre o francês e o inglês, entre as influências europeias, africanas e ameríndias, às quais se acrescem as dos recém-chegados da região e da Ásia; mistura religiosa entre o protestantismo e o catolicismo romano, mais as crenças de África e da sua população autóctone, sem esquecer uma forte presença do movimento político-religioso Rastafári. Seis dominicanos sobre dez são católicos praticantes e o ensino desta religião é forte, tanto no plano moral como no plano político. Aquando da visita do Correio, concentrações de grupos de oração em Roseau, por ocasião da Semana Santa, reúnem geralmente, num só local, cerca de duas mil pessoas, um número considerável à escala do país. Todos eles animados por predicadores que usam o cenário, o tom e a veemência dos seus mediáticos congéneres dos Estados Unidos e condenam os desvios da moral, tais como os devaneios sensuais do carnaval. O carnaval conhece, no entanto, um grande sucesso todos os anos. Cultura mista!

> Uma história de resistência

Apesar de a Dominica ter sido descoberta por Cristóvão Colombo desde Novembro de 1493, apenas um ano após a sua chegada às Caraíbas, a

ilha só foi ocupada um século e meio mais tarde, tendo sido defendida com fervor pelos audazes guerreiros caribenhos, mas também graças à sua topografia acidentada. Não era, aliás, assim que se chamavam os Índios caribenhos – a palavra advém de um erro por parte de Cristóvão Colombo – mas Kalinago. A primeira chegada do navegador genovês teve lugar no dia 3 de Novembro, um domingo daí o nome *Domenica* dado à ilha, que os seus ocupantes honravam com o nome encantador de *Waitikubuli* (Esguia é a ilha/Esguio é o seu corpo)* para designar esta ilha surgindo abruptamente do mar. Por volta da segunda metade do século XVI, os navios espanhóis que navegavam na região tinham um local de abastecimento na ilha, em *Prince Rupert Bay*. O local foi também utilizado a seguir pelos navegadores franceses, ingleses e holandeses. Em 1569, viviam 30 espanhóis e 40 africanos no meio dos Índios Kalinago. Entre os aventureiros ilustres que aí encontraram assistência, encontram-se *Sir Francis Drake*, *Georges Clifford Earl of Cumberland* e o Príncipe *Rupert do Reno*. Alguns flibusteiros franceses instalaram-se na ilha muito mais tarde, seguidos pelos ingleses e os holandeses cada vez mais numerosos. Em 1625, os Kalinago iniciaram uma guerra defensiva contra os ocupantes. Contudo, tiveram de se retirar devido à sua inferioridade numérica e à falta de munições. Passariam doravante a arbitrar os conflitos intercoloniais, encontrando-se entre os últimos da região a serem colonizados. Em 1627, o inglês *Earl of Carlisle* declara a soberania do seu país sobre várias ilhas situadas à volta da Dominica. Os franceses fizeram o mesmo. Relativamente à Dominica, os dados apenas foram lançados em 1805, data em que a Inglaterra venceu, após a destruição completa de *Roseau* pelos franceses. Nesse espaço de tempo, os Kalinago jogaram frequentemente um contra o outro.

A colonização inglesa, após a Primeira Guerra Mundial, irá conceder cada vez mais liberdade de autogestão à ilha, doravante habilitada a eleger os seus representantes locais. A Dominica passa a um sistema de autonomia em 1967, no quadro do Estado Associado das Caraíbas (*West Indies Associate State*) e torna-se independente em 3 de Novembro de 1978, sendo *Patrick John*, do *Dominica Labor Party*, nomeado Primeiro-Ministro. Este demitir-se-á alguns meses mais tarde, devido a alegados actos de corrupção. Ao mesmo tempo, a ilha foi devastada por um furacão. Em Junho de 1980, *Eugenia Charles* venceu as eleições, como cabeça-de-lista do *Dominica Freedom Party (DFP)*. Vencerá mais duas eleições gerais, permanecendo 15 anos no poder. Resistiu a duas tentativas de golpe de Estado, apoiou enquanto Presidente da *OECS* (*Organisation of Eastern Caribbean States*) a invasão americana de *Granada* em 1983 e ficou conhecida como a *Dama de Ferro das Caraíbas*. Embora permanecendo membro da *Commonwealth* britânica, o novo Estado optou em 1989 por um sistema republicano e o seu chefe de Estado é um presidente dotado de um poder protocolar, sendo o Primeiro-Ministro o chefe do governo.

Presentemente, o país é dirigido por um jovem Primeiro-Ministro, membro do *Dominica Labor Party*, *Roosevelt Skerrit*, o qual subiu ao poder em 2004 com 31 anos. ■

* Tall is her body.



Portsmouth, Dominica, 2009.
© Hegel Goutier

Palavras-chave

Hegel Goutier; Dominica; Caraíbas; Caribe; Kalinago; Waitikubuli; Sir Francis Drake; Georges Clifford Earl of Cumberland; Príncipe Rupert do Reno; Earl of Carlisle; Patrick John; Dame Eugenia Charles; OECS; Edison James; Roosevelt (Rosie) Douglas; Roosevelt Skerrit; Dominica Labor Party; Dominica Freedom Party; United Worker Party.



ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL:

manter o crescimento enquanto se aguardam ventos favoráveis

Roosevelt Skerrit, primeiro-ministro da Dominica, saúda crianças, 2009.
© Hegel Goutier

Entrevista com Rosamund Edwards, Secretário para os Assuntos Financeiros do Primeiro-Ministro de Domínica, Roosevelt Skerrit.

Como é que a Domínica está a enfrentar a actual crise económica mundial, a seguir ao seu próprio período de turbulência da economia há alguns anos?

A nossa economia passou por algumas dificuldades, mas o governo adoptou medidas fortes. Recebeu assistência da comunidade de doadores, da União Europeia (UE) e do Fundo Monetário

Internacional (FMI). Em 2004-2005 começámos a assistir a algum crescimento da economia. Tal como o resto do mundo, e especialmente no caso das pequenas economias abertas, somos afectados pelo que acontece nos grandes países. A nossa economia está muito ligada à dos EUA e da Europa, porque muitos dos nossos cidadãos emigraram para esses países e enviam remessas para as famílias. Se o seu emprego nesses países for afectado, as remessas também o serão.

Estamos igualmente preocupados com a actual insegurança no mercado do petróleo.

O Governo indicou que continuará a dinamizar o crescimento económico e procurou utilizar o programa governamental de investimentos para estimular a actividade no país. Está a impulsionar a execução de uma série de projectos rodoviários e habitacionais, quer directamente quer facilitando o seu financiamento de modo menos oneroso. Está a fazer investimentos na agricul-

tura e nas pescas que irão, esperamos, aumentar a nossa produção interna, a fim de minimizar os efeitos da crise. Estamos igualmente a ver como melhorar as exportações, especialmente na região, devido aos investimentos que fizemos na agricultura. Estamos a negociar com as grandes empresas de cruzeiros e pensamos que poderá haver na próxima época um aumento de 40 por cento das visitas de turistas de cruzeiros.

A oposição diz que não são aplicados recursos suficientes na agricultura.

O investimento na agricultura num local como a Domínia pode nunca chegar, porque a Domínia é largamente um país agrícola e, de facto, a maior parte da região, especialmente Antígua, São Cristóvão, São Martinho e as Ilhas Virgens Britânicas e Americanas, procuram bens alimentares da Domínia. Neste sentido há sempre lugar para mais investimentos. O Governo continuará a fazer esses investimentos, mas só é possível investir se houver recursos disponíveis. Em 2007, o furacão Dean atingiu a nossa agricultura, especialmente as bananas. O Governo teve de reinvestir na agricultura e em vez de acrescentarmos valor substituímos apenas o que tínhamos perdido. Depois, em 2008, o furacão Omar afectou a nossa indústria da pesca. O Governo teve de

fazer um investimento de perto de 5 milhões de dólares americanos nas pescas.

O que há sobre medidas tomadas a nível regional, através da CARICOM, para combater a crise?

Os problemas da Comunidade das Caraíbas (CARICOM) são tratados por diversos ministérios: Comércio, Negócios Estrangeiros e Assuntos da CARICOM. Tenho a certeza de que a CARICOM e os Chefes de Governo estão a tentar adoptar posições comuns sobre determinadas questões. Trabalham em conjunto, por exemplo, para resolver problemas financeiros, como o que surgiu na sequência da instabilidade no sector dos seguros. E os governos da Organização dos Estados das Caraíbas Orientais (OECO) e de Barbados e de Trindade e Tobago colaboraram muito de perto num esforço para resolver o assunto. Por isso não posso dizer que a CARICOM não esteja a fazer o suficiente.

A actual estratégia de desenvolvimento do Governo manter-se-á quando acabar a crise económica mundial?

A agricultura fará sempre parte da Domínia. Provavelmente não será como nos anos 70, mas

continuará a ser um sector importante. Estamos a centrar-nos no turismo e a investir no melhoramento do nosso aeroporto, para podermos receber mais visitantes e facilitar o acesso dos Dominicanos, sobretudo dos que residem no exterior. O turismo continuará a ser um sector importante. O Governo articulou os seus interesses no sector offshore. Demos igualmente atenção ao desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação. Mas no futuro imediato temos de pensar naquilo que permitirá manter o país à tona, apesar do que está a acontecer. Espera-se que o Governo prossiga com mais programas de investimento do sector público mais rapidamente do que no passado, porque é importante combater o crescimento lento. **H.G. ■**

Palavras-chave

Hegel Goutier; Rosamund Edwards; Roosevelt Skerrit; Domínia; CARICOM; OECO.

PSICOLOGIA

Francis O. Severin, Director da Open Campus de Dominica, pertencente à pancaribenha University of West Indies (UWI), é conhecido por saber interpretar a psicologia íntima da Dominica e dos Dominicanos. Aqui fica registado.

Na sua opinião, a Dominica identifica-se verdadeiramente como um país tranquilo. Quando surgia um factor destabilizador, como por exemplo um crime, toda a gente se reunia e punha-se a reflectir. Os Dominicanos estão cientes de que esta placidez deve ser preciosamente conservada.

Nesta sociedade, toda a gente se conhece. Pode ir viver para outro sítio, nada muda, no local para onde vai, não será um número. Pode passear-se em qualquer lugar, sentir-se-á seguro. Além do mais, esta solidariedade ultrapassa as barreiras de classes sociais. O Dr. Severin dá o exemplo de um quadro superior que perde o emprego,

peçoas modestas vão oferecer-lhe algo, um cesto de fruta, um serviço qualquer. Esta situação é reconfortante mas “fragiliza-nos”, sublinha ainda, porque provoca uma angústia: o receio de que esta desapareça, ameaçada pela modernidade, as cadeias de televisão americanas que emitem 24 horas por dia, os satélites, os valores importados, aliás, pelos emigrantes, etc.

Para Séverin, este relacionamento humano reconfortante esconde uma cilada. O sistema político do país baseia-se na democracia tal como esta se desenvolveu em Westminster e é respeitada. Contudo, o hábito de vir em socorro cria um sentimento de reconhecimento em relação à pessoa “que fez algo por mim”. Esta grati-

ção, por exemplo, em relação a um ministro que fez com que uma estrada fosse construída perto da minha aldeia, é um sentimento perverso. As pessoas no poder, pelo seu lado, consideram este reconhecimento como algo que é devido. Assim, os que ganham ficam ressentidos com aqueles que não os apoiaram e aquele que perde, perde tudo. Isto leva a que muitos políticos passem de um partido para outro para se juntarem aos vencedores, embora tenham feito campanha em nome de outro programa. **H.G. ■**

Palavras-chave

Hegel Goutier; Dominica; Francis O Severin; Open Campus de Dominica, pertencente à pancaribenha University of West Indies (UWI).

A OPOSIÇÃO exige um governo mais transparente

Ron Green é o chefe do principal partido da oposição da Domínic, o Partido Unificado dos Trabalhadores, que conseguiu eleger oito deputados nas eleições de 5 de Maio de 2005.

Fez acusações ao governo de má governação.

As eleições de 2005 tiveram imensas irregularidades e existe igualmente a questão da grande corrupção na classe dirigente: fraude fiscal e aquisição de bens e uma série de questões a colocar à nossa nova Comissão de Integridade, mas que não pode, de acordo com a lei, debruçar-se sobre as irregularidades que ocorreram no passado – é uma questão de retroactividade. Cabe ao Primeiro-Ministro esclarecer as questões e prestar informações num espírito de responsabilidade.

A segunda questão é a economia. Existe uma crise internacional, mas como não estamos ligados muito profundamente ao sistema financeiro internacional essa crise ainda não atingiu a Domínic. No entanto, nos últimos quatro a cinco anos atravessámos um período económico extremamente sombrio – perda de postos de trabalho, perda de rendimento, impostos elevados e falta de qualquer investimento produtivo na agricultura, o nosso sector principal, e no turismo, o segundo sector – para permitir que as pessoas tenham uma vida capaz. Possuímos vantagens naturais importantes, mas por qualquer razão não conseguimos capitalizá-las.

Voltemos à questão das irregularidades eleitorais.

Ao longo da nossa história política contemporânea, desde 1960, tem havido irregularidades, mas as eleições de 5 de Maio de 2005 foram as mais corruptas da história da Domínic. Recorreu-se largamente a dinheiro para comprar votos. Há casos de cidadãos dominicanos que vivem no estrangeiro a quem foram oferecidos bilhetes para virem votar, o que contraria a lei.

Parece que houve um número elevado de votantes em comparação com a população.

Na lista de votantes havia 68.000 pessoas, quando sabemos que 20.000 não tinham 18 anos e por isso, por lei, não podem votar. No momento da eleição a população situava-se entre 60.000-65.000 pessoas, portanto a lista de votantes devia ter cerca de 48.000 pessoas.

O Governo diz que existe uma recuperação económica.

Bem, isso é o que diz. A migração é um indicador de pessimismo económico. A nossa população está próxima das 60.000 pessoas, quando se estima que eram 90.000 (há dez anos), o que significa que se verificou uma migração em massa dos nossos cidadãos para Antígua e outros locais dentro e fora da região que partiram em busca de melhores oportunidades.

O que é que está mal no modo como o país é governado?

Pedimos cartões de identidade e que a lista de votantes seja limpa. A nossa lei diz que um cidadão dominicano deve ter visitado o seu país nos últimos cinco anos para poder votar. Devem também ser solicitados observadores internacionais. Pensamos igualmente que os partidos da oposição devem ter acesso equitativo e razoável aos meios de comunicação do Estado (Serviços de Radiodifusão da Domínic e Serviços de Informação do Governo).

Se ganhar as próximas eleições, o que é que fará de diferente?

Pensamos que as vantagens naturais da Domínic são tão extraordinárias que o título de “Ilha da Natureza” devia ser plenamente valorizado. Em segundo lugar temos a questão da integridade: precisamos de uma democracia aberta e transparente e de reforçar o nosso sistema de governação local. Temos o melhor sistema de governação local da região, mas foi sufocado. **H.G. ■**

Palavras-chave

Hegel Goutier; Ron Green; Domínic; PUT; migração; SRD.

Domínic e Granada em números

Generalidades	Domínic	Granada
População	72000 (2005)**	105000 (2004)
Taxa de crescimento anual da população (%)	0.9 (1975-2003)	0.4 (1975-2005)
Superfície	754 km ²	344 km ²
Capital	Roseau	Saint George's
Língua	Inglês, francês crioulo	Inglês
Índice de desenvolvimento humano - para 2007/08 - classificação	71	82
Taxa de alfabetização dos adultos (% idades: 15 anos e mais)	88	96
PIB per capita: 2005 (euros)	4,684	5,748
População com acesso à água potável (%)	97 (2004)	95 (2004)
População urbana (% do total) em 2005	72.9	30.6
Taxa de fertilidade (partos por mulher) em 2005	Não disponível	2.4
Taxa de mortalidade infantil por 1000 nados vivos em 2005	13	21
Despesa pública com a saúde (% do PIB) em 2005	4.2	5
Despesa pública com a educação (% do PIB) em 2005	5	5.2

Financiamento da UE* (atribuído (em milhões de euros)

10.º Programa Indicativo Nacional do FED (2008-13)	5.70	6.00
Quadro especial de assistência (QEA) (1999-2007)	52.5	5.5

Fontes: PNUD, * Comissão da UE, ** Governo da Domínic.



Ajuda da UE: uma recompensa para a BOA GOVERNAÇÃO

Aeroporto de Melville Hall, Domínia, 2009.
© Hegel Goutier

Depois da grave crise económica que afectou a Domínia no final dos anos 90, sucessivos governos têm-se esforçado consideravelmente para assegurar uma base sólida da governação económica e política. Estes esforços foram de tal modo apreciados, salienta o Embaixador Valeriano Diaz, Chefe da Delegação da Comissão Europeia para os Barbados e as Caraíbas Orientais, que a Domínia beneficiou de um aumento importante do orçamento.

Na revisão intercalar do 9.º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED 2000-2007), a Comissão Europeia atribuiu um aumento de recursos significativo à Domínia sob a forma de apoio orçamental, que oferece ao país beneficiário a maior flexibilidade possível. Este “apoio orçamental geral” prossegue no 10.º FED (2008-2013), sendo afectados para este efeito 4,56 milhões de euros do total do Programa Indicativo Nacional (PIN) para a Domínia, no valor de 5,7 milhões de euros. O restante é dividido em duas partes iguais de 570.000 euros: uma para assistência técnica para o Coordenador Nacional (o representante do Governo responsável pela cooperação com a UE) e a outra para a Facilidade de Cooperação Técnica (FCT), grande parte da qual se destina a projectos da sociedade civil.

Para além do FED, a Domínia também beneficiou do Quadro Especial de Assistência (QEA) para os produtores tradicionais de bananas do ACP. O país utilizou estes recursos (52,5 milhões de euros para o período 1999-2008) nomeadamente para melhorar a competitividade do sector da banana e para a diversificação da economia. Vinte e cinco por cento das contribuições do QEA destinaram-se à diversificação dos sectores da banana e da agricultura, 33% para o sector privado, TIC e turismo, 8,5% para actividades sociais, 8% para os transportes e 14% para o abastecimento de água e esgotos. Entre 1994 e 1999 foram garantidos 43 milhões de euros em fundos STABEX, tendo o montante restante ido para apoio orçamental (2,8 milhões de euros) e para o Programa Nacional de Posse e

Administração de Terras. Outro apoio financeiro no quadro da cooperação entre África, Caraíbas e Pacífico e a União Europeia incluí empréstimos do Banco Europeu de Investimento (BEI), do Centro de Desenvolvimento Empresarial e do Programa Proinvest. A Domínia beneficia igualmente do programa regional do FED para ajudar à integração das Caraíbas.

Entre os grandes projectos a financiar no âmbito do 10.º FED incluem-se: a criação ou recuperação de várias instalações agrícolas para aumentar as exportações de bananas e de outras colheitas, vários sistemas de irrigação externos à exploração e um grande programa para recuperar e manter as estradas rurais. Um projecto de alargamento do Aeroporto de Melville Hall inclui: uma nova pista, novos átrios de chegadas e partidas e uma nova torre de controlo, bem como melhor equipamento técnico para permitir o acolhimento de aviões maiores e aterragens nocturnas.

A fim de contribuir para o excelente crescimento da indústria do turismo a que o país assistiu nos últimos dois anos, o Programa nacional de percursos pedestres Waitukubuli pretende fazer da Domínia um destino principal em termos de ecoturismo. Actividades de sondagem por perfuração ajudarão a avaliar todo o potencial de produção de energia geotérmica na Domínia. Está a ser executada uma vasta gama de projectos destinados aos mais desfavorecidos da sociedade dominicana através do Fundo de Investimento Social (FIS), com 4 milhões de euros provenientes do Quadro Especial de Assistência da CE para compensar o impacto da descida das expor-

tações de bananas. Os mais idosos, as crianças e os jovens em risco, os jovens que abandonaram o sistema escolar, as mulheres, a comunidade dos caríbes e as pessoas com deficiências físicas e mentais beneficiaram todos da assistência do FIS, bem como os pescadores e outras pessoas afectadas pelos recentes furacões.

Outros projectos interessantes, embora com orçamentos mais reduzidos, são a formação em sistemas de burótica para cegos e deficientes visuais, um projecto de gestão de resíduos sólidos e uma “porta de acesso empresarial” para incentivar o arranque de empresas.

Quase todos os projectos financiados pela UE estão actualmente a avançar conforme previsto.

A Domínia beneficiará igualmente dos programas de integração a nível das Caraíbas. Está reservado um montante de 165 milhões de euros no quadro do 10.º FED para a integração regional das Caraíbas e para a implementação do novo Acordo de Parceria Económica (APE)*, assinado em 15 de Outubro de 2008. **H.G.** ■

* Os membros do CARIFORUM que assinaram o APE foram: Antígua e Barbuda, Baamas, Barbados, Belize, Domínia, República Dominicana, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, São Cristóvão e Nevis, Suriname e Trindade e Tobago.

Palavras-chave

Hegel Goutier; Valeriano Diaz; FED; Aeroporto de Melville Hall; percursos pedestres nacionais Waitukubuli; Domínia.

DESCOBERTA

Todas as belezas de um país que deverá visitar a pé

Emerald Fall, 2009. © Hegel Goutier
Introdução: Yvanette Baron-George é gestora do projecto "Waitukubuli National Trail", 2009. © Hegel Goutier



“O meu projecto é este, a Dominica, e é sensual para a sua revista.” E colocar um mapa da ilha na parede tal como está organizada para desenhar circuitos que ligam e evidenciam as riquezas e maravilhas da natureza, bem como os sítios de alto interesse histórico e cultural do país. Yvanette Baron-George é a responsável pelo projecto do Waitukubuli National Trail Project, implementado por uma ONG local e destinado a construir um circuito pedestre serpenteando pela ilha, atravessando-a de norte a sul e de uma ponta à outra, permitindo igualmente descobrir as maravilhas da natureza, bem como os sítios de alto interesse histórico e cultural do país.

O projecto é financiado pelo governo da Dominica e a União Europeia (€5,9M), em colaboração com o Conselho Regional da Martinica. Vários troços da pista, que terá uma distância de 184 km (115 milhas), já estão praticáveis.

Grande parte da pista já existia, tendo sido traçada no passado pela comunidade indígena da Dominica. O “Trail Project” efectuará a ligação dos diversos troços. Uma boa parte da obra já está concluída. Muitos turistas já visitam a ilha para os percorrer. Contudo, para os mais apressados, existe um meio de descobrir a maioria destas maravilhas de carro ou efectuando uma pequena caminhada. Um dia é suficiente. Claro, não chega para visitar as fumarolas e os vapores do “Boiling Lake” ou as altitudes vulcânicas, tendo em conta que a partir da estrada, são precisas longas horas de caminhada ida e volta. Nada que não se faça.

No que toca a Roseau, a capital é uma pequena jóia, fora do tempo com as suas casas gingerbread ou o seu bairro francês envelhecidos, as suas ruas estreitas e íngremes, todos eles locais propícios para o passeio e a desenvoltura. E ainda a exuberância dos seus maciços florais, bougainvillées, estrelícias, poinsettias, hibiscos, em frente a cada varandinha, cada balaústre!

A floresta tropical começa às portas da cidade. Podemos-nos aventurar na floresta, mas a tentação em seguir a imensa estrada que ladeia a costa

Oeste é forte. Dirigimo-nos para Este, passando em Canefield, onde podemos visitar o magnífico Old Mill Cultural Center, que é ao mesmo tempo museu da indústria da cana, museu de arte contemporânea e centro cultural polivalente, com biblioteca, palcos de teatro e de concerto. Sem esquecer o prazer de deambular pelos pátios impregnados de fragrâncias cativantes. Um pouco mais adiante: massacre, aldeia histórica, palco no início do período colonial de uma cena shakespeariana, opondo dois filhos de um governador, um deles mestiço branco-índio que será massacrado juntamente com os seus apoiantes pelo seu meio-irmão europeu. Um fresco mural de Earl Etienne comemora esta página da história, ao que tudo indica tornada lenda. Dá-nos a conhecer um pouco da arte do artista pintor mais famoso da ilha.

> A face do leão

Os amantes de jogos farão uma paragem em Mahau, a cidade conhecida como a cidade que nunca dorme. A seguir, não podemos falhar a Boca do leão, “lion djel” em crioulo anglicizado, enorme rocha à qual tiveram de cortar um bocado para construir a estrada. Como cidade, é imprescindível ver Portsmouth, magnífica de nostalgia e de romantismo, situada a alguns

metros de Prince Rupert Bay, em direcção a sul, com a sua magnífica praia de areia fina. Mas em particular, perto de Portsmouth, deixe-se seduzir pelo isolamento total de um passeio de duas horas em barco no Indian River, um dos locais de filmagem do “Piratas das Caraíbas”. Indescritível, esta deriva numa água parada, num silêncio fechado pelas folhagens dos mangais gigantes e outras plantas aquáticas. Onde podemos ouvir a nota mais subtil do canto de um pássaro com toda a clareza. Ao descer novamente em direcção à costa oeste, atravessamos o Carib Territory, onde podemos descobrir uma cultura ameríndia ainda activa, conversar com o seu chefe, Charles Williams*, tomar um copo na sua pensão residencial e

comprar um bonito objecto de artesanato. Passamos pela Floresta tropical, classificada património da Humanidade para apreciar a maravilhosa Emerald Fall. Já única no mundo. E ainda ficará muito para descobrir da ilha. **H.G.** ■

* Entre os projectos financiados pela CE em prol da sua comunidade, constam escolas, centros comunitários, peixarias e uma padaria.

Palavras-chave

Yvanette Baron George; Dominica; Hegel Goutier; Waitukubuli National Trail Project; cultura; história.



UM GRANDE PINTOR: EARL ETIENNE

Earl Etienne é um dos artistas dominicanos cujas obras são das mais expostas no estrangeiro. No seu país é uma referência. Dirigiu o *Old Mill Cultural Center* em Canefield, situado à entrada de Roseau, o centro de arte mais activo do país. A paleta de Earl Etienne é muito variada. Apesar de se inscrever num movimento mais internacional, mais próximo da abstracção do que da figuração, as obras de Earl Etienne, mesmo monocromas como as suas gravuras ao maçarico, escondem um calor, uma fofalhinha interior. A sua criatividade também é efervescente; o artista trabalha com qualquer suporte, utiliza todos os materiais e várias técnicas conhecidas da pintura e da gravura, mais aquelas por ele inventadas e que inventa todos os dias. Mas mais do que esta inventividade que diríamos técnica, é a da sua inspiração e do seu toque que fascina.

QUANDO UM HISTORIADOR EMÉRITO SE TORNA CONSTRUTOR

Um historiador emérito que põe as mãos à obra, como construtor, arquitecto, artesão para levar a cabo o restauro fiel ao original de um património histórico em ruínas, com um orçamento bastante reduzido. É o retrato de Lennox Honychurch, doutor em Antropologia pela Universidade de Oxford, autor, jornalista, historiador, apresentador de rádio e de televisão, conservador de arte e artista.

Tratava-se do Forte Shirley, construído na segunda metade do século XVIII. A associação reunida à volta de Honychurch tinha iniciado pequenas obras, já há mais de vinte anos com escasos recursos. A selecção do projecto para financiamento pelo European Union Ecotourism Development Fund, financiado pela UE, foi, em 2006, o verdadeiro ponto de partida da obra. Lennox Honychurch começou por efectuar pesquisas sobre o forte em Inglaterra, na medida em que todos os documentos úteis estavam guardados no Public Records Office, no National Archives.

O restauro foi tão perfeito que a UE decidiu atribuir-lhe mais fundos. No total, 1 milhão de dólares do leste das Caraíbas (um pouco menos de 300.000 euros). Com este montante, foi realizado um trabalho de titã: o restauro completo do forte e da maioria dos anexos, o equipamento de base para que o centro possa começar a funcionar.

O governo pretende financiar o centro para a ecologia e o ambiente e o património natural da Dominica e de toda a região, destinado a jovens tal como a associação de Honychurch o tinha sonhado.

Ver <http://www.lennoxhonychurch.com>

Granada

Surpreendente

Surpresa. Mesmo quando se está à espera da beleza e da convivialidade habituais das ilhas das Caraíbas, ficamos surpreendidos com Granada. As pessoas mais velhas, que ainda têm na memória a imagem de 1983 de uma ilha sob ocupação americana depois de alguma degeneração política, também ficarão surpreendidas com a normalidade democrática do país. Uma surpresa igualmente para os que foram afectados há cerca de quatro anos pela devastação dos ciclones e que vêm encontrar um país largamente reconstruído e para melhor, onde a palavra de ordem foi "Build back, Build better". Até quando continuará esta falta de paixão por Granada que não se consegue explicar?

Noz-moscada, 2009.
Reporters.be/LAIF

O mais pequeno país independente do hemisfério ocidental extravasa de vida. A sul do arco das Caraíbas e exactamente ao norte da Trindade e da Venezuela, Granada é um conjunto de três ilhas: Granada, Carriacou e Pequena Martinica. Cada uma delas é única e tem encantos específicos. Saint-Georges, capital do país e da maior ilha, Granada, caracteriza-se por uma modernidade de dimensão humana e é uma das cidades mais bonitas e mais elegantes das Caraíbas, aninhada em redor de uma baía de uma beleza excepcional, com portos e marinas de sonho que convidam ao passeio por todos os seus recantos, sobretudo ao cair da noite.

> A Tempestade de Shakespeare

O país é habitado por uma maioria de descendentes de africanos e em menor número de descendentes dos seus primeiros habitantes, aruaques e sobretudo caribes, mais umas pequenas comunidades de descendentes de antigos colonos europeus ou de trabalhadores vindos da Índia no século XIX. Como todas as ilhas das Caraíbas habitadas pelos caribes (Kalinago), a colonização foi tardia. Porque os guerreiros caribes eram ferozes, mas também porque criaram uma fama que aterrorizava os colonos. Calibã, na "Tempestade" de Shakespeare, escravo e filho de uma bruxa, testemunha entre muitas outras referências a surpresa que a fama destes guerreiros provocava. Cristóvão Colombo abordou a ilha na sua terceira viagem à

América, em 1498, mas verdadeiramente só em 1650 esta foi ocupada pela primeira vez pelos franceses.

Portanto, em 1498 Granada era habitada essencialmente por caribes. Os espanhóis não puderam instalar-se lá e as tentativas dos ingleses também não surtiram efeito. A "Compagnie des Iles d'Amérique" do Cardeal Richelieu, por intermédio do seu representante na Martinica, Jacques Dyel du Parquet, tenta apoderar-se de Granada desde 1636. Depois da falência da Companhia em 1649, Du Parquet "compra" estas duas ilhas e lança nelas os seus soldados, que depois de inúmeras disputas acabam por vencer os guerreiros caribes, cujos últimos sobreviventes se atiram ao mar para não se renderem.

> Pingue-pongue entre franceses e ingleses

A ilha passou a seguir por um pingue-pongue entre ingleses e franceses até ao Tratado de Versalhes de 1783, que a atribuiu definitivamente à Inglaterra. Inicialmente era uma colónia produtora de açúcar, mas no final do século XVIII conheceu uma diversificação com a introdução da noz-moscada, sendo ainda hoje, juntamente com a Indonésia e a Índia, os três produtores quase exclusivos. Tornou-se assim numa ilha de especiarias. A escravatura foi abolida na ilha em 1834. Após diversos regimes de administração colonial, em Março de 1967 obteve uma autonomia completa no quadro do "Associated Statehood Act", antes da independência oficial em

1974. Mas continuou na Commonwealth e mantém como Chefe de Estado o monarca britânico.

> Traumatismo e romantismo

O seu primeiro Chefe de Governo, Sir Eric Gairy, viria a ser derrubado cinco anos mais tarde, em Março de 1979, por um golpe de Estado dirigido por Maurice Bishop, inspirado num marxismo-leninismo tropical. Foi o início de um grande traumatismo, porque Bishop, que tinha acabado por ganhar a simpatia de uma boa parte da população, graças nomeadamente aos seus programas sociais, acabou por ser derrubado por uma facção radical do seu partido dirigida por Bernard Coard e seria assassinado em 19 de Outubro de 1983 com oito dos seus ministros e partidários. Seguiu-se, alguns dias mais tarde, a invasão das tropas americanas, com a bênção da Organização dos Estados das Caraíbas Orientais (OECS), na sequência da qual foram condenados à morte dezassete suspeitos. Esta pena de morte foi depois comutada. Os prisioneiros foram libertados recentemente.

Bishop continua a ser um símbolo e uma espécie de herói romântico. Mesmo os seus piores adversários lhe prestam homenagem pelas suas realizações sociais e pela modernização das infra-estruturas do país, embora condenem as restrições das liberdades individuais impostas pelo seu regime. É esta, por exemplo, a posição que Georges Brizan, antigo Primeiro-Ministro e antigo Co-Presidente da Assembleia Parlamentar Paritária ACP – União Europeia explicou ao Correio.

As eleições de Dezembro de 1984 restabeleceram a ordem constitucional no quadro do sistema bipartidário tradicional, como em Westminster. O partido actualmente no poder desde as últimas eleições de Julho de 2008 é o Partido Democrático Nacional, estando à frente do Governo o Primeiro-Ministro Tillman Thomas. **H.G.** ■

Palavras-chave

Hegel Goutier; Granada; Carriacou; Pequena Martinica; Caraíbas; aruaques; Eric Gairy; Maurice Bishop; Georges Brizan; Tillman Thomas.



Catedral de Saint George's, Granada, 2009.
© Joyce van Genderen-Naar

Moldura de um avião cubano destruído durante a invasão americana. Antigo aeroporto de Granada, 2009.
© Hegel Goutier

“Não se deve colocar todos os ovos num só cesto”

Entrevista com o Primeiro-Ministro de Granada, **Tillman Thomas**

O novo Primeiro-Ministro de Granada ocupa o cargo há um ano (foi eleito em 9 de Julho de 2008), depois de o seu partido, o Congresso Democrático Nacional (NDC), derrotar o governo anterior de Keith Mitchell, que esteve no poder durante 13 anos.



© Hegel Goutier

Em que é que o governo do NDC é diferente?

Na nossa abordagem da governação: acreditamos no respeito da independência das instituições. As forças policiais estão mais bem organizadas, são mais independentes e operam de modo mais eficaz. Defendemos que os funcionários públicos devem ser promovidos por mérito e não pela filiação política. A administração anterior teve uma série de questões litigiosas com os meios de comunicação social. A nossa abordagem da comunicação social é diferente e a nossa abordagem da governação é uma parceria com outros grupos de interesses da sociedade.

Qual é a sua estratégia de desenvolvimento para Granada?

Temos grandes potencialidades na agricultura e são possíveis grandes avanços na transformação dos produtos agrícolas. Temos noz-moscada, uma fábrica de chocolate e uma indústria cervejeira. São pequenas, mas podem expandir-se. Temos grandes potencialidades nas pescas – peixe fumado e transformado – e estamos à procura de novos mercados. Queremos desenvolver o turismo comunitário e cultural para além do mar e do sol. Por exemplo, o projecto “Sexta-feira de Peixe” em Gouyave (uma “fritada” de peixe semanal). A formação é essencial para os nossos jovens, para poderem contribuir para o desenvolvimento nacional com diplomas profissionais de electricistas, pedreiros e canalizadores e para a indústria hoteleira.

E quanto ao desenvolvimento da segurança social?

Gostaríamos que existisse um enquadramento jurídico na região tanto para a segurança social como para as operações empresariais. Assim, se alguém se deslocasse de Granada para Santa Lúcia ou São Vicente, continuaria a ser beneficiário (da segurança social).

É dada demasiada ênfase ao turismo?

Precisamos de uma abordagem equilibrada. O sector agrícola é o sector mais sustentável a longo prazo: para fazer com que as nossas comunidades rurais se envolvam em actividades empresariais e indústrias artesanais e consigam novos mercados para os nossos produtos. Não devemos colocar todos os ovos no mesmo cesto.

Acha que existe um abrandamento do ritmo da integração da CARICOM em comparação com o ritmo de há duas décadas?

O entusiasmo e a energia iniciais já não existem. Apoiamos firmemente a iniciativa de criar um espaço económico entre Trindade e Tobago e a Organização dos Estados das Caraíbas Orientais (OECS)*. Port-of-Spain é a capital financeira das Caraíbas Meridionais, por isso penso que existem potencialidades para a integração entre Trindade e Tobago e a OECS. Se olharmos para o que está a acontecer com a crise financeira, precisamos de ter um enquadramento regional para as empresas que operam na região. Devido à inexistência desse movimento de integração existe uma “abertura” para a discriminação. Precisamos de olhar atentamente para a CARICOM e decidir para onde queremos ir. A região deve negociar como um bloco com as organizações internacionais e não devia haver um país a estabelecer relações com a China e outro com Taiwan. Podíamos ter uma autoridade jurídica supranacional na região e um sistema parlamentar regional.

Mas as economias de menor dimensão não serão absorvidas pela Trindade?

Trindade pode ser um país de maior dimensão, mas o nosso produto turístico é muito diferente. A estrutura económica de Granada e o sistema de propriedade fundiária que temos aqui, em que as pessoas possuem terrenos em todo o país: não penso que haveria qualquer movimento de migração de massas se decidíssemos unir-nos. Pensa-se sempre que as pessoas querem ir para um país maior, mas não penso que seja esse o caso porque a qualidade de vida em Granada, na minha opinião, não tem rival na região.

Qual é a geopolítica que preside à política externa de Granada?

Já não existe a Guerra Fria. Não existem na região dois países que estejam mais próximos em termos culturais do que Granada e Trindade. O que conta é um empenhamento sério – e partilhar e cooperar em áreas que promovam as instituições democráticas e a humanidade.

Existem actualmente alguns domínios de relacionamento difícil com a UE, como as bananas e o Acordo de Parceria Económica (APE). Que opinião tem sobre as relações Granada-UE?

O APE tem vantagens e desvantagens. Se pudéssemos trabalhar efectivamente em conjunto como uma região, podíamos beneficiar do APE. Temos acesso (desde a assinatura do APE) ao fornecimento de alguns serviços à UE. Devemos obter o máximo benefício nestas áreas de vantagens comparativas porque não podemos de facto produzir como a UE em termos de produtos industriais. **H.G.** ■

* São nove os países membros da OECS: Antígua e Barbuda, Comunidade da Domínia, Granada, Monserrate, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia e São Vicente e Granadinas, Anguila e as Ilhas Virgens Britânicas são membros associados da OECS.

Palavras-chave

Hegel Goutier; Granada; Tillman Thomas; OECS; NDC; APE.



“La Sagesse Beach”, 2009.
© Hegel Goutier

Crise financeira

Manter as pessoas empregadas

Entrevista com Nazim Burke,
Ministro das Finanças

GRANADA PORTS AUTHORITY

Autoridade portuária de Granada,
Saint George's, 2009. © Hegel Goutier

> Diagnóstico

Podemos agrupar os problemas em três grandes categorias. Primeiro, verificou-se uma queda do investimento directo estrangeiro. Muitos dos grandes projectos de infra-estruturas turísticas que estavam previstos (e que representavam investimentos de cerca de 700 milhões de dólares) não se irão realizar. Segundo, verifica-se igualmente uma diminuição na própria indústria do turismo em termos de chegadas e de gastos. No sector do turismo de cruzeiros ainda assistimos à chegada de grande número de turistas, embora gastem menos. Prevemos que haverá ainda uma maior diminuição. O terceiro domínio tem a ver com as remessas do estrangeiro. Os granadinos que vivem no estrangeiro, na metrô-

pole, estão a enviar menos dinheiro para o país do que enviariam normalmente. Pensamos que a diminuição pode ter sido de cerca de 16 por cento no último ano. Devido à desaceleração em vários sectores, incluindo a construção, assistimos a uma queda do emprego.

> Ajustamento

Lançámos uma amnistia fiscal: um perdão total dos juros e das multas para quem pagar a totalidade do que deve à administração.

Iniciámos igualmente alguns projectos de construção a curto prazo e a renovação de edifícios públicos, especialmente nos sectores da saúde e da educação; intensificámos as obras do programa de conservação de estradas. O nosso objecti-

vo é manter o emprego. Estamos prestes a iniciar outro programa que irá proporcionar apoio ao rendimento dos agricultores, melhorando assim ao mesmo tempo a segurança alimentar. É preciso realizar uma revisão dos principais projectos de capital a médio e a longo prazo. Poderemos identificar aqueles a que deve ser dada prioridade e os que podem ser realizados mediante parcerias sectoriais mistas público/privadas, ou através de empréstimos em condições favoráveis ou mediante programas de cooperação bilaterais. **H.G.** ■

Palavras-chave

Granada; Hegel Goutier; crise financeira; Nazim Burke; Ministro das Finanças.

Caraíbas autênticas. UM SINAL DE ESPÍRITO

A empresa "De la Grenade Industries" representa uma das prestigiosas imagens de marca de Granada. É dirigida desde 1992 por Cecile La Grenade, uma empresária que tem feito, juntamente com alguns outros, com que os grandes runs das Caraíbas, que ganham frequentemente os prémios nos concursos internacionais de bebidas espirituosas, sejam mais conhecidos dos consumidores.

Cecile La Grenade é muito activa na WIRSPA (West Indies Rum & Spirits Producers' Association)*, que acaba de lançar o rótulo "Rum autêntico das Caraíbas", que agrupa 18 produtores dos melhores runs da região, entre os quais alguns com 25 anos, envelhecidos em cascos de carvalho: El Dorado, Guyana ou de Barbancourt, Haiti. "De La Grenade Industries" prepara entre outros o "La Grenade Liqueur", utilizando o pericápio que envolve o caroço da noz-moscada, através de uma velha receita que

já tem dois séculos e que remonta ao antepassado da dinastia, o Capitão Louis La Grenade, um dos primeiros mulatos de Granada a ter a sua própria empresa. Cecile, doutora em Tecnologia Alimentar, por Maryland, EUA, à frente da empresa familiar desde 1992, possui hoje o segredo talvez mais bem guardado de Granada. Diversificou os produtos da marca e transformou-a num florão da indústria do seu país. "La Grenade Liqueur" ganhou a medalha de ouro do prestigioso concurso "Monde Selection". "De la Grenade Industries" beneficiou directamente,



Cecile La Grenade, gestora, de
"De La Grenade Industries", 2009.
© Hegel Goutier

ou através de programas regionais, de ajudas da União Europeia. **H.G.** ■

A WIRSPA recebeu uma ajuda da UE no quadro de um programa para o rum das Caraíbas no valor de (70 milhões de euros).

Palavras-chave

Hegel Goutier; Cecile La Grenade;
De la Grenade Industries; El Dorado;
Barbancourt; Capitão Louis La Grenade;
La Grenade Liqueur.

Granada: o novo governo perdeu milhões em investimentos, alega a oposição

Keith Mitchell foi Primeiro-Ministro de Granada durante 13 anos (1995-2008). O seu Novo Partido Nacional (NNP) foi derrotado nas eleições gerais de 2008 e agora tem quatro lugares na Câmara dos Representantes do país. Agora, como líder da oposição, diz que o governo é responsável pelo afastamento de potenciais investidores.



© Hegel Goutier

Quais são as principais preocupações da oposição em relação ao novo governo?

É preciso a máxima unidade e associar ideias a todos os níveis e sobretudo numa altura de problemas financeiros. O meu governo estabeleceu bases sólidas para isso. Quando o novo governo entrou em funções tinha apenas de se apoiar nisso. De facto, o que fizeram foi exactamente o contrário e procederam a uma caça-às-bruxas dos seus opositores e exerceram represálias sobre os apoiantes do anterior governo. O actual governo só venceu por 1800 votos. Quase todos os grandes projectos foram suspensos. Estamos a falar de centenas de milhões de dólares de investimentos. O corredor de automóveis da Fórmula 1, Lewis Hamilton, cujo pai é de Granada, estava interessado em fazer aqui um investimento, mas a oposição [da altura] disse que havia corrupção entre ele, o governo [então do NNP] e o anterior Governador-Geral.

Algumas pessoas alegam que os investimentos estão suspensos devido à crise financeira mundial?

É evidente que o governo tem de dar uma volta às coisas, mas os factos estão à vista. Eles atacam a reputação das pessoas – essa é a questão. Apesar do contexto internacional, poderia haver uma actividade muito maior e havia um conjunto de projectos que estariam a andar. Através da difamação estão não só a atacar os políticos, mas a pôr em perigo a possibilidade de investimento.

Porque é que não intenta uma acção judicial contra o governo?

Tenho cerca de 20 processos em tribunal por calúnias. Tenho sentenças que me dão razão, mas o sistema anda com muita lentidão.

Qual é a sua opinião da CARICOM? Parece que está cada vez mais enfraquecida.

A necessidade de laços económicos e políticos mais fortes entre as pequenas nações de uma região torna-se cada vez mais fundamental se querem sobreviver nesta aldeia global. O meu sentimento é que o ritmo de integração é demasiado lento, mas o desenvolvimento económico dos pequenos Estados está a tornar-se cada vez mais difícil sem uma abordagem integrada. Sempre que são tomadas decisões a nível da CARICOM para trabalhar em cooperação, há alguém ou algum grupo de pessoas que tende a enfraquecer o sistema e os órgãos da CARICOM não são suficientemente fortes para obrigar as pessoas a trabalharem no quadro em que as decisões são tomadas. É preciso reforçar as instituições da CARICOM. Tornou-se muito burocrática na sua abordagem de uma série de questões. Há necessidade de um sentido mais profundo de integração política, mas é algo que não acontecerá do dia para a noite.

Como é que se pode transmitir esperança aos jovens nestes tempos difíceis?

Se não for transmitida esperança aos jovens eles ficarão com um sentimento de serem marginalizados e podem ver-se em situações em que as suas acções os prejudicam permanentemente. Existe um sentimento de desespero a nível das bases no país. Tínhamos um sistema de transporte das crianças cujos pais não podiam pagar o bilhete de autocarro e uma autorização uniforme para os alunos, mas estes e outros programas foram cortados pelo governo. **H.G. ■**

Palavras-chave

Hegel Goutier; Keith Mitchell; NNP; CARICOM; Lewis Hamilton; Granada.

Cooperação

Uma aposta **NAS** ESCOLHAS DE GRANADA

A ajuda da União Europeia a Granada centrou-se nos últimos anos na reconstrução a seguir aos devastadores ciclones de 2004 e 2005 e no melhoramento do sistema hidráulico e das infra-estruturas sanitárias, que já remontavam muitas vezes ao período britânico e que se deterioraram ainda mais com as intempéries. A ajuda internacional foi ainda mais eficaz porque Granada se empenhou com determinação na reconstrução do país. É o que salienta o Embaixador Valeriano Diaz, Chefe da Delegação da UE para os países da Organização dos Estados das Caraíbas Orientais.

O furacão de 2004 causou a morte de 39 pessoas e prejuízos avaliados em 250% do produto interno bruto. Assim, a Comissão Europeia, tendo em conta as necessidades específicas de Granada depois das devastações provocadas pelos ciclones, acrescentou em 2007 dez milhões de euros ao envelope inicialmente atribuído pelo 9.º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) 2000-2007, a fim de apoiar a reforma macroeconómica de Granada com o objectivo de reduzir a pobreza. Esta ajuda suplementar foi constituída como apoio orçamental. O mesmo acontece no essencial com o envelope de 6 milhões de euros do 10.º FED (2008-2013).

Por outro lado, a Comissão Europeia respondeu favoravelmente a várias propostas de adaptação da ajuda feitas pelo Governo de Granada depois das intempéries. A título de exemplo, em vez do projecto turístico de restauração de dois fortes, os recursos previstos para esse efeito pelo Banco Mundial e pela UE foram consagrados à reconstrução de escolas destruídas. Quanto ao realojamento das populações que viviam antes em zonas inadequadas ou frágeis, as concertações entre a UE e o Governo permitiram adoptar medidas eficazes para proceder à reconstrução da melhor forma e de acordo com a vontade do Governo.

No que diz respeito à reconstrução das escolas destruídas pelo ciclone Ivã em Dezembro de 2004, os dezanove estabelecimentos de ensino secundário, por exemplo, estavam abrangidos pelo projecto “Post emergency

school rehabilitation”, quase concluído no momento da visita do Correio, com excepção de dois estaleiros de acabamentos. Crispin Frederick, coordenador do projecto, congratula-se com o facto de esta reconstrução ter permitido instalar salas e equipamentos que faziam falta antes e que não permitiam às vezes satisfazer certas obrigações que estavam previstas, como as refeições escolares. Além disso, todas as instalações recuperadas correspondem às novas normas contra tufões.

A ajuda da UE para este projecto ascendeu a 9,3 milhões de euros. É um dos programas mais importantes da UE em Granada, juntamente com o apoio orçamental (11,7 milhões de euros) e o melhoramento das infra-estruturas hidráulicas (6,7 milhões de euros).

Entre as outras dotações da UE para a sua cooperação com Granada figuram os saldos remanescentes dos antigos fundos STABEX (para a estabilização das receitas de exportação dos países ACP), que ascendiam no início de 2008 a 3,2 milhões de euros e que devem servir para favorecer os investimentos privados no sector agrícola. Há igualmente o Quadro Especial de Assistência (QEA), o apoio do Centro para o Desenvolvimento das Empresas (CDE) do sector privado e o PROINVEST para promover os investimentos entre as Caraíbas e a Europa. No 10.º FED, Granada beneficia de fundos do programa de integração regional das Caraíbas (165 milhões), destinados à integração regional e à execução dos APE assinados pela UE e pela região em 15 de Outubro de 2008. **H.G. ■**

© Hegel Goutier

Palavras-chave

Hegel Goutier; cooperação UE-Granada; Valeriano Diaz; Crispin Frederick; Banco Mundial; Stabex; CDE; PROINVEST.

Descoberta

Uma GRANADA resplandecente

Se quisermos escolher um dia especial para descobrir a ilha de Granada, uma boa escolha é o domingo de Páscoa. Em cada cidade e em cada aldeia há ajuntamentos, festas de rua e encontros e os estrangeiros são bem-vindos nos sítios em que entram. As praias são muito frequentadas e em todo o lado se podem provar bebidas e pratos. O país é aberto à festa e aos encontros.

Corps Se fosse um fruto, Granada seria evidentemente uma romã que brilha do exterior e que quando se abre deixa aparecer uma miríade de pequenas jóias vermelhas, como todos estes estribilhos que animam as aldeias neste dia, como todas as casas de estilo colonial cor-de-rosa, vermelhas, com enfeites, pequenas e alinhadas em ruelas de aldeias, opulentas nos centros das cidades maiores ou penduradas nas encostas abruptas das colinas como as grandes casas burguesas. Cores com o mesmo brilho que os sorrisos que existem nas faces e que só querem ser partilhados.

É preciso iniciar uma visita de um dia pela capital Saint-Georges, que acorda nos braços da sua baía adornada das cores azuladas e enevoadas da manhã. E ver chegar os cruzeiros de onde desembarcam muitas vezes jovens casais para o seu casamento que será celebrado um ou dois dias mais tarde neste cenário idílico de Port Louis, sobre as antigas docas de Saint-Georges. Port Louis só quer “concentrar todos os encantos de St-Tropez, da Costa Esmeralda, de Portofino e de St Bart’s com o toque especial e a atmosfera de Granada”.

Da beira-mar admiram-se as numerosas colinas que constituem a “city on the hill” [“cidade na colina”], como chamam à cidade, que cercam a baía e no alto das quais podemos encontrar, entre os sítios a visitar, os Fortes Friederick e Matthew a leste e a norte o Forte George com as janelas da prisão “Her Majesty Prison”, que proporciona uma vista magnífica sobre as docas. Será que os prisioneiros, entre os quais estão os assassinos de Bishop, podem admirar à vontade as belezas de Port Louis? Quanto ao Forte Matthew, que servia de hospício para os doentes mentais internados, foi bombardeado por engano pela aviação americana em 1983 e muito dos seus ocupantes morreram.

A norte e a sul de Saint-Georges, situada a sudeste da ilha, estendem-se praias intermináveis, a mais representativa das quais é Grand Anse. É o ponto turístico mais frequentado. Um pouco

mais longe, uma praia a não perder é Morne Rouge, com a areia mais branca que pode existir juntamente com o mar mais cristalino. Há poucos habitantes nesta graciosa cidade, integrada numa natureza virgem: apenas dez mil e sobretudo poucos turistas. Mas a ilha tem imensas praias. Entre as pequenas e lindas enseadas conta-se La Sagesse, a sudeste, que se tornou simbólica por aí se ter escrito uma página de história. Quando o proprietário de então da grande residência que ali fica quis fechar esta enseada, o militante Bishop organizou uma grande manifestação que levou o Estado a garantir através da lei fundamental do país o carácter público da beira-mar. O proprietário actual, Mike Meranski, que a transformou com bom gosto num hotel-restaurante original, “La Sagesse Nature Center”, tem outras preocupações, como explicou ao Correio: a diminuição, com a crise, do número de visitantes e sobretudo da duração das estadias.

De entre as outras cidades costeiras a visitar, Greenville na costa leste é a segunda maior do país e provavelmente a mais animada; Sauteur, no norte, também é histórica, porque foi do cimo do seu rochedo de 40 metros de altura que os Caribes vencidos se lançaram ao mar para se suicidarem.

No interior das terras, o brilho avermelhado é o das flores e dos frutos: os cachos de caju, cuja noz é apenas o núcleo exterior; o vermelho cardeal estampado com desenhos em relevo, estilizados com a cor negra do caroço das noz-moscada (nutmeg) faz pensar numa obra de um artista minucioso. É o símbolo do país. A oeste, entre Saint-Georges ao sul e Gouyave mais ao norte, estende-se a “Grand Etang Forest Reserve”, com o incontornável “Grand Etang Lake”, tão calmo numa natureza repousante, e não muito longe das numerosas quedas de água, as Concord Falls, ao longo do rio Concord.

Resta Carriacou, nove mil habitantes, dez vezes menos que a ilha de Granada, e a Pequena Martinica, apenas com mil almas. Também surpreendentes? **H.G.** ■



De cima para baixo:
- Murais / Saint George's
- Baía de Saint George's
- Mercado de rua
Reporters.be/LAIF



Palavras-chave

Hegel Goutier; Granada; Carriacou; Pequena Martinica; Forte Friederick; Forte Matthew; Forte George; Port Louis; Morne Rouge; Grand Anse; Greenville; Sauteur; Grand Etang Forest Reserve; Carafbas; La Sagesse Nature Center.

Art. HEART ATTACK

Oliver Benoit, pintor famoso, embora reconhecido pela homenagem que o seu país lhe presta, constata com alguma mágoa: “No meu país, as pessoas consideram que a minha arte não é das Caraíbas.” Só porque a sua pintura é abstracta.

No entanto não há ninguém mais próximo das preocupações do comum dos mortais de Granada do que ele. Tudo o que se vê, se adivinha ou se interpreta na sua obra, sob a capa da abstracção da superfície, está próximo da realidade do dia-a-dia. Além disso ele convida toda a gente a aprofundar o olhar para ver mais além, a envolver-se porque ele quer provocar, suscitar a interrogação de cada um, dando ao mesmo tempo prazer ao olhar. “Quero deixar as pessoas que olham para a minha arte envolverem-se no quadro... Agora estou a centrar-me no papel da política e no modo como as pessoas são afectadas por ela.”

Um dos quadros da série *Outbursts*, onde se vêem bem as notas de banco com a efígie do Tio Sam, intitula-se “Dollar is my soul”, no qual ele fala da

sua dor como reflexo das alegações de corrupção contra um antigo político de elevada categoria. Sobre “Heart attack” precisa: “Trata-se de uma obra política. O símbolo do novo governo é o coração.” E explica que na actual situação nacional e internacional a crise cardíaca ameaça o governo, os cidadãos ou todo o sistema.

Na Galeria *Agora* em Nova Iorque, que o representa, tal como na sua galeria virtual, www.oliverbenoit.com, podem contemplar-se obras integradas em seis temas: “Disasters and Emotions”, de que faz parte “Heart attack”, “Love”, “After Ivan” (o ciclone Ivã), “Men without Head”, “Carving out on Identity” e “Outbursts”. **H.G.** ■

Palavras-chave

Hegel Goutier; Granada; arte; Olivier Benoit.



Oliver Benoit, 2009. |
© Hegel Goutier

O paradoxo sueco



I huvudrollen:
STOCKHOLM
*Filmerna * Stjärnorna * Biograferna*

Fri entré

6 mars 2009 – 10 jan 2010

STOCKHOLMS STADSMUSEUM
www.stadsmuseum.se

Uma reportagem de Marie-Martine Buckens

Foi no ponto de intersecção das águas azul-cobalto do lago Mälaren e das vagas coloridas do mar Báltico que Estocolmo se erigiu, há sete séculos, dividindo-se por 14 ilhas, ligadas entre si por cerca de quarenta pontes. E só se tornou capital da Suécia em 1637, destronando Upsália, que continua a ser a capital eclesiástica e universitária do país.

Estocolmo, um festival para os olhos, em que cada ilha, a partir do seu núcleo histórico Gamla Stan, a “cidade antiga”, apresenta um conjunto arquitectónico especial com o seu encanto próprio. Mas Estocolmo não é nada sem os seus habitantes, mais de um milhão, o dobro se tivermos em conta a grande aglomeração, numa população total de 9 milhões, ligeiramente mais apressados que os seus vizinhos do campo.

Também um pouco mais reivindicativos nas suas exigências de igualdade e democra-

cia. Exigências que remontam ao tempo dos Vikings, aquele povo conquistador que, no século X avançou até Leste e estabeleceu relações comerciais com Bizâncio e os reinos árabes. E não é sem orgulho que os Suecos – todos os Escandinavos na realidade – evocam esses antepassados. Como recorda a historiadora Astrid Helle: “Não é tanto por causa das vitórias militares e das conquistas que os descendentes dos Vikings se comprazem em evocar esta época da sua história. É muito mais por encontrarem na civilização viking, mais do que um povo empreendedor imbuído de uma cultura original, as raízes profundas do que eles muito apreciam na sua sociedade actual: uma democracia muito viva numa sociedade profundamente igualitária. A mulher gozava de elevada consideração e de um estatuto jurídico de fazer inveja a muitos outros europeus. A mulher viking tinha o direito de casar com o homem que amasse, mesmo sem

o consentimento do seu pai. Como os homens, ela podia usar certas armas e, mesmo, tornar-se poeta – actividade que proporcionava um grande reconhecimento social”. Uma faceta de que Astrid Lindgren se terá lembrado quando escreveu Fifi Brindacier...

Comerciantes, igualitários e poetas. A estas qualidades pode-se acrescentar o espírito pragmático (corolário, é verdade, de comercial) e de abertura. Abertura à modernidade e à inovação e abertura ao mundo e aos países prejudicados por esta mesma modernidade. Dois domínios – inovação e cooperação – em que a Suécia vai à frente. Paradoxo? Paradoxos destes não faltam na Suécia. ■

Palavras-chave

Marie-Martine Buckens; Estocolmo; Suécia; Astrid Helle.

Um modelo DE ABERTURA



Por vezes encarado com suspeita, sempre com inveja, o “modelo sueco” de Estado providência, mas sobretudo de Estado igualitário, influencia todas as políticas. Para começar, a da cooperação para o desenvolvimento. Estocolmo orgulha-se, com todo o mérito, de ser a mais generosa em termos de percentagem do seu rendimento nacional bruto (RNB) para com os

países do Sul. Na base, a Agência Oficial de Cooperação (SIDA), mas também inúmeras fundações. Encontros com uma dessas fundações, a Dag Hammarskjöld.

Com uma taxa inigualável, 0,98 % do RNB destinado à ajuda para o desenvolvimento em 2008, a Suécia ultrapassa, de longe, os outros países industrializados (0,42 % em média para a União Europeia, 0,25 % para os países do G7) e supera o objectivo de 0,7 % do RNB que os países industrializados definiram religiosamente para si até 2012. É sem margem para dúvidas pelo facto de os suecos conceberem, antes de tudo, as suas relações com base na igualdade que a cooperação assenta numa parceria real, cujo objectivo final é o de tornar os países parceiros totalmente independentes.

> Um “desenvolvimento diferente”

“O nosso objectivo é de acabar com a discrepância entre o Norte e o Sul, fazendo alianças globais com pessoas que partilham os mesmos

valores em matéria de democracia, de direito humano e de segurança”, afirma espontaneamente Henning Melber, director executivo da Fundação Dag Hammarskjöld. Instalada na cidade universitária de Uppsala, a cerca de quarenta quilómetros a norte de Estocolmo, esta fundação (<http://www.dhf.uu.se/Default.html>) tem o nome do sueco que exerceu o cargo de secretário-geral das Nações Unidas de 1953 a 1961, ano em que foi vítima de um acidente de aviação quando se deslocava em missão de paz ao Katanga. No mesmo ano, recebeu, a título póstumo, o prémio Nobel da Paz. As suas intervenções na crise do canal de Suez, em 1956, e na crise da Jordânia, em 1958, valeram-lhe a reputação de fervoroso defensor da paz.

O espírito de Dag Hammarskjöld está presente em todas as acções realizadas até à data pela Fundação. Há desde logo as conferências e as publicações, entre as quais a revista Development

Dialogu em que se cruzam análises de autores de diferentes correntes e cuja última edição é referente ao neoliberalismo. “O nosso principal trunfo”, prossegue Henning Melber, “é o próprio nome de Dag Hammarskjöld, muito respeitado, sobretudo nos países do Sul. E nós utilizámo-lo para reunir pessoas, o que de outra forma não aconteceria.” Um exemplo: os encontros iniciados desde Fevereiro passado entre representantes chineses, de países africanos e da Suécia para discutir as relações entre a África e a China. “A China está bem presente em África, além disso tem assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas, mas os seus peritos são poucos face às realidades sociais em África, o que causa tensões crescentes com determinados países africanos.” E continua: “Usamos esta tradição de diálogo noutros domínios, nomeadamente no domínio agrícola. Assim, a Revolução Verde para a África lançada por Koffi Annan

apoiando-se em agências filantrópicas faz com que alguns receiem que apenas vá servir os interesses de algumas grandes empresas agroalimentares, sobretudo as especializadas nos OGM. Pretendemos organizar um seminário sobre esta questão no próximo mês de Novembro, aquando das Jornadas Europeias do Desenvolvimento. Os participantes incluirão nomeadamente a Universidade Agrícola de Uppsala.” Jornadas que serão realizadas em Estocolmo, uma vez que a Suécia estará na presidência da UE.

Por fim, última acção, recente mas não secundária: a instalação de um gabinete da fundação em Nova Iorque, onde estão sediadas as Nações Unidas. “O nosso objectivo é o de fazer pressão para efectivamente democratizar o sistema das Nações Unidas, fortalecer as forças que pretendem verdadeiramente a paz e a segurança”, acrescenta Henning Melber. **M.M.B.** ■

A INVESTIGAÇÃO, UMA PRIORIDADE

Outra particularidade da cooperação sueca: o lugar importante que a cooperação ocupa em matéria de investigação. Fundada em 1975, a Agência de Cooperação para a Investigação com os Países em Desenvolvimento (SAREC) ao longo dos anos se tornou num dos principais departamentos da Agência Sueca para a Cooperação (SIDA). A SAREC não se contenta em financiar as universidades e institutos de investigação suecos que conduzem programas de investigação relativos ao desenvolvimento. O seu principal objectivo é o de financiar institutos nos países do Sul, sempre com a mesma finalidade: torná-los, pouco a pouco, viáveis sem ajuda externa. De momento, a SAREC mantém relações bilaterais com uma dúzia de países, dos quais: Etiópia, Burquina Faso, Moçambique, Ruanda, Tanzânia e Uganda.

Palavras-chave

SIDA; SAREC; Dag Hammarskjöld; Henning Melber; cooperação sueca; investigação; Marie-Martine Buckens.

MIGRAÇÃO: uma sensibilidade caracteristicamente sueca

Os suecos guardam na memória as grandes ondas de emigração da segunda metade do século XIX durante o qual, empurradas pela fome, cerca de 1,5 milhão de pessoas emigraram para os Estados Unidos. “Esta longa tradição de imigração explica o facto de os suecos permanecerem ligados ao resto do mundo”, explica Henning Melber, director executivo da Fundação Dag Hammarskjöld. País de emigração, a Suécia torna-se, após 1950, um país de imigração.

“Desde os anos 50, a dimensão social inclui a solidariedade internacional”, prossegue Henning Melber, “ainda que nos últimos anos se tenha deteriorado”. Estocolmo abriu-se assim às personalidades que, após as ondas de independência em África, sofreram os ataques dos grupos neocolonialistas. “A Suécia acolheu também os soldados americanos que se recusaram a participar na guerra do Vietname, bem como os opositores ao regime ditatorial de Pinochet no Chile.”

> Uma imigração mais flexível

Em plena crise, a Suécia decidiu flexibilizar a sua legislação sobre a imigração de mão-de-obra. “Somos pioneiros neste domínio e esta acção acontece no momento certo”, afirmou o ministro das Migrações e da

Política de Asilo, Tobias Billström, em Dezembro de 2008, pouco depois da adopção do regulamento. “É positivo saber que já tivemos este debate, quando em muitos países ainda nem sequer começou. Futuramente, a concorrência pela mão-de-obra vai endurecer, e quando a economia retomar, estaremos em melhor posição.” Um regulamento que, com a ajuda do pragmatismo sueco, responde à procura das empresas que precisam sobretudo de informáticos, engenheiros, soldados, profissionais de saúde, mas que antecipa também os problemas em termos de mão-de-obra de agora até 2011, devido à aposentação. **M.M.B.** ■

Palavras-chave

Emigração; imigração; Henning Melber; Dawit Isaak; Marie-Martine Buckens

PONTO DE VISTA

JORNADAS DO DESENVOLVIMENTO 2009: ESTOCOLMO, 22 a 24 de Outubro

O texto seguinte é uma comunicação da Comissão Europeia (Direcção-Geral do Desenvolvimento).

Com a Presidência Sueca da União Europeia a aproximar-se, Gunilla Carlsson, Ministra Sueca da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, já está impaciente por poder estabelecer as áreas prioritárias da presidência sueca no domínio do desenvolvimento. Está na ordem do dia o desenvolvimento da democracia, a coerência das políticas para o desenvolvimento (CPD), a eficiência da ajuda e as alterações climáticas. No domínio das alterações climáticas, Gunilla Carlsson também presidiu à Comissão Internacional sobre Clima e Desenvolvimento.



Gunilla Carlsson. © SIDA |

Está previsto focar questões relacionadas com o desenvolvimento durante a presidência, uma vez que o maior evento, durante os 6 meses, serão as Jornadas Europeias do Desenvolvimento.

Em poucas edições, as *Jornadas Europeias do Desenvolvimento* tornaram-se uma referência na agenda internacional que acolhe mais de 4000 visitantes vindos de 1500 organizações e 125 países do mundo inteiro. Neste ano, o tema preponderante do evento será Cidadania e Desenvolvimento com uma atenção especial para as *alterações climáticas* e a *crise económica*. O evento terá lugar na Feira Internacional de Estocolmo, de 22 a 24 de Outubro.

Gunilla Carlsson acredita profundamente nos assuntos de cooperação da UE relativos ao desenvolvimento: “Estou convencida que uma das contribuições mais sólidas da UE para o desenvolvimento global equitativo e sustentável será evidenciar todo o potencial da agenda CPD. A UE deve procurar utilizar melhor e mais coerentemente todas as suas políticas e instrumentos. De momento, todas as questões prementes da agenda internacional – por exemplo, a recessão económica mundial, o desafio

das alterações climáticas e a questão da segurança alimentar – confirmam claramente esta necessidade.”

Gunilla Carlsson regozija-se por acolher as *Jornadas Europeias do Desenvolvimento* em Estocolmo. O objectivo é fomentar um debate sobre o que impulsiona o desenvolvimento e como poderemos, neste período de crise financeira, respeitar os compromissos já assumidos em matéria de ajuda. As *Jornadas Europeias do Desenvolvimento* são um fórum único onde surgem grandes ideias. É uma plataforma aberta para debate de questões globais e não de negociações à porta fechada. Todos têm a palavra – militantes e peritos juntamente com parlamentares e ministros governamentais. Gunilla Carlsson destaca a importância de envolver a sociedade civil, as empresas e as universidades nestes assuntos. ■

www.eudevdays.eu

INOVAÇÃO

custe o que custar

Kista, a cidade das ciências com mais de 4 700 empresas, tendo a Ericsson à cabeça, simboliza só por si a invenção “à sueca”. Campeã em todas as categorias em matéria de inovação, estando mesmo à frente do Japão e dos Estados Unidos, a Suécia deve este estatuto a uma combinação de pragmatismo e de audácia.

“**K**ista é um nome viking, que significaria caixão!”, explica-nos, com alguma malícia e a título de introdução, Mats Hedenström, responsável pelas relações internacionais desta cidade das ciências, cuja origem remonta a 1976, quando a unidade SRA, Svenska Radiobolaget da Ericsson ali se instalou. Dois anos mais tarde vem juntar-se a IBM. “É verdade que algumas pessoas nos veriam bem num caixão, prossegue Mats Hedenström. Desde 1976 Kista ganhou uma verdadeira dimensão. Com cerca de 64 000 empregados e um total de 4 731 empresas, das quais 70 criadas em 2008, Kista é o primeiro centro de inovação em termos de densidade humana. Isto é muito importante, porque permite que as pessoas ali se encontrem facilmente, num ambiente que é aliás muito internacional”. Depois da IBM, grandes nomes como a Nokia, Intel ou Microsoft também se estabeleceram no local. Porque Kista é sobretudo um centro de TIC (tecnologias da informação e comunicação). “Estamos nos primeiros cinco clusters de TIC, a seguir a Silicon Valley e Boston nos Estados Unidos”, indica Mats Hedenström, que continua: “na Europa mantemos uma forte cooperação com Sophia Antipolis, no sul de França, que agrupa o mesmo tipo de empresas”.

Com diferenças, no entanto. Em Sophia Antipolis, o número de investigadores é sensivelmente mais elevado do que em Kista (cerca de 2 000 investigadores), ainda que a cidade sueca abrigue a Universidade de Estocolmo e o Instituto de Investigação Tecnológica. “Funcionamos de maneira diferente, mais orientados para as empresas”, precisa o responsável pelas relações internacionais. “Em suma, Kista é uma cooperação entre concorrentes para permitir aumentar o crescimento”. Melhor ainda, Kista existe para ajudar as pessoas que se querem lançar; graças a um orçamento público, investe em novas empresas e depois, em caso de êxito, recupera o seu financiamento. “Nascem todos os anos em Kista cerca de cem novas empresas, mas nem todas sobrevivem. No ano passado as “perdas” foram de 30%. Temos uma tradição empresarial e jamais alguém será condenado por ter falido”. Sinal dos tempos? Muitas destas novas empresas especializaram-se em tecnologias do ambiente e da comunicação social, domínios em que a Kista se quer expandir. ■

Palavras-chave

Kista; TIC; inovação; Suécia; Mats Hedenström; Marie-Martine Buckens.

© Marie-Martine Buckens |

CAMPEÃ

Os “painéis de avaliação da inovação” publicados regularmente pela Comissão Europeia confirmam anualmente que a Suécia bate todos os recordes em matéria de inovação, mesmo que tenha sido ultrapassada pela Suíça em 2008. Atrás da Suécia estão a Dinamarca, a Finlândia e a Alemanha, seguidas do Japão. Os suecos são, nomeadamente, campeões em matéria de participação em actividades de formação permanente, com uma taxa de 35% para uma média europeia de 11% (valores de 2007). Outro ponto forte: a prioridade atribuída ao ensino superior e o investimento em investigação e desenvolvimento. Em percentagem do PIB, investe mais em I&D do que os outros países da OCDE.

Como é VERDE A MINHA CIDADE!

Gestão integrada dos resíduos e da água, redução do ruído e do tráfego e criação de espaços de lazer: as autoridades de Estocolmo lançaram-se, há mais de dez anos, em obras por vezes monumentais para dar um novo aspecto à cidade. Os seus esforços foram recompensados pela Comissão Europeia que, na sua primeira edição do Prémio das Capitais Verdes, decidiu atribuí-lo, em 2010, à capital sueca.

Mercado popular em Estocolmo, 2009.
© Marie-Martine Buckens



Ulla Hamilton com o prémio Capital Verde, 2009.
© Marie-Martine Buckens

Mas em Estocolmo também há espaços verdes. A começar pelo Skansen, que é um museu ao ar livre, com um vasto espaço repleto de quintas, moinhos e lojas de outrora, sem esquecer uma igreja de madeira impressionante. Ao todo, são 160 construções, trazidas de todos os cantos do país para formar este espaço de memória. Há também um jardim zoológico com alces, lobos, lince e ursos castanhos.

“E laborámos uma estratégia para que Estocolmo seja, daqui a vinte anos, a capital mais limpa e mais segura do mundo”, começa por nos dizer Ulla Hamilton, Vice-Presidente da Câmara da cidade. Uma das grandes ambições das autoridades da capital é libertar a cidade da sua dependência de combustíveis fósseis e reduzir as emissões de CO2 para 3 toneladas por habitante e por ano até 2050. Enorme desafio quando se sabe que estas emissões de CO2 se elevam actualmente a 4 toneladas/hab./ano, o que já constitui uma diminuição de 25% em relação a 1990 e um recorde em comparação com as 12 toneladas emitidas pelos Finlandeses, as 22 dos Americanos e... 1 em média dos Africanos. Objectivos destes supõem um trabalho em várias frentes: a eficiência energética dos edifícios, onde há ainda muito a fazer (ler o artigo seguinte), e o aquecimento. “O aquecimento urbano está muito bem desenvolvido e já é proveniente, em 75%, de energias renováveis.” O objectivo é chegar aos 100%. “Felizmente, a Suécia dispõe de inúmeras empresas especializadas em tecnologias limpas”, prossegue Ulla Hamilton. Técnicas que já permitiram aperfeiçoar um sistema de gestão dos resíduos – a triagem dos resíduos já foi lançada em 1960 – o que, por um sistema de canalizações que levam os resíduos para as incineradoras, permite, entre outras coisas, dispensar a utilização de camiões do lixo. As incineradoras – “a nossa primeira tem mais de 100 anos!”, sublinha a Vice-Presidente da Câmara – desempenham um papel importante no sistema de climatização da cidade: a água quente alimenta os aparelhos de aquecimento e, depois de fria, serve para arrefecer os edifícios no Verão. Finalmente, o tráfego. Embora a bicicleta e os transportes colectivos sejam muito utilizados, a maioria dos carros consome combustível “clássico”. Primeiro objectivo: a utilização pelos funcionários da cidade de carros exclusivamente verdes (biogás para começar). Depois, é necessário instalar tomadas nos apartamentos e nas estações de serviços com vista à futura vaga de carros eléctricos. Finalmente, e isso já é uma realidade no bairro de Hammarby, generalizar a utilização de barcos (gratuitos) que efectuem o trajecto entre todas as ilhas da capital, evitando assim a construção de novas pontes. **M.M.B. ■**

Palavras-chave

Capital verde; Ulla Hamilton; aquecimento urbano; energias renováveis; resíduos; Marie-Martine Buckens.

Vista de uma ponte no bairro de Hammarby, 2009.
© Marie-Martine Buckens

HAMMARBY SJÖSTAD, laboratório da cidade sustentável

Antiga zona portuária insalubre, o bairro de Hammarby tornou-se, em menos de 15 anos, num modelo de ordenamento sustentável que interessa ao mundo inteiro. Encontro com o seu "porta-voz" incansável e sorridente Erik Freudenthal.

“Desde o início, a ambição era fazer deste antigo sítio poluído um modelo de urbanismo ecológico. Nesse momento, Estocolmo batia-se pela organização dos Jogos Olímpicos e sabia que o desempenho ambiental tinha sido determinante na atribuição dos Jogos a Sydney. Fomos ultrapassados por Atenas, mas o projecto prosseguiu”, explica Erik Freudenthal, que nos recebe no centro de informação sobre o ambiente GlashusEtt, em Hammarby Sjöstad. “À partida, o objectivo era reduzir para metade o impacto ambiental do futuro bairro em relação aos edifícios de Estocolmo que datavam de 1990. Foram estudados todos os aspectos: o ruído, a poluição, o tráfego, o trabalho, os resíduos, etc.” Após a descontaminação cuidadosa dos 200 hectares de solo, as obras arrancaram em 1997. A maior parte dos edifícios industriais foi arrasada ou restaurada, como a fábrica Diesel, reconvertida em centro cultural e desportivo. O fim das obras está previsto para 2016. “O projecto é construir 11.000 apartamentos para cerca de 28.000 pessoas e proporcionar trabalho no bairro a 10.000 pessoas”, diz-nos Erik Freudenthal que prossegue: “Actualmente, já foram construídos 8500 apartamentos, onde moram cerca de 18.000 pessoas.” Os edifícios não ultrapassam cinco andares e dão simultaneamente para a rua e para

o parque. Trata-se de um trabalho de planeamento inédito, fruto da cooperação entre arquitectos, engenheiros e urbanistas.

O novo bairro é construído num terreno quase virgem, o que permite aos seus promotores enquadrá-lo de transportes colectivos e propor o transporte partilhado. Sem contar um barco que efectua, gratuitamente, de quarto em quarto de hora, a ligação entre o bairro e a ilha de Södermalm, próxima do centro. Assim, 79% das pessoas vão trabalhar a pé, de bicicleta ou de transportes colectivos. “Isto permitiu reduzir a utilização do carro de mais de 40%. Esta percentagem não teria sido possível se a rede de transportes, em especial o eléctrico, tivesse sido construída mais tarde, forçando toda a gente a comprar carro.”

Hammarby Sjöstad responde a um programa ambiental com seis objectivos: descontaminação dos solos, utilização dos solos já construídos, materiais de construção são, transportes colectivos, limitação do ruído a 45 dB e optimização dos serviços energéticos, de água e de resíduos, à imagem do que prevêem os vereadores para o conjunto da cidade (ler o artigo acima). “É a primeira vez no mundo que se consegue reduzir o impacto ambiental de cerca de metade numa superfície tão grande. E, no entanto, os objectivos fixados tiveram em conta as normas de 1990. Hoje, seria possível fazer melhor.” O pro-

jecto será duplicado brevemente noutros bairros de Estocolmo, também eles relativamente degradados. O custo está à altura dos objectivos e a cidade está disposta a investir mil milhões de euros no projecto. **M.M.B.** ■

Palavras-chave

Erik Freudenthal; Hammarby Sjöstad; impacto ambiental; Marie-Martine Buckens.



Erik Frudenthal 2009. © Marie-Martine Buckens



LUZ e SOMBRA

A dinâmica Astrid Lindgren.
© Scanpix/reporters

Têm em comum uma certa forma de universalismo. Uns, homens – Strindberg, o homem de teatro, Ingmar Bergman, o cineasta – ligados à compreensão das pulsões, dos comportamentos humanos. Outras, mulheres – Astrid Lindgren e Selma Lagerlöf – utilizaram a escrita e o desenho como armas de paz, de emancipação e... de prazer!

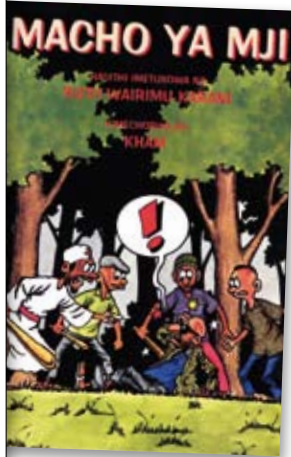
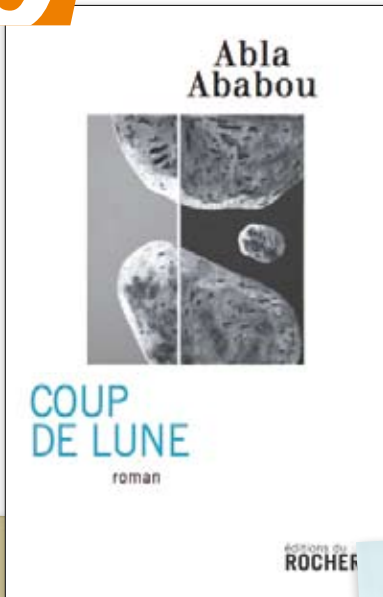
Quem não conhece a Pipi das Meias Altas? Esta famosa jovem de tranças ruivas é uma rebelde e há 64 anos continua a emancipar as crianças em todo o mundo. No seu universo fantástico salvou as crianças das leis dos adultos e da “camisa-de-forças” da escola. Não admira que tenha sido vítima da censura nos países conservadores e nas ditaduras. Nascida em 1945 da imaginação de Astrid Lindgren para prazer dos seus filhos, as aventuras de Pipi foram traduzidas em mais de 60 línguas, do árabe ao zulu. Astrid Lindgren também foi uma grande mulher, que até morrer em 2002, com 95 anos, nunca deixou de se bater pelo direito dos oprimidos, crianças, homens e animais, o que lhe viria a valer, entre outras, a medalha Albert Schweitzer. Activa na política, esta mulher considerada como uma lenda viva na Suécia foi igualmente instigadora de novas leis a favor dos mais desfavorecidos. Astrid Lindgren tinha como antepassada uma outra grande senhora das letras e da humanidade. Selma Lagerlöf é a autora de *A Saga de Gösta*

Berling, uma epopeia lírica, mas sobretudo de *A Maravilhosa Viagem de Nils Olgersson através da Suécia*. Esta outra epopeia, que apareceu em 1906, foi-lhe na verdade encomendada para explicar a geografia da Suécia aos alunos. Três anos mais tarde foi a primeira mulher a receber o Prémio Nobel da Literatura e, em 1914, a primeira mulher a ser eleita para a Academia Sueca. Duas medalhas que ofereceu no início da Segunda Guerra Mundial à Finlândia que procurava angariar fundos para combater a União Soviética. Há outros percursos mais sinuosos, mais introspectivos. Os de August Strindberg, considerado como um dos pais do teatro moderno. Mas este homem, nascido em 1849 e autor nomeadamente de *Mademoiselle Julie*, é também um dos pioneiros do expressionismo europeu em pintura, sem contar com as suas actividades de fotógrafo, de alquimista e de telegrafista. Misógino, mas também socialista ou até anarquista, o que lhe valeu as honras da ex-União Soviética e de Cuba, renegou o seu socialismo depois do encontro que teve com Nietzsche e antes de se virar para o misticismo.

A introspecção psicológica é, por seu lado, o fio condutor da obra desse gigante do cinema que é Ingmar Bergman. Nascido em 1918 em Uppsala, este encenador teatral, guionista e realizador, actor no início da carreira, contava no seu activo em 2007, quando morreu, 170 peças de teatro e 62 filmes. Entre eles, o metafísico *Sétimo Selo*, o psicológico *A Máscara* ou *Fanny e Alexandre* ou ainda *Cenas da Vida Conjugal*, que lhe valeram ser considerado como uma dos grandes realizadores do século XX. Tal como Strindberg, casado três vezes, Bergman teve uma vida sentimental movimentada: casou-se cinco vezes e teve nove filhos. **M.M.B.** ■

Palavras-chave

Pipi das Meias Altas; Astrid Lindgren; Selma Lagerlöf; Strindberg; Ingmar Bergman; Marie-Martine Buckens.



Sandra Federici e
Andrea Marchesini Reggiani

Rede de editores africanos contra a invisibilidade

200 são pequenas*), ao passo que num país como Itália existem 2000. Verifica-se igualmente uma ausência de bibliotecas e centros de leitura: nem mesmo as grandes cidades têm uma biblioteca.

Ainda que a actividade editorial varie exponencialmente de um país para o outro, actualmente existem editores em quase todos os países africanos. As opiniões dos editores ACP desempenharam um importante papel no Colóquio Cultura e Desenvolvimento organizado pela Comissão Europeia em Bruxelas (1 a 3 de Abril de 2009). Editores, escritores, associações e organizadores de feiras de livros de países ACP e da UE discutiram, em workshops específicos, o modo como a indústria cultural deverá dar resposta tanto aos requisitos do público ACP como aos interesses do público do Norte.

Os registos de dados acerca da capacidade económica do sector editorial nos países ACP são escassos. Os manuais escolares são as publicações mais vendidas, representando entre 55 % e 70 % do total. São o ramo mais rentável do sector, mas são geralmente limitados a um certo número de editores locais e estrangeiros especializados ou às suas filiais locais. Todos sabem que, à excepção da África do Sul, da Nigéria e do Egipto, a indústria livreira africana é fraca. E porque os fundos de apoio são parcos, poucos editores correm riscos financeiros. Consequentemente, os escritores que procuram estabelecer-se no palco global têm de procurar um editor do Norte (nas línguas coloniais em Nova Iorque, Londres, Paris e Lisboa), onde podem ir ao encontro não só de lucros como também de distribuição, promoção, prémios e festivais. A falta de livrarias é outro problema que contribui para a perda de oportunidades de venda de livros. Existem apenas 13 livrarias no Mali, 11 no Burquina Faso e 215 no Senegal (das quais

No Colóquio ACP de Bruxelas, os participantes perceberam que o principal entrave a uma maior produção e uma melhor comercialização dos livros africanos consiste na falta de políticas públicas e no peso das taxas aduaneiras que penalizam a circulação dos livros e das matérias-primas (papel, tinta ou materiais de impressão). Na verdade, o Acordo de Florença (1950) e o Protocolo de Nairobi (1976) relativos à importação de materiais pedagógicos, científicos e culturais foram assinados por vários países mas não são respeitados.

Algumas editoras das partes francófonas de África são reconhecidas a nível global pelo papel estratégico que desempenham no desenvolvimento da literacia desde a independência: O Centre d'édition et de diffusion africaine (CEDA, Costa do Marfim), as éditions Clé (Camarões), as Nouvelles éditions africaines du Sénégal (Néas), as Nouvelles éditions ivoiriennes (NEI) e Afrique-Éditions, em Kinshasa. Os novos editores africanos são mais dinâmicos e abertos à criação de redes, como ferramentas de promoção do desenvolvimento da edição no continente. Apostam nas novas gerações, promovendo a educação da leitura através de projectos inovadores e da circulação de publicações em motocicletas, autocarros ou barcos... Juntamente com editores do Norte, produzem co-edições que são disponibilizadas ao público do Sul a preços mais baixos: por exemplo, a colecção Terres solidaires (com Le Serpent à plumes e Actes Sud), que publica romances de autores africanos ao preço de 2000/3000 F CFA, ou Global Issues, um projecto de "feira do livro" da Ecosociété, uma editora do Quebecue.

Várias redes, como sejam associações nacionais de editores, redes de

livrarias e associações de autores, são activas no sector das publicações. Tomemos como exemplo a Afrilivres, uma associação de editores africanos francófonos sediada em Cotonu (Benim) que tenta desenvolver uma relação mais igualitária com o Norte, tornando as suas publicações visíveis e disponíveis nos mercados do Norte; a African Book Collective, um ponto de distribuição baseado em Oxford sem fins lucrativos com 116 editores africanos independentes de 19 países; a rede da Aliança Internacional de Editores Independentes, que associa editores de quatro redes linguísticas em áreas ACP e UE; e a Rede de Editores Africanos (APNET), uma organização pan-africana sediada no Gana (Acra) que une associações de editores nacionais para “reforçar a publicação indígena em África”. As associações internacionais trabalham no sentido de facilitarem a presença das publicações ACP nas feiras do livro do Norte, mas a sua participação

continua surpreendentemente diminuta. Ao folhearmos os catálogos das mais recentes feiras do livro italianas, reparamos, por exemplo, que na Feira do Livro Infantil de Bolonha (23 a 26 de Março de 2009), que contou com a participação de 66 países, a presença africana foi muito reduzida, representada somente por editores sul-africanos, tanzanianos e egípcios. ■

* APNET – ADEA, projecto de estudo sobre o comércio livreiro africano interno.

Palavras-chave

Colóquio Cultura e Desenvolvimento; Bruxelas; Acordo de Florença; Protocolo de Nairobi; edição; editores.

Mali, arredores de Segou:
a principal aldeia.
Fotografia de Iginio Schraffi.

Iginio Schraffi*

Turismo ecológico e cultural: uma panaceia para o turismo africano?



Esquerda: O centro turístico de Teiya Bugu no Mali, um modelo de turismo sustentável a seguir em todos os países ACP.

Fotografia de Igino Schraffi.

Direita: Mali, mesquita de Djenné, o maior edifício de tijolo de barro do mundo.

Fotografia de Igino Schraffi.



Nas últimas décadas, o sector do turismo subiu vários degraus na escada das intervenções da ajuda de desenvolvimento ao Terceiro Mundo. Por várias razões: a necessidade de investimento, a reconversão das actividades agrícolas e a crescente procura na Europa de destinos exóticos. Embora os consultores e as organizações internacionais do sector afirmem que a situação ainda é razoável, será que a atracção pelo turismo ecológico e cultural evitará uma contracção anunciada?

O aumento geral do fluxo de entradas no continente africano deve-se exclusivamente a um aumento acentuado do turismo sul-africano. Tendo em conta que os destinos de turismo cultural parecem continuar a atrair visitantes, os dados do turismo relativos ao Egipto mantêm-se. Os dados relativos a outros países africanos do Norte e do Centro estão em declínio e, se for aplicado o “ciclo vital” de um modelo económico, muitos estão mesmo a enfrentar uma saturação do mercado. Ora, a saturação é geralmente seguida de declínio.

Tais previsões estão baseadas em projecções matemáticas e cálculos estatísticos. O futuro aumento demográfico, em países pobres, não criará fluxos enormes de turistas e o envelhecimento das populações dos países ricos não é de bom augúrio para destinos exóticos, uma vez que é mais que provável que o transporte desconfortável e a falta frequente de alojamento de elevada qualidade, perigos de saúde, instalações sanitárias deficientes e ris-

cos de segurança pessoal tenham um efeito dissuasor nestas populações.

Além disso, estudos de mercado exaustivos recentes – que utilizam instrumentos e critérios altamente sofisticados, baseados na nova bioeconomia ou neuroeconomia, em economias comportamentais-motivacionais e neurociências – revelam que a chamada “geração x” (pessoas nascidas entre 1965 e 1980), na sequência da geração “baby-boomers” (1950-1965), também sente uma propensão para o turismo cultural, natural e ecológico. Consequentemente, prevê-se que o nicho de mercado do turismo exótico diminua ainda mais, dado as novas categorias de turistas apresentarem tendências semelhantes às dos mais idosos em matéria de conforto, serviço e qualidade.

➤ Rejeitar o “obsoleto”

Além disso, elas preferem o que está em voga, é invulgar ou fascinante e rejeitam o que é “obsoleto”, clássico ou tradicional. Os novos devotos da condição física e do bem-estar devem ser tidos em conta. Em geral, não estão muito interessados na fauna e na flora nem em excursões e desconfiam dos ambientes inexplorados. Estes turistas preferem a praia à montanha e as excursões culturais limitam-se a algumas viagens a locais turísticos bem conhecidos.

Outro factor é que só alguns países são capazes de desenvolver o turismo de massa, reduzindo os incentivos ao desenvolvimento deste sector. Contrariamente a outros sectores, o turismo não pode tirar grandes benefícios do impacto positivo das Tecnologias da Informação.

Ao abandonar a abordagem tradicional de promover um território específico e de adoptar um

novo conceito sofisticado baseado na gestão do sistema de destino, que conclusões se poderá tirar para expandir o nicho de mercado do turismo para destinos exóticos?

Num novo sistema de “gestão de destinos”, não pode ser descurado nenhum factor: segurança, saúde e higiene pública, acesso e transporte, moeda e sistema bancário, cumprimento da regulamentação, preços, formação profissional e monitorização. Os pontos de referência turísticos que fazem aumentar as receitas devem ser bem tratados através de novas modalidades de gestão. E, por último, toda a empresa deve basear-se em critérios sólidos de sustentabilidade que garantam a estabilidade do mercado a longo prazo.

Se o principal objectivo económico é reduzir o desemprego e a pobreza, uma das soluções mais viáveis consiste em promover o turismo ecológico e cultural de pequena escala com características especiais, com base no modelo de centros existentes de turismo sustentável integrado num sistema de desenvolvimento rural, ou seja, num sistema integral que inclua a actividade turística, a produção bioagrícola, a utilização de energias renováveis e facilidades de assistência social e educacionais. ■

* Professor de Escolha Pública na Universidade Lumsa de Roma; perito voluntário de alto nível para as Nações Unidas, trabalha actualmente como conselheiro para o Ministério do Turismo do Mali.

Palavras-chave

Turismo; África.



Quando a **ÁFRICA** descobre **O BLUES**

Elisabetta Degli Esposti Merli

Rokia Traoré. © Richard Dumas

Quando Rokia Traoré pisa o palco, os corações das pessoas à sua volta começam a palpitar: como se aquele pequeno corpo, franzino apenas na aparência, fosse a manifestação de uma energia ancestral. Os seus músicos animam os espectadores e ela começa imediatamente a dançar. Depois, é a sua voz vibrante, com a sua elegância sensível, que encanta os nossos ouvidos.

Rokia nasceu em Kolokani, no Noroeste do Mali. Desde criança, teve a sorte de viajar durante muito tempo com o seu pai, diplomata maliano. O contacto com a música de diferentes países, dos Estados Unidos à Argélia, da Arábia Saudita à Bélgica, estimulou-a a iniciar a sua aventura musical muito cedo, mas foi só quando regressou ao Mali que pôde dar forma ao tipo de música que a caracteriza: “Não pop, não jazz, não clássica, mas algo de contemporâneo com instrumentos tradicionais (ngoni, balafão e corá).”

Rokia convida-nos a rever os velhos preconceitos sobre o que a música africana deve ou não deve ser.

Em 1997, com apenas 23 anos, ganhou um prémio da Radio France Internationale como “Revelação Africana” do ano, uma honra à qual

anteriormente só tivera direito Habib Koité do Mali, em 1993. Seguiram-se contratos de gravação e digressões internacionais, uma vez que Rokia continuou a desenvolver as suas ideias musicais, a deleitar os auditórios do mundo inteiro e a desconcertar os devotos mais conservadores da música mundial. A cantora escultural gravou o seu novo álbum Tchamantché, impressionando o público com aquele tipo de revolução que foi comparado às suas obras anteriores (Mouneissa, 1997; Wanita, 2000; Bowmboi, 2003). Desta vez, o som revela características mais ocidentalizadas devido à utilização de instrumentos europeus (por exemplo, a viola Gretsch) e porque teve arranjo de Phil Brown (que trabalhou com artistas como Bob Marley). Apesar destas considerações, todo o álbum mantém vibrações tipicamente africanas. Porquê? Rokia responde: “Porque a música depende da pessoa que a faz e eu sou africana. Mas sou de uma nova geração, que tem uma nova maneira de ver a África e a nossa música.”

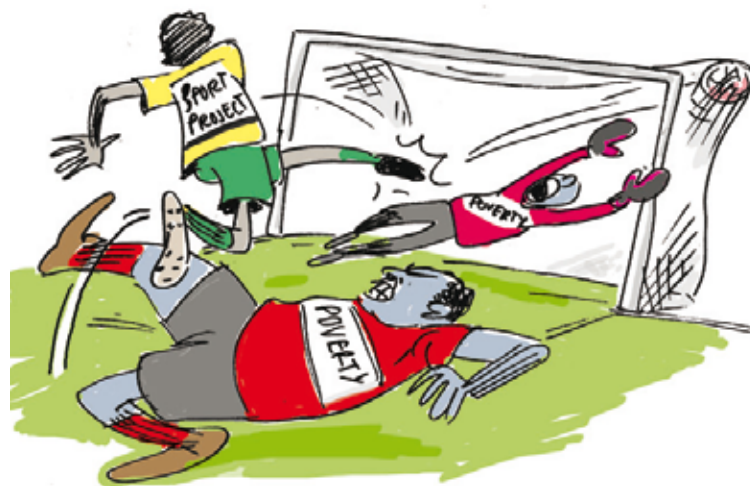
Como habitualmente, as canções são cantadas em bambara, excepto Aimer e The man I love, uma adaptação da famosa peça interpretada por Billie Holiday. Os textos abordam temas da vida quotidiana, mas também de realidades políticas

e sociais, como a intrincada e dramática questão da imigração clandestina (Tounka). Dounia, ao contrário, é uma espécie de apelo dirigido às pessoas do Mali, dizendo-lhes que não devem meter o seu glorioso passado numa gaveta (o vídeo da canção também é muito interessante). Dedicado a Ali Farka Touré, este novo álbum é uma reflexão perfeita do seu equilíbrio cultural, como é exemplificado pelo título, que em idioma bambara significa “equilíbrio”. Apesar do espírito evolutivo deste novo álbum, a música da Rokia parece, uma vez mais, encarnar um novo idioma musical africano, no qual palavras como “tradicional”, “contemporâneo” ou “fusão” parecem inadequadas. A sua voz tornou-se mais refinada e o som mais parecido com o do blues, mas a artista prossegue, calma e inexoravelmente, o seu caminho com uma determinação incrível. ■

Mots-clés

Rokia Traoré ; musique ; Afrique ; Mali ; Ali Farka Touré.

DESPORTO E DESENVOLVIMENTO de POV*



* Desenhista de Madagascar

A palavra aos leitores!

Estamos interessados na sua opinião e nas suas reacções aos artigos desta edição.

Sendo assim, diga-nos o que pensa deles.

A propósito do artigo "O Preço do 'Carbono' das Florestas" (número 9)

Em Angola, 80% da população encontra-se nas zonas rurais e usa como principal fonte energética as florestas. Com pequenos projectos de minihídricas, energia solar e distribuição de gás butano e, em simultâneo, projectos de reflorestação, podem obter-se muito bons resultados. Mas estes projectos seriam implementados por entidades independentes, não governamentais.

José Félix de Carvalho Júnior (Brasil)

O *Correio* é um instrumento de trabalho precioso para os investigadores que se interessam pelas relações ACP-UE. Apreciei positivamente o artigo sobre o "Impacto da crise em África visto pelos peritos africanos". A análise é realista e os efeitos da crise desenvolvidos pelos especialistas africanos começam a sentir-se em países como o nosso.

ONANA NGA Ferdinand (Chercheur – Cameroun).

Direito de resposta

O Secretariado ACP gostaria de solicitar uma correcção da informação dada pela Sr.^a Charity Maruta no artigo da página 7 do n.º 10 de O *Correio* ACP-UE. Foi por ela referido o seguinte: "Procurei mobilizar 150.000 euros da CE do orçamento destinado a filmes ACP para um filme de longa metragem, mas não foi possível aceitá-los porque não consegui angariar o resto do dinheiro necessário."

O processo de avaliação ainda está a decorrer e é confidencial. Como ainda não está concluído, é impossível que qualquer pessoa tivesse comunicado o que quer que seja à Sr.^a Maruta em relação ao seu filme no momento em que fez aquela afirmação.

Contacto: O *Correio* – 45, Rue de Trèves 1040 Bruxelas (Bélgica)
email: info@acp-eucourier.info – **website:** www.acp-eucourier.info

Agenda

JULHO a SETEMBRO de 2009

Julho 2009

- 5-20 **Festival cultural pan-africano de Argel 2009**
Festival consagrado às diferentes artes, desde o teatro ao cinema, da literatura à banda desenhada, da música à arte visual. Argel, Argélia.
Web: <http://www.panafalger2009.dz>
- 6-8 **Conferência Mundial sobre o Ensino Superior (WCHE+10)**
A UNESCO acolherá a "Conferência Mundial sobre o Ensino Superior (WCHE+10)" destinada a inventariar os progressos realizados desde a primeira conferência organizada em 1998. Paris, França.
Web: www.cepes.ro/forum/welcome.htm

- 22-02 **30.º Festival Internacional de Cinema de Durban**
O festival apresentará mais de 200 projecções de filmes do mundo inteiro, com uma atenção especial para os filmes da África do Sul. Durban, África do Sul.
Web: <http://www.cca.ukzn.ac.za>

Agosto

- 3-6 **Ensino à Distância e Formação de Professores (DETA)**
Costa do Cabo, Gana.
Web: <http://www.deta.up.ac.za/>
- 31-04 **Conferência Mundial sobre o Clima.** Genebra, Suíça.

Setembro

- 24-28 **Perspectivas africanas 2009: Centro urbano africano (re) financiado**
Pretória-Tswane, África do Sul.
Web: <http://architectafrica.com/AFRICAN-PERSPECTIVES-2009>
<http://www.africanperspectives.nl/>
- 28-01 **17ª Sessão da Assembleia Parlamentar ACP e reuniões intercalares da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE**
Bruxelas, Bélgica. ■